

COMUM

Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso

Julho / Dezembro de 2003

v. 8 – nº 21

ISSN 0101-305X

21

Abrimos este número da **Comum** com a publicação de uma coleção de fragmentos póstumos de Friedrich Nietzsche, ainda inéditos em português, selecionados, apresentados e traduzidos por Noéli Correia de Melo Sobrinho. São textos produzidos por Nietzsche entre os anos de 1885 e 1888 e que tratam do niilismo europeu entendido como um fenômeno da modernidade.

Em seguida, apresentamos dois artigos cujos temas principais são a violência, o medo e a insegurança nos grandes centros urbanos brasileiros. João Trajano Sento-Sé, a partir da disseminação do sentimento de insegurança e medo nas grandes cidades, faz algumas sugestões para a realização de pesquisas que estabeleçam relações entre a disseminação do medo e o tipo de abordagem da mídia para o problema da violência. Já o trabalho escrito por Ana Paula Mendes de Miranda, Kátia Sento Sé e Gláucia Maria Pontes Mouzinho discute a ação dos Guardas Municipais em conflitos de rua com “camelôs”, que tem como principal consequência o reforço do sentimento de insegurança da população.

Jornalismo é o tema principal dos três próximos artigos. Cristina Rego Monteiro da Luz analisa aspectos da atual escalada da produção massiva de noticiário jornalístico e faz uma proposta de discussão filosófica que seja capaz de aprimorar o sentido dessa produção. André Luiz Barros compara a universidade e o jornalismo, a partir de alguns traços e motivações de origem, e faz algumas ponderações sobre as especificidades dessas duas instituições hoje. Roberto Bitencourt da Silva identifica no seu texto algumas nuances do deslocamento realizado no uso da noção de populismo dos meios acadêmicos para o discurso jornalístico, particularmente aquele operado nas páginas do *Jornal do Brasil* quando tratava do “populismo brizolista”.

Fechamos esta edição com duas breves reflexões sobre a política e o Brasil. Oswaldo Munteal Filho apresenta o resgate da teoria da dependência, realizado durante o Seminário Internacional Hegemonia e Contra-hegemonia, como um esforço inédito de diagnóstico diferenciado aos argumentos neoliberais e como tentativa de aproximação da academia com os problemas dos povos da periferia do capitalismo. Eurico de Lima Figueiredo escreve uma resenha sobre o livro *Brasil país do presente, contribuição para formulação do socialismo cristão brasileiro*, de Augusto Ariston e Jesus Chediak.

Também gostaríamos de destacar nesta edição a nova programação visual da **Comum** criada por Amaury Fernandes.

Noéli Correia de Melo Sobrinho

Doutor em Filosofia pela PUC-Rio, professor de Ciência Política da UERJ e da FACHA.

João Trajano Sento-Sé

Cientista político, professor adjunto do Depto. de Ciências Sociais da UERJ e pesquisador do Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ).

Ana Paula Mendes de Miranda

Doutora em Antropologia Social (USP), diretora do Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública (NUPESP-ISP), professora da Universidade Candido Mendes, coordenadora do Curso de Capacitação da Guarda Municipal de Niterói (Nufep-UFF).

Glaucia Maria Pontes Mouzinho

Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política (ICHF-UFF), pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Nufep-UFF), coordenadora do Curso de Capacitação da Guarda Municipal de Niterói (Nufep-UFF).

Kátia Sento Sé Mello

Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política (ICHF-UFF), pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Nufep-UFF), professora no Curso de Capacitação da Guarda Municipal de Niterói.

Cristina Rego Monteiro da Luz

Mestre e doutoranda em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora da Universidade Federal Fluminense e da FACHA, repórter e apresentadora de telejornais nas Redes Bandeirantes, Manchete e CNT.

André Luiz Barros

*Jornalista, doutorando em Letras (Literatura Comparada) na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), professor das Faculdades Integradas Hélio Alonso, ex-repórter especial de *Vêja-Rio* e *Jornal do Brasil*, ex-editor das revistas *Bravo!*, *República* e *Oi*, atual colaborador do *Jornal Valor* e de *CartaCapital*.*

Roberto Bitencourt da Silva

*Mestre em Ciência Política pelo PPGCP/UFRJ e professor de Sociologia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: betobitencourt@hotmail.com*

Oswaldo Munteal Filho

Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio, doutor em História Social pela UFRJ, professor adjunto na UERJ, PUC-Rio e FACHA, chefe do Departamento de História da UERJ.

Eurico de Lima Figueiredo

Professor e chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O niilismo europeu

Friedrich Nietzsche

Violência, medo e mídia

Notas para um programa de pesquisa

João Trajano Sento-Sé

Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os “camelôs”

Ana Paula Mendes de Miranda

Gláucia Maria Pontes Mouzinho

Kátia Sento Sé Mello

A Fênix em chamas

O ocaso do mito épico do jornalista

Cristina Rego Monteiro da Luz

Universidades e jornais:

motivações de origem

André Luiz Barros

A construção simbólica do “populismo brizolista”

operada pelo Jornal do Brasil

Roberto Bitencourt da Silva

A memória traída

Seminário Internacional resgata a teoria da dependência

Oswaldo Munteal Filho

Resenha

Socialismo, cristandade e o Brasil

Eurico de Lima Figuciredo

Expediente

Conselho Editorial:

Carlos Deane, Drauzio Gonzaga, Fernando Sá, José Guilherme de Azevedo Leite, Nailton de Agostinho Maia, Noéli Correia de Melo Sobrinho, Rosângela de A. Ainbinder.

Coordenação Editorial: Fernando Sá

Secretário Executivo: Marcelo Bastos

Projeto Gráfico: Amaury Fernandes

Editoração Eletrônica: André Luiz Cunha

Impressão: Corbã Editora Artes Gráficas Ltda.

Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura

Instituição de caráter educativo criada em 08.08.69, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito da Educação nos níveis do 1º e 2º Grau e Superior, com cursos na área de Comunicação Social, Turismo e Processamento de Dados, bem como contribuir através de projetos de desenvolvimento comunitário para o bem estar social.

Sede: Rua das Palmeiras, 60 – Rio de Janeiro – Botafogo – RJ.

FACHA

Rua Muniz Barreto, 51 – Botafogo – RJ – Tel./FAX: (021) 2553-0405

E-mail: facha@helioalonso.com.br

Diretor Geral: Hélio Alonso

COMUM – v 8 – n° 21– (julho/dezembro 2003) ISSN 0101-305X

Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso

2003

Semestral

136 Páginas

I. Comunicação – Periódicos. II. Educação

CDD 001.501

O niilismo europeu

Friedrich Nietzsche

Seleção, apresentação e tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho

Selecionamos e reunimos aqui, seguindo uma ordem cronológica, alguns “Fragmentos Póstumos” de Nietzsche, inéditos no Brasil, extraídos das *Oeuvres philosophiques complètes* (Éditions Gallimard, 1978), escritos entre os anos de 1885 a 1888 — portanto nos quatro últimos anos de sua produção intelectual — a propósito do *niilismo europeu*, que ele entende como sendo, em primeiro lugar, um fenômeno da modernidade que mergulha suas raízes na perspectiva moral do cristianismo e que se manifesta nos vários campos da cultura: na filosofia, na ciência, no pensamento político e econômico, na história e na arte.

O niilismo europeu moderno, que assumiu diversas conotações no curso da era moderna, nasce com a “morte de Deus”, com tudo o que este acontecimento crucial trouxe para o mundo da vida humana: uma consciência habitada pela ausência de sentido, pela indigência do conceito de totalidade, pela visão do devir-nada, enfim, pela descrença no mundo metafísico. Já não é mais possível pensar com a perspectiva de um fim, com a noção de unidade, com a pretensão de uma verdade. Prevalece então o *pathos* do “em vão”, a vontade de nada, a negação da vida, o desespero.

Sobre a indicação bibliográfica: o número do volume na edição francesa vem em algarismos romanos; em seguida aparecem respectivamente: o número do caderno, o número do fragmento entre colchetes e o número

da página. Sempre que os títulos dos fragmentos aparecem entre colchetes, estes títulos foram dados por mim. (NCMS)

XII 2[127]129 — [Niilismo e Cristianismo]

O niilismo está diante da nossa porta: de onde vem este que é o mais inquietante de todos os hóspedes?

1. Ponto de partida: é um *erro* ver nos “estados sociais de aflição”, ou nas “degenerações fisiológicas”, ou mesmo numa corrupção qualquer a *causa* do niilismo. Todas essas coisas admitem sempre interpretações totalmente diferentes. Ao contrário, é numa *interpretação muito determinada*, na interpretação moral-cristã, que se esconde o niilismo. Esta é a época mais honesta, mais compassiva. A angústia, a angústia espiritual, física, intelectual, é em si totalmente incapaz de produzir o niilismo, quer dizer, a recusa radical de um valor, de um sentido, de algo desejável.
2. O declínio do cristianismo — vítima da sua própria moral [que é dele indissociável —], que se volta contra o Deus cristão [o sentido de verdade, altamente desenvolvida pelo cristianismo, é assaltado pela *aversão* diante da falsidade e da ambigüidade de toda a interpretação cristã do mundo e da história. Passagem por contragolpe de “Deus é a verdade” à crença fanática de “Tudo é falso”. Budismo do *ato*...
3. O ceticismo em relação à moral constitui o elemento decisivo. O declínio da interpretação *moral* do mundo, que não encontra mais *aprovação*, depois que ela tentou se refugiar num para-além: acaba no niilismo do “Nada tem sentido” [o caráter inutilizável de Uma interpretação do mundo à qual se consagrou uma força enorme — desperta a suspeita de que *todas* as interpretações do mundo poderiam ser falsas —]. Traço budista, nostalgia do nada. [O budismo hindu *não* tem atrás de si uma evolução completamente moral, esta é a razão por que não há nele, no seu niilismo, senão uma moral não-superada: existência como punição e existência como erro combinadas e, por conseguinte, o erro como punição — apreciação de valor moral]. As tentativas filosóficas para superar o “Deus moral” [Hegel panteísta]. Superação dos ideais populares: o sábio. O santo. O poeta. Antagonismo de “verdadeiro” e de “belo” e “bom” — — —

4. Contra o “absurdo”, por um lado, contra os julgamentos de valor morais, por outro: em que medida toda a ciência e toda a filosofia dependiam até então de julgamentos morais? E não se ganha sobretudo, nesse mercado, a hostilidade da ciência? Ou da anti-cientificidade? Crítica do spinozismo. Os julgamentos de valor cristãos residuais, em todo lugar, nos sistemas socialistas e positivistas. Falta uma *crítica da moral cristã*.
5. As conseqüências niilistas da ciência da natureza atual [ao lado das suas tentativas para escapar do para-além]. Da sua atividade, *resulta* finalmente uma auto-dissolução, uma orientação contra *si*, uma anti-cientificidade. — Desde Copérnico, o homem rola do centro para um X.
6. As conseqüências niilistas do modo de pensamento político e econômico-político, onde todos os princípios saem progressivamente do cabotinismo: o sopro da mediocridade, da baixeza, da insinceridade etc.. O nacionalismo, o anarquismo etc.. Punição. Faltam a classe e o homem *salvadores*, os justificadores —
7. As conseqüências niilistas da história e dos “historiadores *práticos*”, quer dizer, dos românticos. A posição da arte: ausência absoluta de originalidade da sua posição no mundo moderno. Seu assombramento. O pretensão olimpianismo de Goethe.
8. A arte e a preparação do niilismo. Romantismo [fim dos Nibelungen de Wagner].

XII 5[71]211-217 — *O niilismo europeu*
Lenzer Heide: 10 de junho de 1887

1

Quais são as *vantagens* que oferece a hipótese moral cristã?

1. ela conferia ao homem um *valor* absoluto, em oposição à sua pequenez e à sua natureza fortuita no fluxo do devir e do desaparecer
2. ela servia aos advogados de Deus, na medida em que franqueava ao mundo, apesar do sofrimento e do mal, um caráter de *perfeição*, — aí incluída esta “liberdade” — o mal parecia pleno de *sentido*
3. ela coloca no homem um *saber* que assenta em valores absolutos e lhe traz assim um *conhecimento* adequado sobre o que, precisamente, é o mais importante ela impedia que o homem se desprezasse enquanto homem, que ele tomasse partido contra a vida, que ele desistisse do

conhecimento: ela era um *meio de sobrevivência*: — no todo: a moral era o grande *remédio* contra o *niilismo* prático e teórico.

2

Mas, dentre as forças que a moral desenvolveu, estava a *veracidade*: esta se volta finalmente contra a moral, descobre a sua *teleologia*, a sua perspectiva *interessada* — e eis que a *visão* desta tendência inveterada para a mentira, da qual se desiste de se livrar, age justamente como um estimulante. Para o niilismo. Constatamos agora a presença em nós de necessidades implantadas pela longa interpretação moral, e que nos aparecem também como necessidades do não-verdadeiro: por outro lado, é a elas que parece estar ligado o valor graças ao qual suportamos viver. Este antagonismo — *não* avaliar o que conhecemos, não mais *ter o direito* de avaliar as mentiras nas quais gostamos de nos embalar — desencadeia um processo de dissolução.

3

De fato, temos muita necessidade de um remédio contra o *primeiro* niilismo: a vida não é mais a tal ponto incerta, arriscada, absurda na nossa Europa. Uma tão monstruosa *superestimação* do *valor* do homem, do valor do mal etc., não é mais tão necessária hoje, suportamos uma *redução* considerável deste valor, podemos admitir muito absurdo e acaso: o *poder* alcançado pelo homem permite hoje uma *depreciação* dos meios disciplinares cuja interpretação moral era a mais forte. “Deus” é uma hipótese bastante extrema.

4

Mas as posições extremas não são substituídas pelas posições moderadas, mas por novas posições extremas, porém, *inversas*. É por isso que se acredita na imoralidade absoluta da natureza, na ausência de finalidade e de sentido dos *afetos* psicologicamente necessários, logo que a crença em Deus e numa ordem essencialmente moral não é mais defensável. O niilismo aparece hoje, *não* porque o desprezo da existência seja maior do que foi anteriormente, mas porque nos tornamos geralmente desconfiados em relação a um “sentido” do mal, ou mesmo da existência. *Uma* interpretação desabou; mas, pelo fato de que ela passava por ser “*a interpretação*”, parece que não há mais qualquer sentido na existência, que tudo é *em vão*.

5

Mas precisa ser ainda demonstrado que este “em vão!” é a característica do nosso niilismo atual. A desconfiança das nossas apreciações de valor anteriores culmina na questão: “todos os «valores» não seriam chamarizes graças aos quais a comédia fica rendendo, sem com isso se aproximar de um desfêcho?” A *duração*, com um “em vão”, sem propósito ou fim, constitui o pensamento *mais paralisante*, sobretudo quando se compreende que se foi enganado, e não obstante impotente para não se deixar enganar.

6

Pensemos este pensamento na sua mais terrível forma: a existência, tal como ela é, privada de sentido e de finalidade, mas se repetindo inelutavelmente, sem acabar no nada: “o eterno retorno”.

Esta é a forma mais extrema do niilismo: o nada [a ausência de sentido] eterno!

Forma européia do budismo: a energia do saber e da força *impõe* esta crença. Esta é a *mais científica* de todas as hipóteses possíveis. Negamos os últimos fins: se a existência tivesse um, ele deveria ter sido já alcançado.

7

Portanto, compreende-se que aqui se aspira o contrário do panteísmo: pois “Tudo que é perfeito, divino, eterno” *impõe também uma crença no “eterno retorno”*. Pergunta: esta posição panteísta do “sim” a todas as coisas se tornou impossível junto com a moral? No fundo, somente o Deus moral foi superado. Há algum sentido em se imaginar um Deus “para-além do bem e do mal”? Um panteísmo seria possível *nesse* sentido? Excluimos do processo a representação do objetivo, dizendo *apesar de tudo* “sim” ao processo? — Este seria o caso se, no interior deste processo e em cada um dos seus momentos, algo fosse *alcançado* — e sempre a mesma coisa.

Spinoza havia chegado a esta posição do “sim”, na medida em que cada momento possui uma necessidade *lógica*: e, com o seu instinto fundamentalmente lógico, ele venceu um mundo *assim* conformado.

8

Mas o seu caso não é um caso isolado. *Todo traço de caráter fundamental* que se encontra no fundo de *todo* acontecimento, que se exprime em todo acontecimento, deveria, se ele é sentido por um indivíduo como *seu próprio*

traço de caráter fundamental, levar este indivíduo a aprovar vitoriosamente cada instante da existência universal. Tratar-se-ia somente de sentir em si este traço de caráter fundamental como bom, precioso, gerador de prazer.

9

Mas a *moral* protegeu a vida do desespero e do salto para o nada, nos homens e nas classes sociais que violentavam e oprimiam os outros *homens*: pois é a impotência diante dos homens, *não* a impotência diante da natureza, que engendra a amargura mais desesperada diante da existência. A moral tratou os defensores do poder, os defensores da violência, os “senhores” em geral, como os inimigos contra os quais o <homem> comum devia ser protegido, *quer dizer, em primeiro lugar, encorajado e confortado*. A moral ensinou por conseguinte a *odiar* e a desprezar o mais profundamente possível o que constitui o traço de caráter fundamental dos dominadores: *sua vontade de poder*. Eliminar, negar, despedaçar esta moral: isto seria conferir ao instinto mais odioso uma qualidade afetiva e uma valorização *inversas*. Se o homem sofredor, o oprimido, *perdesse a convicção* de que ele tem o *direito* de desprezar a vontade de poder, ele seria encurralado num estado de desespero sem recurso. Este seria o caso, se este traço fosse essencial à vida, se ele revelasse que, mesmo nesta “vontade moral”, só há “vontade de poder” disfarçada, que mesmo este ódio e este desprezo continuam sendo uma vontade de poder. O oprimido se daria conta de que ele está *no mesmo plano* do opressor e que ele não tem em si qualquer *privilégio*, qualquer *precedência*.

10

Ocorre antes o *inverso*! Não há nada na vida que tenha valor, a não ser o grau de poder — a supor justamente que a própria vida seja vontade de poder. A moral protegia os *malogrados* do niilismo, conferindo a *cada um* deles um valor infinito, um valor metafísico, e o inserindo numa ordem que não está de acordo com aquela do poder e da hierarquia mundanos: ela ensinava o devotamento, a humildade etc.. *A supor que a fé nesta moral fosse aniquilada*, os malogrados perderiam sua consolação — e *seriam aniquilados*.

11

Este *aniquilamento* se apresenta como um — *auto-aniquilamento*, como uma escolha instintiva daquilo que *deve destruir*. *Sintomas* desta auto-des-

truição dos malogrados: a auto-vivisseccão, o envenenamento, a embriaguez, o romantismo, sobretudo a necessidade instintiva de cometer ações através das quais se faz dos poderosos seus *inimigos mortais* [criando eles mesmos, por assim dizer, os seus carrascos], a *vontade de destruição* como vontade de um instinto ainda mais profundo, o instinto de auto-destruição, a *vontade de nada*.

12

O niilismo como sintoma daquilo que os malogrados não têm mais consolo: daquilo que eles destroem para serem destruídos, daquilo que, afastados da moral, eles não têm mais por que “se sacrificar” — daquilo que eles se colocam no terreno do princípio contrário e *querem* também por sua vez o *poder*, *obrigando* os poderosos a serem seus verdugos. Esta é a forma europeia do budismo, o *fazer-negativo*, uma em que toda a existência perdeu o seu “sentido”.

13

Não é somente a “angústia” que cresce: pelo contrário! “Deus, moral, sacrifício” eram os remédios, para os níveis terrivelmente baixos do desenlace: o *niilismo ativo* aparece em circunstâncias relativamente bem mais favoráveis. O simples fato de que a moral seja sentida como superada pressupõe um grau apreciável de cultura intelectual; e esta, por sua vez, um relativo bem-estar. Uma certa lassidão intelectual, que o longo combate entre opiniões filosóficas conduziu a um ceticismo desesperado *em relação à filosofia*, caracteriza também o estado destes niilistas, que não têm nada de *inferior*. Pensemos na situação em que apareceu Buda. A doutrina do eterno retorno teria pressupostos *eruditos* [como tinha na doutrina de Buda, por exemplo, o conceito de causalidade etc.].

14

O que significa hoje “malgrado”? Seu significado é sobretudo *fisiológico*: mais político. O tipo de homem *menos saudável* na Europa [em todas as classes] constitui o terreno deste niilismo: ele sentirá a crença no eterno retorno como uma *maldição*, uma maldição tal que, uma vez que ela os atingiu, não se recua mais diante de qualquer ação: não se extinguir passivamente, mas *provocar* a extinção daquilo que chegou a este ponto privado de sentido e finalidade: ainda que não haja senão crispação e furor cego na

revelação de que tudo existia desde a eternidade — aí compreendido este momento de niilismo e prazer de destruir. — O VALOR *de uma tal crise* é que ela *purifica*, concentra os elementos aparentados e os faz se corromper mutuamente, atribui aos homens de mentalidades opostas tarefas comuns — trazendo assim à luz os mais fracos, os mais incertos entre eles, ainda que ela dê assim o impulso, do ponto de vista da saúde, *a uma hierarquia das forças*: reconhecendo como tais os que comandam, como tais os que obedecem. Naturalmente, fora de todas as estruturas sociais existentes.

15

Que homens se revelaram então como sendo os *mais fortes*? Os mais comedidos, aqueles que não somente admitem uma boa dose de acaso e de absurdo, mas a desejam, aqueles que podem pensar no homem com uma considerável redução do seu valor, sem se tornar por isso pequenos ou fracos: os mais ricos de saúde, que são capazes de enfrentar a maior parte das infelicidades e portanto não temem assim as infelicidades — os homens que *estão certos do seu poder* e que representam com um orgulho consciente a força *alcançada* pelo homem.

16

Como um homem assim pensaria no eterno retorno? —

XIII 9[35]27-29 — [Niilismo Ativo e Niilismo Passivo]

1. O *niilismo um estado NORMAL*.

Niilismo: falta a finalidade; falta a resposta ao “para que?”; o que significa niilismo? — *que os valores supremos se desvalorizam*.

Isto é DUVIDOSO:

A. Niilismo enquanto sinal *do poder aumentado do espírito*: enquanto NIILISMO ATIVO. Pode ser um sinal de *força*: a força do espírito pôde crescer de tal maneira, que os alvos fixados *até então* [“convicções”, artigos de fé] não estavam à sua altura

— de fato, uma crença exprime geralmente a violência das *condições de existência*, uma submissão à autoridade das circunstâncias nas quais um ser *prospera, adquire poder...*

Por outro lado, um sinal de força *insuficiente* para poder produtivamente *se atribuir* um novo fim, um porquê, uma crença.

Ele atinge seu *MAXIMUM* de força relativa enquanto força violenta da *DESTRUIÇÃO*: enquanto *niilismo ativo*. Seu contrário seria o niilismo esgotado que pára de *atacar*: sua forma mais célebre, o budismo: enquanto *niilismo passivo*.

O niilismo representa um patológico *estado intermediário* [patológica é a enorme generalização, a conclusão de uma *ausência total de sentido*]: seja porque as forças produtivas não são ainda bastante poderosas; seja porque a *décadence* hesita e os remédios não foram ainda inventados.

B. Niilismo enquanto *declínio e regressão do poder do espírito*: o *NILISMO PASSIVO*: enquanto sinal de fraqueza: a força do espírito pode estar cansada, *esgotada*, de maneira que os objetivos e os valores *até então* predominantes são agora inadequados, impróprios e não encontram mais credibilidade — na medida em que a síntese dos valores e dos fins [sobre a qual repousa o poder de uma cultura] se dissolve, ainda que os diferentes valores estejam em guerra: decomposição na medida em que tudo o que reconforta, cura, tranqüiliza, atordoia, passa para o primeiro plano, sob diversos *disfarces*: religiosos, morais, políticos, estéticos etc.

2. Pressupostos desta hipótese

Que não há absolutamente verdade; que não há qualquer conformação absoluta das coisas, qualquer “coisa em si”

— *isto mesmo é um niilismo*, e, para falar a verdade, *o mais extremo*. Ele coloca o valor das coisas precisamente no fato de que *nenhuma* realidade corresponde a este valor, mas somente um sintoma de forças *naqueles que instituíram os valores*, uma simplificação *dos fins da vida*.

XIII 9[43]31-33 — [Niilismo Extremo]

A questão do niilismo “*para que?*” procede do velho hábito de considerar o fim como posto, como dado, exigido do exterior — ou seja, por uma *autoridade supra-humana* qualquer. A partir do momento em que se esqueceu de acreditar nisso, se procurou também, seguindo este velho hábito, uma *OUTRA autoridade* que pudesse *falar absolutamente*, comandar os fins e as tarefas. A autoridade da *CONSCIÊNCIA* passa agora para o primeiro plano [quanto mais ela se liberta da teologia, mais a *moral* se torna imperativa]: enquanto sucedâneo compensatório da perda de uma autoridade *pessoal*. Ou é a autoridade da *RAZÃO*. Ou é o *instinto social* [o rebanho]. Ou ainda a *CIÊNCIA* histórica com um

espírito imanente, que tem seu fim em si mesma, à qual *se pode apelar*. Gostaria de poder *contornar* a vontade, o *fato* de *querer um fim*, o risco de fixar um si-mesmo, gostar-se-ia de se desonerar de toda responsabilidade [— aceitar-se-ia o *fatalismo*]. Enfim: a *felicidade* e, com alguma tartufaria, a *felicidade da maioria* fins individuais e seu conflito

fins coletivos em luta contra os fins individuais. *Fazendo isso, cada um toma um partido, também os filósofos.*

E se diz: 1] um fim determinado não é absolutamente necessário

2] não é absolutamente previsível.

No momento mesmo em que a *força suprema* da *vontade* fosse exigida, ela estaria no seu grau *mais fraco* e *mais pusilânime*.

Desconfiança absoluta em relação à força organizadora da vontade para a totalidade.

Época em que todas as “apreciações de valor intuitivas” passam, sucessivamente, ao primeiro plano, como se pudesse *receber* delas *as diretrizes*, das quais se fica por outro lado privado.

— “por que?” a resposta é exigida

1. pela consciência

2. pelo impulso para a felicidade

3. pelo “instinto social” [gregário]

4. pela razão [“espírito”] — somente para não se ter nada a *querer*, não se ter absolutamente de impor a si o “para que”

5. enfim, o *fatalismo*, “*não há absolutamente resposta*”, mas “isto LEVA A ALGUM LUGAR”, “é impossível querer um porquê” com *devotamento... ou revolta... Agnosticismo em relação ao fim*

6. enfim [a *negação* enquanto *porquê* da vida; a vida enquanto algo que se *concebe* enquanto não-valor e finalmente se *liquida*.

XIII 9[44]33-34 — [Origens do Nihilismo]

Para a *terceira* digressão

Ponto de vista principal: que se abstenha de considerar a *tarefa* da espécie superior como se ela consistisse em *dirigir* a inferior [assim como, por exemplo, o faz Comte —], mas antes a inferior como *base* sobre a qual uma espécie superior vive para a sua tarefa *própria*, — sobre cuja base ela *pudesse* primeiramente *se manter*.

as condições nas quais a espécie *forte e nobre* se conserva [em relação a uma disciplina espiritual], são o inverso daquelas em que se encontram as “massas industriais” dos lojistas *à la* Spencer.

O que só é permitido às naturezas *mais fortes e mais fecundas*, para tornar possível a *sua* existência — ociosidade, aventura, incredulidade e mesmo orgia — tudo isso, colocado à disposição das naturezas medianas, as destruiria necessariamente — o que ocorre efetivamente. Aqui, o labor assíduo, a regra, a moderação, a firme “convicção” estão no seu devido lugar, — em suma, as virtudes gregárias: graças às quais este tipo de homem médio atinge a sua perfeição.

Origens do NIILISMO:

1. *ausência da espécie superior*, quer dizer, aquela cuja fecundidade e poder inesgotáveis mantêm a crença no homem. [Que se pense em tudo o que se deve a Napoleão: quase todas as esperanças superiores deste século].
2. *a espécie inferior* “rebanho” “massa” “sociedade” esquece a modéstia e incha suas necessidades com valores *cósmicos e metafísicos*. Assim, toda a existência fica *vulgarizada*: de fato, na medida em que reina a *massa*, ela tiraniza as *exceções* tanto e de tal modo, que estas perdem a fé em si mesmas e se tornam *niilistas*.

Todas as tentativas de *imaginar os tipos superiores* MALOGRARAM [“romantismo”, o artista, o filósofo, contra a tentativa de Carlyle para atribuir-lhes os supremos valores morais].

Resistência contra os tipos superiores, como resultado.

Dedínio e incerteza de todos os tipos superiores: luta contra o gênio [“poesia popular” etc.]. A compaixão para com os inferiores e os sofredores, como critério de *elevação da alma*.

falta o filósofo, o exegeta do ato, não somente o re-inventor poético.

XIII 10[192]202 — [Niilismo Radical]

Para o plano

O *niilismo radical* é a convicção do caráter absolutamente insustentável da existência, logo que <se trata> dos valores supremos que se reconhece nela, aí incluída a *compreensão* de que não temos o menor direito de colocar

um para-além ou um em-si das coisas, que fosse “divino”, a imagem viva da moral.

Esta compreensão é uma conseqüência da “veracidade” levada à sua maturidade; e assim, é inclusive uma conseqüência da crença na moral.

Eis a antinomia: na medida em que acreditamos na moral, *condenamos* a existência.

A lógica do pessimismo até o último NILISMO: do que se trata aí? — a noção de *falta de valor*, da *insignificância*: em que medida as avaliações morais se ocultam atrás de todas as outras avaliações.

— Resultado: *as avaliações morais são condenações, a moral é o desvio da vontade de existir...*

Problema: *mas então, o que é a MORAL?*

XIII 11[99]242-245 — *Crítica do niilismo*

1

O *niilismo* enquanto *estado psicológico* deverá ocorrer em *primeiro lugar* quando tivermos buscado em todo acontecimento um sentido que não se encontra nele: de maneira que aquele que busca acabará por perder a coragem. O *niilismo* será então a consciência progressiva de um longo *desperdício* de força, o tormento do “Em vão”, a insegurança, a falta de condições para de algum modo se reconciliar, para poder se tranqüilizar sobre o que quer que seja — a vergonha de si mesmo por se estar entregue a uma muito longa *impostura*... Poderia ter havido um tal *sentido*: o “cumprimento” de um supremo cânone moral em todo acontecimento; a ordem moral universal; ou o crescimento do amor e da harmonia entre os seres; ou a aproximação de um estado de nada universal — um fim é sempre um sentido. O que é comum a todas as representações deste tipo é que uma coisa qualquer deve ser *alcançada* pelo próprio processo: — mas eis que se compreende que o *dever* não atinge *nada*, não alcança *nada*... Portanto, a decepção quanto a um pretenso *fim do dever* é a causa do *niilismo*: quer ele se manifeste em relação a um fim absolutamente determinado, quer, sob a forma de uma compreensão generalizada, em relação à insuficiência de todas as hipóteses, finalistas até então, que dizem respeito ao conjunto da “evolução” [o homem *não é mais* o colaborador, menos ainda o centro do *dever*].

O niilismo enquanto estado psicológico ocorreu *em segundo lugar* quando se supôs uma *totalidade*, uma *sistematização*, ou seja, uma *organização* em todo acontecimento e subjacente a todo acontecimento: de maneira que é na representação de uma forma suprema de dominação e de organização que a alma transtornada de veneração e de admiração chega a se saciar [caso seja ela uma alma de lógico, basta a conclusão absoluta e uma dialética rigorosa para reconciliá-la com todas as coisas...]. Uma espécie de unidade, uma forma qualquer de “monismo”: e em consequência desta crença, o homem se encontra num profundo sentimento de correlação e de dependência para com uma totalidade que o ultrapassa infinitamente, um modo da divindade... “O bem da totalidade exige o devotamento do indivíduo”, (...) mas eis que não *existe* absolutamente semelhante totalidade! No fundo, o homem perdeu a fé no seu próprio valor, logo que nele não agia mais uma totalidade de valor infinito: o que significa dizer que foi *para poder acreditar no seu próprio valor* que ele concebeu esta totalidade.

O niilismo enquanto estado psicológico tem ainda uma *terceira e última* forma. Uma vez dadas estas duas *visões*, a saber, que o devir não chega a nada, que não se deve esperar que ele chegue a algum lugar e que, apesar de todo o devir, nenhuma grande unidade reina aí, uma unidade na qual o indivíduo pudesse mergulhar como numa coisa de supremo valor: não resta outra *escapatória* senão a de condenar completamente este mundo do devir como ilusório e inventar um outro mundo, para-além deste mundo, como sendo o mundo *verdadeiro*. Mas logo que o homem chega a perceber que este mundo só é construído de necessidades psicológicas e que nada absolutamente autoriza uma tal construção, se produz a última forma de niilismo, que inclui a *descrença em relação a um mundo metafísico*, — portanto, uma forma que proíbe a crença num mundo *verdadeiro*. A partir desse ponto de vista, se concede à realidade do devir como sendo a *única* realidade e se proíbe qualquer caminho desviado que levaria a outros-mundos e a falsas divindades — mas *não se suporta absolutamente este mundo daqui, que por outro lado não se poderia negar...*

— O que se passou exatamente? O sentimento de *ausência de valor* veio à luz quando se compreendeu que o caráter da existência no seu conjunto não poderia ser interpretado nem pelo conceito de “*fim*”, nem pelo conceito de “*unidade*”, nem pelo conceito de “*verdade*”. Assim, não se chegou a nada, nem se alcançou nada; falta na pluralidade dos acontecimentos uma unidade que a supere e a englobe: o caráter da existência não deve ser

“verdadeiro”, ela é *falsa*... não se tem simplesmente mais qualquer razão para imaginar um mundo verdadeiro...

Em suma: as categorias de “fim”, “unidade” e “ser”, por intermédio das quais infiltramos um valor no mundo, eis o que *excluimos dele* — e agora o mundo *parece sem valor*...

2

Admitindo hipoteticamente que reconhecemos até que ponto não se poderia mais *interpretar* por meio dessas três categorias e que, a partir desta compreensão, o mundo começou a perder todo o valor para nós: seria preciso então perguntar *de onde* vem a nossa crença nestas três categorias, — tentemos ver se é possível negar a nossa crença nelas! Logo que *desvalorizamos* estas três categorias, por ter provado que elas são inaplicáveis ao todo, não há mais qualquer razão *por que desvalorizar o todo*.

★

Resultado: *a crença nas categorias da razão é a causa do niilismo*, — medimos o valor do mundo com estas categorias, *que saem de um mundo puramente fictício*.

★

Resultado final: todos os valores por meio dos quais até agora buscamos tornar o mundo apreciável e assim mesmo acabamos por *depreciá-lo*, logo que eles se revelaram inaplicáveis — todos estes valores, para reavaliá-los psicologicamente, são apenas os resultados de certas perspectivas de utilidade adequadas para manter e aumentar as formas de dominação humana: perspectivas que são falaciosamente *projetadas* na essência das coisas. É sempre a mesma *ingenuidade hiperbólica* do homem que o leva <a se tomar> como o sentido e a medida do valor das coisas...

XIII 11[119]250-251 — [Advento do Nihilismo]

Para o prefácio

Eu descrevo o que virá: o advento do niilismo. Tenho aqui o que descrever, porque aqui se produz algo de necessário — os sinais disso estão em todo lugar manifestos, somente faltam ainda os *olhos* para estes sinais. Louvo, não censuro aqui *o fato de que* ele virá: acredito que haverá uma das

maiores *crises*, um momento do *mais profundo* retornar-a-si do homem: saber se o homem se reconhecerá, se ele dominará esta crise, esta é uma questão que depende da sua força: isto é *possível*...

O homem moderno acredita de maneira experimental tanto neste como naquele *valor*, com o risco de deixá-los desabar: a esfera dos valores ultrapassados e decaídos aumenta sem cessar; o *vazio* e a *indigência dos valores* se tornam cada vez mais sensíveis: movimento irresistível — apesar de uma tentativa de grande convergadura para retardar seu efeito —

Enfim, o homem moderno arrisca de uma maneira geral uma crítica dos valores; ele *reconhece* as origens deles; e reconhece isso o bastante para não mais acreditar em qualquer valor: eis o *pathos*, o novo estremecimento...

O que conto aqui é a história dos dois séculos vindouros...

XIII 11[150]262-263 — PARA A HISTÓRIA DO NILISMO EUROPEU

O período de *OBSCURIDADE*, as tentativas de todos os tipos para conservar o antigo e não deixar escapar o novo.

O período de *CLAREZA*: *compreende-se* que o antigo e o novo são fundamentalmente contrários: os antigos valores nascidos da vida declinante, os novos da vida em pleno vôo, — <que> o conhecimento da natureza e da história não nos permite mais estas “esperanças”, — que *todos os antigos ideais* são hostis à vida [nascidos da *décadence* e determinando a *décadence*, ainda que sob os suntuosos hábitos do domingo da moral] — *compreendemos* o antigo e estamos longe de ser bastante fortes para o novo.

O período dos TRÊS GRANDE AFETOS
o desprezo
a compaixão
a destruição.

O período da *CATÁSTROFE*
o surgimento de uma doutrina que passa pelo crivo dos homens..., que leva os fracos a tomar resoluções, assim como os fortes.

Prefácio

1

As grandes coisas exigem que se guarde silêncio a respeito delas ou que se fale delas com grandeza: com grandeza, quer dizer, cinicamente, e com inocência.

2

O que eu conto aqui é a história dos dois séculos vindouros. Eu descrevo o que virá, o que não pode mais vir de outra maneira: *o advento do niilismo*. Esta história pode ser relatada a partir de agora: pois é a própria necessidade que o exige. Este futuro fala já através de mil sinais, este destino se anuncia em todo lugar: para esta música do futuro, todos os ouvidos estão desde já afinados. Toda a nossa cultura européia se pôs já há muito tempo numa torturante tensão que cresce com as décadas, como levando a uma catástrofe: inquieta, violenta, precipitada: como um fluxo que quer *se extinguir*, que não procura mais retornar a si, que teme retornar a si.

3

— Este que toma aqui a palavra não tem, ao contrário, nada a fazer até agora senão *retornar a si*: como filósofo e eremita de instinto, que buscava sua vantagem no fato de ficar à parte, fora, na paciência, na dilação, na demora; enquanto espírito que arrisca e experimenta, que foi já extraviado uma vez em cada labirinto do futuro: como espírito agoureiro, que *olha para trás* quando conta o que virá; como o primeiro perfeito niilista da Europa, mas que viveu já em si mesmo o niilismo até o seu termo — que o tem atrás de si, acima de si, fora de si...

4

E, de fato, que não se fique enganado com o sentido do título, pelo qual se vai denominar este Evangelho do futuro: “*A Vontade de Poder. Tentativa de uma inversão de todos os valores*” — fórmula pela qual se expressa um *contra-movimento*, quanto ao princípio e à tarefa: um movimento que, num

futuro qualquer, tomará o lugar deste niilismo completo; que no entanto o *pressupõe*, logicamente e psicologicamente; que de qualquer maneira *só pode* se referir *a si* e só pode proceder *de si*. Mas por que o advento do niilismo é agora *necessário*? Porque são os nossos próprios valores que, nele, tiram a sua última conseqüência; porque o niilismo é a lógica, levada até o seu termo, dos nossos grandes valores e dos nossos ideais, — porque é preciso que vivamos o niilismo para desvelar qual era o valor propriamente dito destes “valores”... Será preciso, num momento qualquer, *novos valores*...

XIV 14[9]28-29 — [Niilismo e Cristianismo]

Nada será mais útil e mais digno de ser incentivado do que um *niilismo* conseqüente *em ação*.

: tal como eu compreendo todos os fenômenos do cristianismo, do pessimismo, <eis o que> eles exprimem: “estamos maduros para não ser; para nós, é razoável não ser”

esta linguagem da “razão” seria nesse caso também a linguagem da *Natureza seletiva*.

Mas o que se deve efetivamente condenar é este caráter duvidoso e inconseqüente de uma religião, tal como é o *cristianismo*: ou, mais exatamente, da *Igreja*, que, em vez de encorajar para a morte e para a auto-destruição, protege tudo o que é doente e malgrado, e permite que isto se reproduza.

Problema: com que tipo de meios se poderia atingir uma forma estrita do grande niilismo contagioso: uma forma que, com uma proibição totalmente científica, ensina e pratica a morte voluntária... [e *não* a arte de continuar vegetando miseravelmente, prevenindo uma “pós-existência” falaciosa —].

Não se poderia condenar muito severamente o cristianismo, porque ele depreciou o *valor* deste grande niilismo *purificador* [tal como estava talvez em marcha], com a idéia da pessoa privada imortal: assim também com a esperança de ressurreição: em suma, sempre impedindo o *ato do niilismo*, o suicídio... Ele o substituiu pelo lento suicídio: pouco a pouco, uma vida mesquinha e pobre, mas durável, cada vez menor, uma vida burguesa, medíocre e completamente ordinária, etc.

XIV [7]274-275 — [História do Niilismo]

Não se trata absolutamente do melhor ou do pior dos mundos: “não” ou “sim”, esta é aqui a questão. O instinto nihilista diz não; sua afirmação mais moderada é que não-ser vale mais do que ser, que o desejo de nada tem mais valor do que o querer-viver; sua afirmação mais rigorosa é que, se o nada é o que há de mais desejável, esta vida, enquanto sua antítese, é absolutamente sem valor — condenável...

Inspirando-se nestes julgamentos de valor, um pensador buscará involuntariamente que todas as coisas às quais ele atribui ainda instintivamente valor prestem o seu serviço, para a justificação de uma tendência niilista. Esta é sobretudo a grande impostura de Schopenhauer, que tinha um interesse muito vívido em muitas coisas: mas o espírito do niilismo lhe proibia atribuir isto ao querer-viver: além disso, vemos uma série de ensaios sutis e ousados para atribuir honra à arte, à sabedoria, à beleza da natureza, à religião, à moral, ao gênio, fazendo disso, por causa da sua aparente hostilidade para com a vida, desejos do nada.

Resumo

Esta coleção de fragmentos póstumos de Nietzsche trata do advento e da história do niilismo europeu e das características que ele assume nos diversos campos da cultura e da vida, especialmente enquanto consciência da ausência de fim da história, de unidade no mundo e de verdade do ser.

Palavras-chave

Friedrich Nietzsche [1844-1900], niilismo europeu, sentido histórico, filosofia metafísica.

Abstract

This collection of Nietzsche's posthumous fragments deal with the emergence and the history of the European nihilism, and also with the features it gains in the several fields of culture and life, chiefly as the conscience of the lack of historical ends, world unity, and truth.

Key-words

Friedrich Nietzsche [1844-1900], European nihilism, historical sense, metaphysical philosophy.

Violência, medo e mídia

Notas para um programa de pesquisa

João Trajano Sento-Sé

Apresentação

Trata-se de lamentável truísmo a afirmação de que os níveis de criminalidade violenta nos principais centros urbanos brasileiros são, hoje, um dos maiores desafios à consolidação da ordem democrática no Brasil. A magnitude do problema é diretamente proporcional ao número de atores a serem mobilizados para o enfrentamento adequado e conseqüente que, até prova em contrário, é desejado pela maioria da população. As páginas a seguir são destinadas à reflexão de um aspecto do problema, a saber, as correlações plausíveis entre percepções compartilhadas de insegurança e o tratamento destinado pela mídia às questões relativas à violência e à segurança pública. Embora esse seja um campo quase consensualmente reconhecido como da maior relevância, não existem muitos estudos dedicados a ele no Brasil. O presente artigo não tem a pretensão de suprir tal lacuna. Seu objetivo, bem mais modesto, é apontar para algumas das muitas discussões a serem levadas em conta na formulação e realização de pesquisas nessa área específica. Do mesmo modo, pretende sugerir algumas dificuldades metodológicas e operacionais que tal empreendimento possivelmente enfrentará. Para tanto, procuraremos evidenciar a centralidade da questão do medo e algumas das conseqüências

potencialmente devastadoras de sua disseminação no corpo social, tal como, tudo indica, está ocorrendo no Rio de Janeiro e em outras grandes cidades brasileiras. Posteriormente, sugerimos, intuitivamente, que embora não seja responsável exclusiva por tal processo, a mídia, em função do tratamento concedido às questões relativas à violência e à segurança pública, tem, com frequência, contribuído para alimentá-lo. Estabelecer referências que dimensionem e qualifiquem o papel da mídia na disseminação do sentimento de insegurança sem resvalar na mera denúncia infundada ou, o que seria pior, ceder à tentação de defender mecanismos de censura é um desafio para cujo enfrentamento algumas pistas são esquadrinhadas a seguir.

Violência e medo

Uma das mais desconcertantes constatações feitas pelos estudiosos dedicados à análise do fenômeno da criminalidade urbana foi a inexistência de uma correlação direta entre os indicadores registrados e a percepção geral sobre os níveis de insegurança por parte das populações urbanas. Isso quer dizer que podemos (e de fato isso ocorre com frequência), em determinadas conjunturas, estar convivendo com índices estacionários ou decrescentes de criminalidade violenta e, nessa mesma conjuntura, a curva relativa aos sentimentos de vulnerabilidade e insegurança se comportar de forma ascendente. O mesmo descompasso pode se manifestar pela inversão simultânea das duas tendências. Aparentemente, esse é um dado razoavelmente generalizado nos grandes centros urbanos, havendo registros sobre ele em várias pesquisas feitas em grandes cidades norte-americanas e européias. No Brasil, ainda na primeira metade dos anos de 1990, Soares (1996) qualificou o crescimento do sentimento de insegurança e seus desdobramentos efetivos e potenciais como a emergência de uma espécie de “cultura do medo”.

O reconhecimento da relevância de tal fenômeno para a definição de padrões societários em contextos de grandes metrópoles impôs duas ordens de interpelações claramente articuladas entre si. Primeiro: se o crescimento ou o decréscimo efetivo dos índices “objetivos” de criminalidade violenta não é capaz de explicar o medo e a sensação de insegurança, quais seriam as outras variáveis que concorreriam para o comportamento desses indicadores? Segundo: quais seriam as conseqüências, a curto e médio prazos, do crescimento do medo e da sensação de insegurança ou, na ex-

pressão de Soares, da disseminação da cultura do medo nas grandes metrópoles. Embora nem sempre os especialistas em segurança pública se atenham à magnitude dessas questões, elas envolvem implicações que excedem largamente seu campo de estudos específicos. Afinal, se a questão da segurança, bem como seu oposto, ocupam, hoje, um lugar central não somente na agenda de lideranças e gestores públicos, mas, de forma ainda mais dramática, no conjunto de preocupações mais destacadas dos moradores das grandes cidades, parece claro que suas implicações orientam decisivamente os códigos de conduta, as modalidades de interação social e os mecanismos de construção de identidade de uma parcela nada negligenciável de homens e mulheres. É possível, portanto, que as questões aí envolvidas venham a se tornar a marca distintiva da sociabilidade de uma época.

Provavelmente, o relativo desinteresse dos especialistas pelo tipo de inquirição mencionado no parágrafo anterior tem a ver com os desafios mais imediatos e prementes implicados na disseminação do medo. Do ponto de vista das ciências sociais aplicadas, a interrogação sobre as variáveis que concorrem para o crescimento do medo incide diretamente sobre a definição de políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações das grandes cidades. Incide, igualmente, sobre a adoção de estratégias mais efetivas de segurança pública e mesmo sobre a redefinição do que venha a ser a atuação eficaz nessa área. Vejamos, mais detidamente, o que cada uma dessas questões significa, começando pela segunda.

O medo é caracterizado pelo crescimento, em grande escala, do sentimento de vulnerabilidade dos indivíduos. Dito de forma simples: ele se torna socialmente relevante numa situação em que um número cada vez maior de indivíduos se sente mais vulnerável e passível de ser, direta ou indiretamente, vítima de uma ação violenta perpetrada por outro indivíduo ou por um grupo. Tal sentimento se traduz, por exemplo, na corrosão da confiança de que os mecanismos institucionais de defesa da vida e do patrimônio são eficientes o bastante para sua proteção. Ora, em vários aspectos, importa pouco que tal percepção seja ou não fundada, que ela se baseie no conhecimento adequado dos dados “objetivos” ou seja fruto de uma visão distorcida do mundo. Cabe ter em mente que, uma vez largamente disseminada, tal percepção tenderá, necessariamente, a incidir sobre o comportamento de indivíduos e grupos sociais, funcionando, provavelmente, como princípio norteador de estraté-

gias defensivas voltadas para aplacar a vulnerabilidade que, experimentada como tal, torna-se realidade sociológica.

As estratégias para lidar reativamente com o medo variam sensivelmente. Elas podem induzir a mudanças de hábitos como evitar sair à noite, reduzir a frequência a espaços públicos (geralmente, a rua é encarada como o lugar de risco, ainda que muitas das condutas violentas sejam perpetradas no espaço doméstico), evitar certas áreas tidas como mais perigosas. Atitudes como essas implicam claramente o cerceamento do sentido de liberdade individual e restrições ao direito de ir e vir, um dos pilares do direito civil. Elas têm conseqüências igualmente visíveis sobre os padrões de sociabilidade de uma dada comunidade e implicam um retraimento da esfera pública. Contudo, ainda que possam ser encaradas como danosas para a qualidade de vida e para o vigor público de uma sociedade, elas estão longe de se constituírem como as mais danosas das estratégias de autoproteção disponíveis.

Estando associada à degradação da confiança nas instâncias formais de garantia da segurança, a sensação de medo suscita, com frequência, a busca de mecanismos alternativos que compensem a suposta ineficiência daquelas instâncias. Tal estratégia tende a se efetivar pelo acionamento de recursos privados de proteção. Em sua versão mais abertamente empresarial, a busca de alternativas privadas de provimento de segurança alimenta, atualmente, uma próspera e expansionista indústria que comercializa recursos humanos e tecnologia cada vez mais avançada. O crescimento desse setor é um dado observável em várias partes do mundo, mas o caso brasileiro tem algumas características singulares.

A naturalização do recurso a mecanismos privados de segurança traz consigo o risco de que se negligencie seu caráter discriminatório. Enquanto atribuição exclusiva do Estado, o provimento de segurança deve ser encarado como um daqueles benefícios universalizantes que compõem o patrimônio básico da cidadania. Ou seja, todos os cidadãos têm igual direito à preservação de sua vida, de sua integridade física e de seu patrimônio. Ao se aceitar a privatização da segurança, somos levados a reconhecer a iniquidade do acesso a esse bem. Quem tem maiores recursos financeiros terá, necessariamente, acesso a um serviço diferenciado de segurança. Aceitando pura e simplesmente tal solução estaremos explicitando abertamente a naturalização de outra marca de desigualdade decorrente da inoperância do Estado.

Cabe observar que a indústria da segurança privada, como qualquer outro negócio, cresce em razão direta ao aumento da demanda por seus serviços. Se é assim, a cultura do medo, objetiva ou subjetivamente justificada, pode ser vista como poderosa alavanca para os negócios de um setor da economia que só tende a crescer. Se avançássemos o argumento somente até esse ponto, correríamos o risco de ser capturados pelos discursos enfadonhos, escorados em péssimo marxismo, sobre os benefícios que a lógica capitalista retira de suas próprias deficiências. Longe disso, o que temos em mente é algo bem mais concreto e problemático, que diz respeito diretamente ao caso brasileiro.

A indústria privada de segurança cresce em boa parte do mundo avançado sobre forte controle e supervisão do Estado. O mesmo, no entanto, não é verificado no Brasil. Não existe qualquer controle sobre questões básicas como, por exemplo, treinamento e seleção de pessoal. Mesmo as empresas oficiais dispõem de margens excessivamente largas de autonomia. A faceta mais dramática da ausência de controle se manifesta, porém, no fato, conhecido publicamente, de boa parte dos policiais que atuam nas grandes cidades brasileiras fazerem dos serviços de segurança prestados privadamente sua segunda (e, monetariamente, principal) fonte de renda. É quase inacreditável que a maioria das intervenções públicas sobre essa tendência se restrinjam à reiteração de que essa é uma prática ilegal que, no entanto, não se tem como coibir, uma vez que o Estado não dispõe de recursos para remunerar melhor seus profissionais de segurança. Do mesmo modo, é espantoso que recorrentemente autoridades públicas proponham como solução para o impasse a simples legalização e regulamentação dessa prática. O que tem ficado de fora do debate é a previsão óbvia de que a atuação de policiais, legal ou ilegalmente, no ramo da segurança privada tende a fazer com que a depreciação dos serviços públicos nessa área seja do interesse deles próprios que se beneficiarão com a maior valorização de sua mão de obra no setor privado.

Embora esteja claro que o aumento do recurso a mecanismos institucionais e empresarias de segurança privada seja extremamente preocupante e suscite problemas éticos e políticos que devem ser enfrentados, há uma outra estratégia privada decorrente do medo ainda mais desastrosa. Trata-se da aquisição e do porte de arma por parte de civis. Ainda que não haja dados conclusivos sobre o tema para o Brasil, há bons indícios de que quanto maior o número de cidadãos armados em uma

dada sociedade, maiores serão os riscos de que cresça o seu uso em situações as mais variadas. Os atuais esforços do Ministério da Justiça em adotar uma legislação restritiva ao acesso e ao porte de armas têm enfrentado resistências ferozes de fabricantes e, de forma um tanto surpreendente, de parcelas da sociedade que vêem essa iniciativa, numa espécie de espectro mimético da cultura norte-americana, como uma agressão intolerável aos direitos individuais.

Com o que foi assinalado até aqui, tem-se que a cultura do medo pode concorrer para o acionamento de mecanismos que solapam laços de solidariedade, reduzem o vigor da coexistência pública, aumentam o leque de indicadores de iniquidade e, o que é tragicamente paradoxal, podem levar a estratégias que retroalimentam as causas, objetivas ou não, do próprio medo. É evidente que a análise atenta de cada uma dessas questões é extremamente relevante do ponto de vista sociológico. Ela é, todavia, crucial para a construção de uma massa analítica preciosa para os formuladores sérios de políticas de segurança pública. O mesmo vale para a pergunta seguinte a ser enfrentada, cabe repetir: o que corre para o crescimento do medo?

A constatação desconcertante de que o sentimento de medo não acompanha necessariamente o comportamento dos indicadores de criminalidade e de violência não implica que ambos estejam totalmente desconectados entre si. Impõe-se, no entanto, verificar quais seriam as outras razões que concorreriam para que o medo e o sentimento de insegurança se manifestem mais ou menos intensamente. Até onde se pode avançar, uma primeira variável seria exatamente aquela já apontada anteriormente. A percepção de que as agências do Estado (polícias, instâncias do judiciário, etc.) não estão cumprindo adequadamente suas obrigações tem sido assinalada, com frequência, como um dos fatores mais relevantes. É importante frisar que, também aqui, estamos lidando com percepções. Isso quer dizer que não necessariamente a degradação da confiança no aparato estatal esteja relacionada a uma efetiva baixa de seu desempenho. Se é assim, temos que não basta às organizações que fazem parte do sistema de justiça criminal atuarem eficazmente no campo da segurança, mas cabe a elas, também, evidenciarem que o estão fazendo e, mais importante, tornarem explícito para a população que estão desempenhando bem o seu papel.

O imperativo de publicidade sobre a eficiência do aparato oficial que lida com segurança pública traz implicações bem mais complexas do que

se pode imaginar à primeira vista. Não basta que tais instituições articulem algum sistema de divulgação de massa sobre seu desempenho. Cabe a elas aproximarem-se dos beneficiários de seu trabalho, ouvi-los, interagir com eles. Tal estratégia, se levada seriamente às últimas conseqüências, implica uma redefinição radical do trabalho das instituições de segurança, sobretudo das polícias. Tradicionalmente, a polícia é encarada pela população e por seus próprios membros como o órgão destinado ao combate ao crime. Reduzido a isso, seu desempenho será mensurado na proporção direta ao número de prisões efetuadas e à redução das ocorrências criminais, por exemplo. Se, no entanto, o contato com a população beneficiária de seu trabalho passa a fazer parte de sua agenda, as atribuições da polícia ganham novo enfoque. Ela passa a desempenhar um papel de mediadora de conflitos intracomunitários e de eixo articulador entre as comunidades e outras instâncias do poder estatal. Essa é a concepção, apresentada aqui de forma um tanto grosseira, de policiamento proativo.

O conceito de policiamento proativo vem à tona, em grande medida, como uma tentativa de resposta aos desafios impostos pela oscilação, apenas aparentemente errática e aleatória, dos sentimentos de medo e insegurança da população. Ele supõe, também, que o trabalho policial pode ser mais eficiente e menos custoso do que a linha puramente reativa, de resposta a chamadas e/ou a eventos criminosos. Aproximando-se das comunidades, a polícia poderia mapear focos de tensão, antecipando-se, mediante a adoção de medidas preventivas, à eclosão de conflitos ou à efetuação continuada de certos tipos de delitos. É evidente que a adoção de tal estratégia não suprime as funções anteriores, antes, as complementa, tornando o trabalho policial mais complexo e, em certo sentido, mais especializado. É dispensável dizer que essa nova concepção de policiamento encontra bastante resistência no interior das corporações policiais brasileiras, nas quais a imagem do trabalho policial está fortemente associada ao combate ao crime e ao enfrentamento armado contra os criminosos. Mesmo nas cidades norte-americanas em que houve iniciativas voltadas para tais redefinições, as resistências foram grandes. Em muitas delas, porém, quando levadas a cabo, os resultados foram bem alentadores.

O contato mais estreito com as comunidades visando identificar possíveis variáveis que incidem sobre o sentimento de insegurança e de medo, efetuados no Brasil, em geral, por programas sociais ou pesquisa sociológicas, indicam alguns outros fatores relevantes e, de certo modo, surpre-

endentes. Há indícios, por exemplo, de que a degradação do patrimônio público, como escolas, e do próprio espaço coletivo, como ruas e praças, além da baixa qualidade de serviços como iluminação e limpeza pública são variáveis que tendem a criar uma atmosfera favorável ao crescimento do sentimento de ameaça. Do mesmo modo, a qualidade de serviços como iluminação e limpeza públicas parece incidir sobre o sentimento de insegurança. Embora seja difícil mensurar a dimensão de tais fatores para a disseminação da cultura do medo, a recorrência de menção a eles em pesquisas qualitativas e em dinâmicas de grupos de discussão parece sugerir que cada vez mais as intervenções concernentes à questão da segurança envolverão instâncias do Estado não diretamente atreladas ao sistema de justiça criminal e à ação coordenada destas com associações e organizações da própria sociedade. Finalmente, um outro fator aparece recorrentemente como variável relevante para a análise sobre a cultura do medo nas grandes cidades: o papel da mídia e do tratamento por ela dedicado às questões referidas à violência.

Mídia, medo e (in)segurança

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação, sobretudo o da imprensa escrita, está na base da constituição das modernas sociedades de massa. É com o que Anderson (1983) chama de capitalismo de imprensa que se torna possível a formação das comunidades de largo alcance, as comunidades nacionais, cuja primazia como princípio organizador simbólico e geopolítico marcou, segundo muitos intérpretes, o século XX e, ainda de acordo com especialistas dos mais diversos campos das ciências humanas, continuará a pautar, por uma larga margem de tempo, o século recém-iniciado. A principal inovação trazida pela difusão dos meios de comunicação implica uma espécie de redefinição de nossa concepção de tempo através da incorporação na rotina diária dos indivíduos da noção do *enquanto isso*. Tal inovação introduz nas percepções rotineiras dos indivíduos a apreensão da simultaneidade de eventos que se desenrolam em pontos afastados de sua experiência imediata e local, tornando-os co-participantes de uma série de acontecimentos que lhes afeta direta ou indiretamente, a despeito de sua distância espacial. Ainda segundo Anderson, é essa experiência de compartilhar com o longínquo emoções as mais díspares (dor, alegria, orgulho, desapontamento, solidariedade etc.) que torna pos-

sível indivíduos, vivendo tão distantes entre si, firmarem, ainda assim, laços de pertencimento e de solidariedade recíproca.

Esse novo padrão de sociabilidade difere das comunidades antigas por suas redes não se darem através do contato face a face. Como brasileiros, sentimo-nos solidários e, mais do que isso, envolvidos em uma mesma comunidade de destino, afetados por várias das mesmas contingências que envolvem nossos próximos, independentemente de estarmos a centenas de quilômetros de distância, não sabermos seus nomes, reconhecermos que certamente jamais os teremos diante de nós e, sob diversos aspectos, eles não serem nada próximos do que somos. O mesmo vale, é claro, para alemães, italianos, argentinos, etc. Ao contrário das antigas comunidades, cujos laços de pertencimento eram dados pela descendência comum e pelo contato direto entre seus membros, essas novas comunidades estão fundadas em engenhosa e razoavelmente abstrata capacidade de criação de vínculos que fundamentam o que Anderson chamou de comunidades imaginadas. Sua base será a mesma que Habermas (1997) identificará como fundamento da esfera pública, os meios de comunicação de massa, cujo surgimento e ampliação é condição necessária para a construção da ordem democrática.

A expressão comunidade imaginada não deve induzir-nos ao erro de supor que sua artificialidade se confunda com o erro ou com a adoção de princípios falsos de pertencimento. A rigor, qualquer comunidade que se defina enquanto tal guardará em si alguma margem de artificialidade. O pertencimento às modernas comunidades imaginadas (é das nações que estamos falando) tem sido um princípio tão poderoso na definição de identidades coletivas e individuais que os homens têm pautado efetivamente, em larga medida, seu autoreconhecimento por ela. Em nome desse pertencimento, os homens (e mulheres) moderno(a)s têm se revelado capazes de assumir atitudes extremadas, admitindo, até mesmo, em casos limites, sacrificar suas vidas.

As formulações precedentes, estabelecidas no interior do campo de debates sobre as origens e a natureza das nações e dos nacionalismos modernos, são igualmente úteis para a discussão que tentamos encaminhar presentemente. Se reconhecemos a notável capacidade da imprensa em estabelecer uma dinâmica societária pautada pela simultaneidade de experiências e de percepções do mundo, capacidade esta que só tem crescido e se sofisticado ao longo das últimas décadas, é necessário admitir que tal

alargamento pode nos dizer algo sobre as condições em que nossas vidas rotineiras se dão. No que diz respeito à segurança, isso quer dizer que não é necessário que um dado indivíduo, ou alguém de seu círculo mais próximo, tenha passado por uma situação de vitimização para que se sinta atingido pela violência de que tem notícia. Sentimo-nos atingidos em nossa confiança de que estamos seguros a cada vítima de que tomamos conhecimento, a cada caso que chega até nós por relatos de terceiros. Ficamos abalados e solidários com as vítimas. Vale ressaltar que tal sentimento de solidariedade costuma variar de acordo com alguns traços fundamentais da vítima, sendo tão maior quanto mais próximos nos sentimos dela. Esse dado é importante por uma série de fatores, dentre eles por sugerir que não são exatamente os índices de vitimização que causam temor, mas aspectos outros como perfil das vítimas, modalidades de violência e regiões em que ocorrem os casos reportados.

Há uma gritante assimetria nas abordagens e no espaço reservado pela mídia às mais variadas modalidades de casos de violência. As diferentes abordagens variam de acordo com a natureza dos eventos, as origens sociais das vítimas, os locais em que ocorreram os eventos relatados e a participação de profissionais de órgãos públicos nos casos. Qualquer investigação sobre as relações mídia e medo deveria começar por um esforço concentrado na determinação de alguns padrões básicos que certamente orientam tais procedimentos. O dado de que possivelmente tais padrões variam segundo o tipo de veículo (mídia impressa, eletrônica, etc.) e público a que cada um se dirige reforça a relevância de tratá-los e discerni-los logo nos passos iniciais da investigação.

Num exercício livre de exploração inicial, podemos aventar que as abordagens referentes a casos de violência variam, em geral (independentemente do tipo de veículo e do público a que está voltado), segundo o potencial de identificação do público consumidor do veículo em pauta com os casos relatados. Como toda generalização, a afirmação anterior é perigosa e passível de críticas. Seguindo na linha de risco, contudo, podemos aventar que, se as margens e os potenciais de identificação dos consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores etc.) são fundamentais para a definição das abordagens em geral, esse é um campo em que a mídia, em sua abordagem, enfatiza predominantemente a emoção. É a intensidade emotiva que tal ou qual evento apresenta que define o modo de abordá-lo e o destaque a ele dedicado. Dito isso, não teríamos muito no que avançar

se permanecêssemos no âmbito mais geral em que estivemos até o presente momento. Busquemos, portanto, aprofundar o presente exercício tomando um caso mais concreto.

Pensemos, por exemplo, em um jornal impresso, diário, voltado para as faixas de maior escolaridade e de mais alta renda de uma grande cidade brasileira. É provável que muitos dos leitores do presente artigo sejam usuários contumazes de um veículo como esse e, conseqüentemente, sejam capazes de visualizá-lo, identificando suas várias seções, sua diagramação, etc. Com efeito, um jornal como descrito até aqui, distribui seus assuntos segundo campos diferenciados entre si e mediante a definição de eixos geográficos e temáticos. Há, com espaço variado, a seção internacional, a nacional, a local e um espaço para a cidade. No campo temático, tem-se o espaço para a política, para a economia, para negócios, para as artes e os esportes. Bem, estamos seguros de que não esgotamos todo o cardápio de conteúdos e tipos de eventos que compõem um jornal, mas já é o bastante. Em boa parte das principais áreas de interesse, a abordagem cotidiana combina o relato dos últimos acontecimentos, eventualmente os depoimentos públicos de atores envolvidos, à análise de um ou mais especialistas, donos de lugar cativo e cotidiano reservado ao monitoramento rotineiro de cada passo operado naquele campo específico. Temos, assim, os articulistas especializados nas temáticas nobres, a política nacional, a economia, o futebol, etc.

As colunas reservadas aos jornalistas mais experientes e especializados são uma indiscutível marca de distinção dos jornais entre si, e da relevância das áreas por eles cobertas. É desse modo que o leitor contumaz dos jornais acompanha passo a passo a evolução da política nacional, o comportamento dos índices econômicos, a situação do futebol nacional e as tendências estéticas, por exemplo. É através dessas seções que o leitor tem contato, via jornal impresso, com a análise mais cuidadosa, informada e ponderada do que se passa em cada um dos campos que merecem destaque. Assim como o registro dos últimos eventos põe o leitor em contato com o que está se passando, a coluna especializada acrescenta a essa modalidade de contato com o universo tratado (político, econômico, cultural, esportivo, etc.) uma análise que visa ir adiante do mero registro do imediato.

É evidente que as questões relativas à segurança pública não se encontram entre os campos mencionados no parágrafo anterior. Talvez fosse

mesmo um despropósito advogar que se dê a essa área um estatuto tão nobre. Não pretendemos argumentar nessa direção. A menção às áreas mais destacadas pelos órgãos de imprensa serve, aqui, apenas para efeito de contraste. Se seria um provável exagero (o que, de modo algum, nos parece evidente) dedicar toda uma seção a questões relativas à segurança pública, talvez fosse aconselhável, pelo menos, uma melhor qualificação das abordagens. Despojada de maior consistência analítica, a imprensa, em geral, e a mídia escrita, em particular, se restringem a acionar os mecanismos afetivos de produção de notícia na veiculação de casos envolvendo a violência. É gritante a ausência da contrapartida mais ponderada de uma exposição, ainda que eventual, consistente e informada do quadro em que os eventos relatados devem ser colocados. Os editoriais dedicados à violência não fogem, em geral, à regra. São tornados públicos em contextos específicos, na maior parte das vezes marcados pelo acontecimento de algum caso traumático e, salvo raras exceções, acabam marcados, em tom e conteúdo, pela atmosfera que recolocou a violência na primeira página.

Boa parte das pesquisas realizadas que buscaram estabelecer alguma conexão entre medo e abordagem da violência pela mídia optaram por concentrar-se no espaço dedicado ao problema pelos meios de comunicação e sua possível relação com o aumento ou a diminuição do sentimento de insegurança. Talvez essa seja uma das razões para que se tenha avançado tão pouco. A questão não é tanto de espaço, mas de abordagem, de modalidades discursivas. Cada vez mais jornalistas e profissionais de comunicação procuram especialistas capazes de contribuir na feitura de reportagens e matérias. Isso pode ser um bom sinal, mas é, indiscutivelmente, muito pouco. É pouco porque, em geral, esse é um procedimento que também se dá apenas na ocasião de eventos traumáticos. Sendo assim, qualquer coisa que o especialista diga, e nessas ocasiões é comum que não se tenha muito o que dizer, acaba sendo articulado à abordagem mais geral, emotiva e empática. Além disso, não é incomum a ocorrência de ruídos de comunicação entre o que o especialista diz e o que o entrevistador escuta. Finalmente, está claro que a complexidade do campo da segurança não deixa nada a dever àquela observada em outros campos de ação do poder público, o que significa que dificilmente alguém pode lograr uma boa abordagem sobre qualquer questão relativa a ela sem controlar minimamente algumas das noções básicas de seu funcionamento. Dito de forma mais direta, a questão da violência não teve sua real centralidade re-

conhecida pela imprensa, e, por isso, sua abordagem, em geral, beira à irresponsabilidade e à desinformação.

Ainda que confirmada empiricamente, o que não seria empreendimento fácil, a afirmação anterior é claramente insuficiente para dimensionarmos de forma responsável e ponderada a relação entre medo e mídia. Rigorosamente, é difícil pensar um modo em que tal correlação seja estabelecida de forma segura. Ainda assim, é importante tentá-lo. Uma das providências necessárias é, obviamente, a criação de mecanismos de análise dos tipos de discurso usados pelos mais variados veículos de comunicação na abordagem dos problemas da segurança e da violência. Provavelmente, a análise cuidadosa de tais discursos levará à recorrência do uso de certas estruturas narrativas, de certos jargões e, principalmente, de mecanismos discursivos que tornam o que é narrado uma espécie de repetição paradigmática de uma situação não de todo explicitada. Uma situação que não é de todo explicitada nem poderia sê-lo, visto que não há informação e análise qualificada para tanto. Se houvesse uma e outra, a idéia de repetição se revelaria freqüentemente aquilo o que realmente é: um artifício retórico voltado para o desencadeamento de um conjunto de percepções pautadas mais pela emoção provocada pela descrição do fato do que propriamente pelo conhecimento das dinâmicas em que ele está inserido. Se não temos o quadro como um todo, resta-nos apenas o fato entendido como expressão metonímica do que vivemos espectralmente e a sensação que isso nos causa.

Mais do que uma alternativa para o início de um bom programa de investigação acerca do discurso da mídia sobre a violência e suas conseqüências quanto ao sentimento de insegurança (nunca é demais lembrar que há muitos outros fatores concorrendo para a disseminação do medo), o que foi aventado até aqui poderia ser encarado com um bom mote para que se iniciasse uma conversa aberta e construtiva entre jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas de segurança e todos os demais interessados na questão. Por incrível que possa parecer, uma iniciativa dessa natureza poderia contribuir muito para o debate público e qualificar bastante as intervenções propositivas. Seria, finalmente, passo importante para que novos procedimentos fossem assumidos tanto por autoridades quanto por formadores de opinião, o que, provavelmente, teria conseqüências benéficas para a atmosfera geral. Isso não seria suficiente para mitigar o medo ou reduzir a violência propriamente dita, mas certamente ajudaria a tornar

o debate público mais transparente, informado e consistente. Alcançar tal maturidade, convenhamos, traria inevitáveis e alentadoras conseqüências para a qualificação das políticas públicas

Conclusão

Um cidadão normal não confere a síntese dos boletins de ocorrência do serviço policial, todas as manhãs, antes de sair de casa, do mesmo modo como consulta o jornal ou escuta o noticiário pelo rádio. É através desses últimos que ele se põe em sintonia com o mundo mais abrangente e estabelece com os seus protagonistas laços das mais diversas naturezas. Sonegar as condições para que tal comunhão seja feita é uma das mais graves violações às conquistas democráticas das modernas civilizações. Questionar o papel da mídia na disseminação do medo não deve ser confundido com a defesa de mecanismos que reduzam a autonomia desses veículos. Por outro lado, é necessário reconhecer que a relevância do problema da violência e a complexidade de seus inúmeros corolários exigem discussões sérias, bem informadas e metodologicamente respaldadas. Tem sido assim em vários campos da vida pública. Parece ser a hora de que assim seja também no caso da segurança. É preciso encontrar mecanismos de análise do discurso da mídia que não se limitem à mera mensuração do espaço nela concedido para tratar da violência nem, tampouco, se restrinja a avaliar os efeitos de sua abordagem a partir do que é declarado por seus usuários. Esse segundo ponto implica sofisticação teórica e analítica que vão bem além do relato de resultados empíricos coletados sistematicamente.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso Editions, 1983.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia*. 2 vol.. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

SOARES, Luiz Eduardo et alli. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

Resumo

O artigo procura explicitar algumas conseqüências da disseminação do sentimento de insegurança e medo nas grandes cidades brasileiras em função da violência. A partir daí, levanta algumas pistas para a realização de pesquisas que possam estabelecer possíveis e prováveis relações entre a disseminação do medo e o tipo de abordagem da mídia para o problema da violência.

Palavras-chave

Violência, mídia, cultura política, espaço público.

Abstract

The article tries to show some consequences of the spread of Fear and Insecurity in the brazilians metropolis. From this point it suggests some possible researches about the probable relations between the spread of fear and the way the media deals with violence.

Key-words

Violence, media, political culture, public space.

Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os “camelôs”¹

*Ana Paula Mendes de Miranda
Gláucia Maria Pontes Mouzinho
Kátia Sento Sé Mello*

Introdução

A Guarda Municipal foi incluída na Constituição Brasileira de 1988, no seu Capítulo III, que trata da Segurança Pública. Embora o policiamento ostensivo não apareça como uma de suas atribuições, sabe-se que na prática esta tem sido uma de suas muitas funções, numa interpretação extensiva do que seria a preservação da ordem pública e do patrimônio, posto que alguns afirmam que o maior patrimônio municipal é a sua população.

Não se trata aqui de discutir o aspecto legal das atribuições da Guarda Municipal, mas de levantar questões a respeito do modo como tem sido conduzida a atuação desses agentes no município de Niterói face ao problema que se torna cada vez mais presente na mídia: o conflito entre Guardas Municipais e os “camelôs”, também chamados de “comércio ambulante”, “comércio informal” e/ou “comércio clandestino”.

A orientação de que a Guarda Municipal deve atuar na fiscalização das posturas municipais tem se desenvolvido na prática como a mera repressão aos “camelôs”, que se traduz nos seguintes procedimentos: o recolhimento das mercadorias (conhecido popularmente como o “rapa”²), na maior parte das vezes sem o devido registro do que é apreendido; a perseguição e prisão dos ambulantes; e o confronto, que tem se tornado uma

constante nas principais ruas do centro do Rio de Janeiro, provocando a alteração de hábitos entre os passantes e lojistas desta região.

O foco de nossa análise será o modo como esses conflitos têm se desenvolvido na Guarda Municipal de Niterói, em função da nossa inserção no projeto de capacitação em desenvolvimento no NUFEP/UFF (Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense)³ desde julho de 2002. Este projeto teve início por um convite da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Niterói, em abril de 2002. A partir de maio do corrente ano, o projeto passou a ser financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça.

Será necessário utilizarmos como exemplo comparativo a atuação da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, em função da visibilidade que os conflitos tomaram nesse município, provocando reações entre os integrantes da Guarda Municipal de Niterói, que muitas vezes afirmam não querer ser identificados como os “repressores de camelôs”⁴. Ressalta-se que as nossas reflexões surgiram a partir dos questionamentos apontados pelos integrantes da Guarda Municipal de Niterói durante a fase preliminar de levantamento de dados e, posteriormente, durante o curso de capacitação.

O conflito entre Guardas Municipais e “camelôs” tem sido dramatizado quase cotidianamente no Rio de Janeiro, tendo ressonância não somente na mídia em geral, como também nas atitudes e percepções de medo desenvolvidas pela população que com eles compartilham o espaço da cidade. Embora a frequência em que os conflitos têm ocorrido em Niterói seja bem inferior que a do Rio de Janeiro, esses poucos casos têm sido suficientes para reproduzir o ambiente de tumulto e medo.

Combate, confronto e repressão aos “camelôs” têm sido as categorias mais utilizadas na mídia e no discurso referente à ação dos guardas municipais. Essas categorias remetem a uma concepção de segurança pública e de ordem social baseadas, não na mediação e no compartilhamento consensual de regras a partir do debate acerca dos conflitos, mas são palavras que expressam hierarquia e autoritarismo no tocante à ordem da sociedade.

Tradicionalmente, a atuação das instituições voltadas para a segurança pública restringe-se às estratégias repressivas centradas em ações que pretendem reduzir a violência urbana mediante a aplicação de sanções pelo sistema de justiça penal. Por outro lado, essa temática tem sido abordada

particularmente no campo do Direito e militar e só recentemente, ou seja, a partir da década de 1990, esta área temática adquiriu lugar importante nos estudos acadêmicos, particularmente nas Ciências Sociais (Kant de Lima, Misse e Miranda, 2000).

Os cursos de capacitação, tanto na área da polícia militar como as recentes experiências no universo da Guarda Municipal, demonstram essa tentativa de ampliar o debate. A crescente produção de material empírico, assim como a complexidade das interpretações sobre o tema e o aumento do interesse público em geral com a questão da ordem e da “violência” colocam em pauta a necessidade de uma compreensão maior do universo de práticas e discursos que estão sob os títulos da administração da ordem, conflito e controle social.

Apesar da atual Constituição brasileira e o Plano Nacional de Segurança Pública reforçarem a importância da Guarda Municipal como instituição que compõe o quadro da segurança pública ao nível dos municípios, esta não tem tido um papel central no desenvolvimento e implantação de políticas de segurança. Quando existem, elas não apresentam objetivos claros que sejam compartilhados tanto pelos guardas quanto pela população, não há padronização na sua estrutura hierárquica, nas formas de atuação, não há equipamentos suficientes para a realização das suas atividades rotineiras, nem mecanismos eficazes e legítimos do controle de suas ações, ou seja, não há uma identidade institucional que lhe sirva de base. Um outro problema de igual importância é a dificuldade que as prefeituras têm demonstrado de realizar um planejamento local a respeito das políticas públicas de segurança pública a serem implantadas nos municípios.

O perfil difuso e indeterminado que as Guardas Municipais, depois da Constituição de 1988, adquiriram, dificulta, por sua vez, o relacionamento destas com as instituições estaduais de segurança pública, assim como com a população com a qual teoricamente os guardas devem intervir. Na prática, ninguém sabe bem o que devem fazer os guardas municipais.

Estudos empreendidos, sobretudo na última década, indicam a acentuação de uma tendência que sempre marcou, em alguma medida, as políticas públicas estaduais no domínio da segurança: a de pretender solucionar, ou ao menos conter no interior de certos limites, pelo controle da repressão, problemas profundamente enraizados nas relações sociais e na vida cotidiana de uma sociedade.

As Guardas Municipais do Rio de Janeiro e de Niterói

Um levantamento preliminar a respeito da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio) aponta que a instituição descreve seus objetivos tomando como referência o artigo 144, § 8, da Constituição Brasileira de 1988, ou seja, uma instituição destinada à proteção dos bens, serviços e instalações do município onde se encontra a sua sede. No entanto, não há definição clara a respeito da maneira como serão efetivadas as atividades dos guardas, a sua rotina de trabalho e, dentre outros, a maneira como vão se relacionar com a população e outras instituições.

Criada em 1993, a história da GM-Rio, segundo a versão da instituição, tem origem em 1979, com a criação do corpo de vigilantes da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb). Esta versão enfatiza que o objetivo desta instituição é o reordenamento do espaço público através da ação conjunta com diferentes órgãos da Prefeitura. Seu campo de atuação é descrito como sendo a proteção de escolas, parques e jardins e o desenvolvimento de programas sociais e atividades comunitárias. Ações para acomodar famílias desabrigadas, palestras sócio-educativas em escolas municipais, reabilitação para adultos e crianças e deficientes físicos, programa dos “pais sociais”⁵ são alguns exemplos.

Sobressai nessa versão a idéia de que o público para o qual os guardas devem voltar-se é aquele que seja, momentânea ou permanentemente, dependente da ação assistencialista da Guarda Municipal. Como operadores e gestores da segurança pública na esfera municipal, os guardas aparecem mais como “salvadores” de uma população indefesa do que mediadores para soluções de problemas. No entanto, o caráter assistencialista destes programas entra em choque com a idéia que a própria Guarda Municipal do Rio tem a respeito da sua ação para a garantia da qualidade de vida no município do Rio:

(...) promover medidas de prevenção e repressão imediata diante de qualquer exemplo de infração penal, assim como nas infrações administrativas – incluindo questões diretamente ligadas às posturas municipais – e em atos anti-sociais, como os que levem à degradação do patrimônio público.⁶

As medidas de repressão têm-se tornado conhecidas da população através dos conflitos da Guarda Municipal do Rio com os “ambulantes”, cuja dinâmica tem sido marcada, há cerca de um ano, por enfrentamentos quase que cotidianos. De janeiro a julho deste ano já ocorreram 23 confrontos no Centro, de acordo com o comando da Guarda Municipal. Aproximadamente às 8h30, os Guardas se posicionam no Largo da Carioca, no Centro, e de lá são distribuídos para os pontos considerados críticos, ou seja, aqueles que têm grande fluxo de pedestres e que são ocupados pelos “camelôs” com bancas improvisadas e “para-quebras”⁷. Por volta das 11 horas aumenta o número de ambulantes na rua, pois a partir deste horário até às 15 horas o número de Guardas fica mais reduzido devido ao almoço. A atuação dos Guardas, cerca de 80 nesta região, é predominante antes do almoço e depois das 16:00, o que coincide com os horários de chegada e saída do trabalho, já que a área é marcada pela existência de empresas e escritórios⁸.

Os “camelôs” geralmente trabalham em duplas, enquanto um vende o outro vigia a mercadoria e fica à espreita da Guarda, que especula sobre a existência de cerca de 200 “camelôs” irregulares. Porém, de acordo com o Sindicato dos Mercadores e Trabalhadores Populares do Rio de Janeiro, 1.500 “camelôs” estão cadastrados à espera de uma oportunidade para trabalhar regularmente. O sindicato inclusive já apresentou à Prefeitura um projeto para a ocupação de algumas áreas do Centro e outros bairros da zona sul e do subúrbio, mas até hoje não houve um posicionamento da Coordenação e Fiscalização da Prefeitura.

O comando da Guarda Municipal defende a ação repressiva afirmando que os “camelôs” fazem parte de quadrilhas, que vendem produtos roubados, contrabandeados ou pirateados. Entretanto, essa ação não é voltada para a fiscalização dos depósitos onde os “camelôs” buscam diariamente as mercadorias, mas apenas para a retirada dos ambulantes mediante o uso da violência.

A Guarda Municipal de Niterói, por sua vez, foi fundada em 1937. Depois de um período crítico de desestruturação, ela foi refundada em 1969 pelo decreto nº 1.744-69⁹, períodos em que a administração da ordem permanecia ainda sob a responsabilidade do governo central. Largada à própria sorte, a instituição estava em franco processo de desaparecimento, até que em 2001, o então prefeito, Jorge Roberto da Silveira, resolveu reativá-la como desdobramento do processo de estruturação da Secretaria Municipal de Segurança, criada pela Lei n.

1565 de 30 de dezembro de 1996, mas regulamentada somente pela Lei n. 1832 de 05 de junho de 2001. Ressalta-se que embora isso tenha ocorrido em um contexto político considerado de redemocratização, há que se salientar que, paradoxalmente, havia um discurso que valorizava a segurança pública entendida apenas como repressão e ação militarizada da polícia.

Diferentemente da Guarda do Rio, em Niterói, a instituição recebeu o “pseudônimo” de “Guarda Comunitária” nessa fase de reestruturação, com o objetivo de aproximá-la mais da população. Para os guardas isso representa um problema porque o nome “Guarda Comunitária” desqualifica a presença deles como representantes do poder público municipal, sendo ora confundidos com uma “segurança privada”, ora com o grupamento da Polícia Militar, denominado de “Policimento Comunitário”.

A Guarda Municipal de Niterói, ao longo dos anos, sofreu uma forte redução no número do seu quadro, atingindo 85 guardas, ou seja, aqueles com mais de dez anos de atuação nesta instituição. Com a convocação dos aprovados no último concurso, realizado em 2001, a Guarda apresenta atualmente um quadro de 386 guardas do sexo masculino e 42 do sexo feminino, perfazendo um total de 428 integrantes. Embora esse número possa parecer pequeno, é bom lembrar que, no que diz respeito à segurança pública estão presentes em Niterói, os seguintes serviços: 2 unidades do Corpo de Bombeiros com 224 integrantes; 7 delegacias; 1 batalhão da Polícia Militar (12º BPM), com cerca de 900 policiais, cuja divisão em quatro sub-companhias é distribuída pela cidade de modo semelhante às circunscrições das delegacias. Ressalta-se que o efetivo deste batalhão atende aos municípios de Niterói e Maricá.

Conforme levantamento realizado pela equipe de pesquisadores do NUFEP-UFF, para a montagem do projeto, observou-se que os principais problemas que atingem o município, de acordo com informações da Polícia Militar, são os acidentes de trânsito; o roubo e furto de veículos; o roubo a transeunte; o roubo a residências e a estabelecimentos comerciais; bem como o tráfico de drogas. Na tabela a seguir foram destacados alguns dos principais problemas de acordo com as estatísticas oficiais de registro de ocorrências da Polícia Civil no período de 1998 a 2001. Salientamos que o levantamento realizado nas Secretarias Regionais apontaram que as demandas da população por segurança, entendida como maior policiamento, é acompanhada de demandas por uma melhor qualidade dos serviços no que diz respeito à limpeza urbana, ao trânsito, ao ordenamento urbano, à falta de infra-estrutura.

Registros em Delegacias da Polícia Civil de Niterói (em números absolutos)

Ocorrências	1998	1999	2000	2001
Homicídio doloso	183	280	225	251
Furto em interior de estabelecimento de ensino	1	34	77	66
Furto de veículos	1.352	1.896	1.504	1.503
Roubo de veículos	722	1.344	723	786
Roubo a transeunte	888	922	908	916
Roubo em interior de coletivo	648	839	593	607
Roubo em interior de residência	36	68	69	58
Roubo em interior de estabelecimento comercial	219	334	344	191
Tráfico de entorpecentes	149	96	169	146

Fonte: Secretaria de Estado e Segurança Pública / Dados trabalhados: NECVU-UFRJ

Na avaliação dos integrantes da Polícia Militar de Niterói, a atuação das polícias na prevenção e repressão de crimes tem sido geralmente satisfatória. A despeito de um questionamento maior acerca dessa afirmação, a própria Polícia Militar reconhece que não tem obtido uma atuação satisfatória nas chamadas atividades regulatórias, tais como o controle do trânsito, dos camelôs, dos menores, das atividades assistenciais e das atividades de manutenção da paz. Nesse sentido, para os integrantes da corporação, haveria um amplo campo de atuação para a Guarda Municipal na cidade.

No diagnóstico realizado na Guarda Municipal de Niterói foram apontados problemas de ordem estrutural, que dificultavam e até mesmo impediam o desenvolvimento do trabalho dos agentes. Os guardas recém concursados não possuíam uniformes ou carteiras funcionais. Nunca tinha havido nenhum curso de formação para os guardas, “antigos” ou “novos”. Não conheciam o Regulamento da Guarda Municipal, onde estão delimitadas as suas atribuições. Não havia, e ainda não há, um plano de carreira, nem uma organização formal da estrutura hierárquica da instituição, que se divide informalmente em inspetores, subinspetores e guardas. Não havia viaturas, combustível, algemas, telefones, rádios suficientes para que pudessem desempenhar o serviço. A falta de infra-estrutura era resolvida com “base nas amizades” e na boa vontade dos integrantes da Guarda e da população, o que na prática representava que o serviço era prestado numa troca de favores. Assim, a escolha do local onde o guarda ficaria, dependia exclusivamente do que a instituição receberia em troca: geralmente, essas “doações” provinham dos comerciantes da região.

A desestruturação, bem como a falta de clareza a respeito das reais funções dos guardas municipais contribuíram para a ocorrência de conflitos com os “camelôs” nas ruas de Niterói. Conflitos estes que quase sempre levam à agressão física dos envolvidos e à construção de uma imagem negativa a respeito destes agentes.

É com base na experiência que vimos desenvolvendo no âmbito do projeto do Curso de Capacitação da Guarda Municipal de Niterói (ver nota 3) que desenvolvemos nossa reflexão a respeito dos conflitos de rua entre os guardas e os “camelôs” neste município.

Como os guardas de Niterói vêem o problema

O trabalho de diagnóstico a respeito da Guarda Municipal de Niterói foi realizado através da técnica do grupo focal, permitindo assim a discussão que embasou a montagem do primeiro Curso de Formação da Guarda Municipal de Niterói no âmbito do projeto de interveniência técnico-científica do NUFEP-UFF.

A técnica do grupo focal foi adotada porque permite aos pesquisadores observarem diferentes visões e representações dos agentes num curto espaço de tempo, através do debate entre seus participantes, o que não ocorre com outras técnicas de pesquisa como, por exemplo, aplicação de entrevistas ou questionários.

Aqui apresentamos uma síntese do que pensam os guardas a respeito de sua rotina de trabalho, das orientações que recebem, dos principais problemas enfrentados para o exercício da função, assim como suas expectativas e/ou demandas a respeito da sua formação. Também serão mencionadas suas visões sobre as demais instituições responsáveis pela segurança pública, bem como sobre a relação que mantêm, ou desejam ter, com a população. Ressaltamos que ao nos referirmos a essas instituições supomos que não se limitam às polícias (militar e civil), incluindo aquelas responsáveis pelo atendimento a menores, à educação e outras que de uma forma mais ou menos direta se relacionem com o tema.

Ao longo de duas semanas foram realizados 13 grupos com guardas municipais, sendo um deles com inspetores e outro com subinspetores. Esta divisão teve o objetivo de evitar constrangimentos para os guardas, que não se sentiriam à vontade para avaliar o trabalho dos inspetores e subinspetores, o que traria restrições ao debate. No entanto, é importan-

te destacar que a reestruturação recente da Guarda Municipal tem forçado a convivência da “velha” hierarquia estabelecida a partir de cargos de confiança, com remunerações diferenciadas – os inspetores e subinspetores – com uma “nova”, não oficial (os “adjuntos”), mas legitimada pelo reconhecimento por parte da Direção da Guarda de suas atribuições de controle. Esta nova hierarquia só pode ser observada a partir dos grupos focais, exemplificada através das falas dos guardas a respeito da renovação de seus quadros, tendo sido reforçada pelos momentos de silêncio e pela troca de olhares entre eles.

A seleção dos participantes foi feita pela Secretaria de Segurança segundo os critérios solicitados pela equipe do Nufep. Os encontros ocorreram em salas de aula da Universidade Federal Fluminense (UFF) e contaram com a participação de cientistas sociais de diferentes formações: estudantes de graduação e pós-graduação, bem como professores e pesquisadores vinculados à UFF. Os objetivos, neste caso, foram o de socializar os alunos no exercício de técnicas de pesquisa qualitativa utilizadas pelos cientistas sociais, e incentivar o debate e a elaboração de novos projetos.

Os grupos contaram com o trabalho de mediadores e assistentes, os primeiros encarregados de introduzir os trabalhos, explicar as regras de participação, os objetivos do encontro, além de propor as questões em torno das quais o debate seria realizado. Os assistentes anotaram as falas de cada participante e apresentaram um resumo final do que tinha sido dito por eles.

Os “antigos” e os “novos”: a representação dos guardas a respeito deles mesmos a partir do tempo de trabalho na instituição

Um dos primeiros problemas identificados para a construção de uma identidade é a divisão interna à Guarda, colocando de um lado os guardas “antigos” e, de outro, os guardas recém concursados, os “novos”. Entre os primeiros há a percepção da Guarda como uma organização paramilitar, mesmo porque já foi permitido aos guardas antigos o uso de armas. Os últimos, por outro lado, afirmam não estar clara para eles a natureza de suas funções, nem a estrutura hierárquica, que não obedece a critérios específicos concebidos dentro de um plano de carreira.

Estas categorias foram freqüentemente utilizadas por eles para descrever as relações cotidianas existentes na Guarda Municipal quanto à orien-

tação do trabalho, às punições e aos privilégios. De acordo com vários participantes esta relação entre os “antigos” e os “novos” é permeada, ou por tensão e conflito, ou este é atenuado em casos particulares quando um guarda “novo” estabelece relações consideradas pessoais com um guarda “antigo”.

Um dos guardas afirmou que entrou para a guarda com a intenção de melhorá-la. No entanto, ele argumentou que os guardas “tiveram que bater de frente com os mais antigos, porque eles pensavam que iríamos tomar seus postos”.

Os guardas falaram nos grupos focais que a ausência de união entre guardas “novos” e “antigos” foi um outro problema que se expressa de múltiplas formas e nasce na diferença do tratamento dispensado pelos superiores aos guardas “novos”. Um exemplo citado foi o da intolerância em relação aos atrasos na hora de chegada que, segundo um dos guardas, “é cobrado dos guardas mais novos. Os mais antigos chegam atrasados e pegam no serviço”. Um dos guardas argumentou que a relação entre os “antigos” e os “novos”, quando pontuada pelo controle do horário de chegada na sede ou no posto, depende da relação de amizade entre o inspetor – um guarda “antigo” – do dia que faz este controle e o guarda que chegou atrasado. Diz ele: “Eu entro lá às 7:16 horas e ele diz: ‘olha o horário’. Eu entro. Porém, quando chega um amigo dele, ele pode chegar às 9:00 horas que o inspetor diz: ‘ôpa, tudo bem?’ Vão direto ao posto” (Guarda Municipal há 7 meses).

O mesmo guarda apresentou uma interpretação acerca do problema. De acordo com ele, não há critério para nomeações de inspetores e subinspetores que tem como consequência a escolha de algumas pessoas despreparadas para assumir estas funções. Segundo os guardas, o “poder” dos inspetores e subinspetores deveria ser “desmembrado”; um deles disse que “seria muito melhor colocar um garoto no lugar deles porque os atuais inspetores e subinspetores são retrógrados”.

A questão da nomeação dos inspetores e subinspetores foi abordada também ao lado da reivindicação do plano de carreira. Para os guardas, não havendo o plano, as nomeações obedecem a critérios que não consideram a qualificação, mas o tempo em que estão na Guarda Municipal e as relações de amizade. Algumas falas refletem a percepção que os guardas têm a respeito da forma de promoção e o plano de carreira na Guarda Municipal:

Na Guarda agora é que está se falando em plano de carreira. No caso para ser inspetor, subinspetor, seria necessário que houvesse um concurso interno. Esse concurso interno passando por todos (...) Mas como era feita a coisa ou é feita? Pô, fulano, bonito o seu cabelo, você vai ser inspetor. O beltrano, a fulana, você faz um bobó de camarão muito bom, você será inspetora. É assim (Guarda Municipal há 16 anos).

A sua promoção é de acordo com a sua intensidade, sua amizade. Agora (...) um plano de carreira que seja diferente. Eu sou técnico em informática, conserto um Pentium 4. Então você vai ser inspetor... (idem).

Seria muito importante fazer uma reciclagem com todos os guardas que trabalhem de inspetores e subinspetores porque existe falta de coerência, de bom senso e incompetência. A administração, a organização sinceramente é muito precária. Isso atrapalha muito, isso racha, pois quando uma coisa não é bem direcionada, ela não será bem sucedida e acaba enfraquecendo a gente... (Guarda Municipal há 7 meses).

Este tipo de relação é percebida de forma acentuada quando, segundo os guardas, as diferenças se desdobram em punições. Para eles a relação marcadamente tensa relaciona-se ao fato de que não há conhecimento sobre o estatuto e orientação para o trabalho de modo que os inspetores podem abusar da autoridade que têm relacionada à sua função.

Os Guardas Municipais de Niterói, a Polícia Militar, a Polícia Civil, os Fiscais de Postura e os “Camelôs”

Os guardas descreveram que a relação que mantêm com a Polícia Militar, os fiscais de postura e os “camelôs” é muito tensa. Embora alguns guardas tenham afirmado que a relação com a Polícia Militar é boa, a maioria disse que é uma relação muito tensa quando se trata de lidar com os “camelôs”. Há, de acordo com eles, policiais militares corruptos que protegem os “camelôs”, agredindo os guardas municipais quando estes trabalham na área do “comércio clandestino”.

Esses casos são isolados. Quando ocorre PMs com problemas com o guarda, PMs que isolados, que dá cobertura a camelô. O guarda vai cumprir a função deles, essa interferência da Polícia Militar para contra o guarda (Guarda Municipal há 8 anos).

Por outro lado, argumentaram também que o trabalho da Guarda é semelhante ao da Polícia Militar, diferenciando-se apenas na grandeza dos delitos que lhes compete.

O serviço nosso é quase idêntico com o da PM. Só que eles fazem o confronto direto com vagabundo no morro. O nosso não, o nosso é de pequenos delitos: menor que comete uma infração, um menor que passou correndo roubou um cordão de uma senhora. Essa partizinha nós não entramos ainda. O serviço da Polícia Militar é quase igual ao nosso. Está sendo agora montado um organograma para poder... e que está vindo um pessoal novo para Guarda, então para poder dividir o serviço. Eu noto que, por exemplo, a PM quando começou o tumulto, cobrando muito da Polícia Militar bandido morto (...). Eles criaram o GETAM. O GETAM muita gente pensa que foi criado ali. O GETAM foi tirado dali e colocou um grupo aqui, fizeram um curso tal e está dando este combate (Guarda Municipal há 8 anos).

A relação da Guarda Municipal com a Polícia Civil é caracterizada por dois momentos. Um anterior à fusão do Estado do Rio de Janeiro, quando trabalhavam de forma conjunta. Outro momento, posterior à fusão, quando esta parceria se diluiu, restando à Guarda Municipal a imagem conferida pela população que a associa à Polícia Civil. Diz o guarda que:

Apreensão, autuação, trabalho conjunto mesmo. Com isso há essa identificação entre a Guarda e a Polícia Civil. Antes da fusão, quem fazia o policiamento era a Guarda Municipal. E depois da fusão é que a Polícia começou a fazer serviço extensivo no município. Então, parte daí esse tipo de idéia entre as Polícias Militar e Civil e com a Guarda Municipal (Guarda Municipal há 15 anos).

É importante ainda ressaltar a percepção geral que os guardas “novos” revelaram nos grupos focais a respeito dos agentes de Segurança Pública em geral. Esta percepção associa a atividade destes agentes ao abuso de poder.

Existe um abuso de poder dos segmentos de Segurança Pública muito grande. Cada vez mais crescente e mais tolerado pela própria sociedade que se omite de brigar, denunciar. Quando eu falo isso é tanto da Polícia Civil, Militar quanto da Guarda, de tudo. Na verdade eles são empregados da população, são pagos pela população. Deve passar uma vez na vida, se passa, na cabeça da maioria isso. A sede de poder, de mostrar que eu sou mais. Principalmente na Polícia Militar há muito isso como eu vejo na Guarda Municipal de Niterói menos, mas também na Polícia Civil. Quem é mais sou eu. Por isso a integração é um pouco difícil (Guarda Municipal há 7 meses).

Foi relatado que o papel do guarda municipal junto aos Fiscais de Postura¹⁰ é, teoricamente, garantir a sua integridade física. No entanto, eles dizem que estes “não querem trabalhar” e, por isso, os guardas atuam reprimindo o “comércio ambulante”. Eles dizem ainda que não é o fiscal de postura quem deve orientar ou dar ordens aos guardas municipais, mas sim os inspetores, porém estes ficam dependentes do fiscal, porque somente ele tem autoridade legal para apreender as mercadorias do “camelô” em situação irregular. Compete ao guarda, no entanto, a garantia da integridade física daquele. Os guardas apontam que um dos motivos que geram o conflito com os fiscais é o desconhecimento do estatuto que rege as atribuições da Guarda Municipal.

Os inspetores e subinspetores também disseram que atuam junto aos fiscais de postura, cuidando do depósito da postura. Nesse caso, compete ao guarda municipal checar e tomar conta da mercadoria apreendida, e substituir o fiscal na sua ausência. Ao fiscal compete assinar o termo de apreensão, embalar a mercadoria e lacrar a embalagem. Um dos inspetores fez o seguinte relato a respeito do trabalho junto aos fiscais e ao “comércio clandestino”:

Nós da Guarda Municipal temos uma missão. Por exemplo, hoje onde está a responsabilidade do serviço de repressão ao comércio clandestino? Guarda Municipal de Niterói. Só que nós trabalhamos amarrados no fiscal. Um prefeito aí, não sei se foi votado isso na câmara, mas o guarda tinha total autoridade para apreender a mercadoria do camelô. Porque não tem outra forma. *Você vem, não você não vai trabalhar. Não pode trabalhar se passar aqui vai cheio de camelô, eu vou ser punido. Eu estou pedindo para você ir para outro lugar, se eu voltar aqui e você estiver eu terei que apreender sua mercadoria, não tem outra saída.* Então, esse serviço funcionava. Eram vinte, trinta guardas trabalhando na rua na apreensão, prendendo e já com determinação do diretor. (...) chegou na Guarda, já tinha o pessoal responsável pelo depósito, que recebia a mercadoria fazia a guia de apreensão. E fazia o encaminhamento da situação. (...) uma estrutura já montada junto com o pessoal de casa de caridade, para onde recebiam essa mercadoria e material não perecível entregue ao responsável pelo depósito estocado na Guarda. Os caras têm um prazo para reaver mediante a pagamento de multa (Guarda Municipal há 27 anos).

A atuação junto ao “comércio clandestino” é relatada como uma função de risco seja por causa da composição dos “ambulantes”, associada às “classes perigosas”, seja pelo fato de não haver um número suficiente de guardas para exercer esta função:

Porque a gente trabalha com ambulante e no meio deles tem prostituta, tem ladrão, tem traficante, tem ex-presidiário. Tem de tudo do bom e do ruim no serviço de comércio clandestino. Então a gente tem uma quantidade de guardas que está arriscado a levar um tiro, levar uma facada. Porque não é nada, não é nada, são vinte e sete anos de serviço. Eu trabalhei independentemente de ter 27 anos de serviço, eu trabalhei no time de reservados da guarda, era muito serviço na época. Era levantamento, depósito de mercadorias, fazia um fichamento pra evitar um conflito com ambulante na rua. Então de primeiro faz um trabalho e antes dele colocar o

material na rua, porque depois que colocou, aí já deu tumulto, já deu problema, gera conflito e tal. Então antes dele colocar o material a gente fazia esse levantamento. O serviço reservado da guarda funcionava como um serviço de informações. Então a gente tinha esse serviço justamente pra isso, antes de uma ação qualquer, a gente já tinha um detalhamento na mão, com um plano, uma organização na mão, antes de fazer pra poder, sabendo que vai dar certo e se der um problema tem uma saída porque pensou e organizou o serviço (Guarda Municipal há 27 anos).

O trabalho descrito como “volante” envolve duas equipes de guardas que atuam geralmente em duplas. Uma dupla faz a abordagem dos “camelôs” em situação irregular, solicitando que estes deixem o local. Quando o pedido não é atendido, é chamada a equipe que vem acompanhada dos fiscais de postura da Prefeitura, que têm a função de autuar e recolher as mercadorias. Porém, foi ressaltado que os fiscais usam apenas um colete que é prontamente tirado nos momentos de conflito, os fiscais saem correndo e deixam os guardas sozinhos no meio da confusão.

Os guardas municipais de Niterói, a população e outros agentes sociais

Segundo os guardas, a relação que eles mantêm com os diferentes agentes e instituições sociais no município não obedece a uma regra única. Ela depende do local onde esta relação ocorre no dia-a-dia e da maneira como eles são vistos por aqueles agentes e instituições.

Dois exemplos foram mencionados para explicar a relação dos guardas com outras instituições, destacando-se o Corpo de Bombeiros, numa situação em que um bombeiro foi chamado e este explicou ao guarda que a tarefa não era da competência deles. Outro exemplo citado foi no contato com o Conselho Tutelar. Esta foi uma estória que todos narram com orgulho. Aconteceu quando, na área do terminal rodoviário, no centro de Niterói, um homem se dizendo da Pastoral da Criança, tentava convencer algumas crianças de rua a entrarem em um carro. O guarda aproximou-se e pediu a identificação do suposto agente da pastoral, que lhe negou e fugiu. O guarda então, correu atrás do homem e, conseguindo alcançá-lo,

levou-o à delegacia e registrou a ocorrência, quando então o Conselho Tutelar foi contatado e enviou um dos seus membros para buscar as crianças. Sendo perguntados sobre como perceberam que o homem não fazia parte da Pastoral da Criança, eles responderam que um dos guardas, também presente no grupo focal, pertencia à Pastoral da Criança e, por isso, já tinha experiência para identificar o homem.

O cara estava de bermuda e estava querendo enfiar oito crianças num táxi. Essas crianças eram de rua. Nós fomos perguntar o que estava acontecendo, para onde eles levariam as crianças. E ele respondeu dizendo que levaria as crianças para almoçar em casa se dizendo pertencer à pastoral da criança. Só que ele queria levar três. Três meninos. Nesse momento eu perguntei a ele o que estava acontecendo e ele disse que deixaria lá e não mostrou nenhuma identificação. Como eu, por coincidência, faço parte desse tipo de trabalho em São Gonçalo, nós andamos com uma vestimenta adequada, geralmente com alguma identificação da igreja na camisa. No caso ele citou a igreja católica. Nós andamos assim, para caso precise nós termos como nos identificar (Guarda Municipal há 7 meses).

Com a população a relação é bastante diferenciada e eles argumentam que esta relação também depende da região da cidade onde estão atuando. Eles são unânimes em dizer que esta relação é principalmente permeada por conflito porque a Guarda não tem identidade definida, reconhecida por todos.

Dizem que no Teatro Municipal, assim como em Icaraí, o tratamento é bom. No Teatro, eles percebem que a população sente segurança com a simples presença do guarda. Mesmo quando atuam como *volantes*, em Icaraí a relação é descrita de maneira positiva. Um dos guardas resume esta relação dizendo que “a população de Icaraí, que é mais esclarecida, entende nosso trabalho. No centro o povão quer bater”.

Os guardas relatam que ora a população demanda a intervenção do guarda frente aos “camelôs”, expressando alívio quando estão atuando na região das barcas, ora critica esta atuação através de xingamentos dirigidos a eles. No centro de Niterói, os guardas afirmaram que “as pessoas têm pena dos “camelôs”, que “eles estão ali para melhorar de vida” e que os guardas são

“ladrões de mercadoria”. As ofensas verbais são encaradas como uma parte desagradável do trabalho, porém a agressão física é percebida como um limite que não pode ser ultrapassado.

Até hoje a maioria dos guardas não gostam de ficar no *rapa*. Fiquei porque o grupo se uniu. O camelô não gosta. Hoje mesmo quase rolou uma briga em frente à TACO. Quando íamos pegar a mercadoria a população começou a dizer que não tínhamos coração, que éramos o próprio inferno. Uma pessoa falou: você é o próprio capeta. Mas na volante temos a seguinte norma: pode xingar, falar, agora agressão é diferente. Temos que nos defender (Guarda Municipal há 7 meses).

Uma outra situação constante é a queixa dos guardas contra os motoristas de ônibus que não permitem a entrada deles pela porta da frente sem precisar pagar a passagem. Este fato é interpretado como a falta de reconhecimento pela população, bem como “pelos transportes públicos”.

Dizem os guardas que, como a Polícia Militar não os reconhece como agentes que atuam na segurança, eles ficam com a imagem fragilizada para os “camelôs” e para algumas pessoas na rua.

Os conflitos vivenciados pelos guardas durante a sua atuação nas ruas e a percepção que têm a respeito da imagem sobre eles construída são atribuídos à falta de reconhecimento da identidade do guarda. Eles se queixam de não possuírem uma carteira¹¹ que os identifique como guardas municipais, assim como se queixam de que a farda, bem como o quepe os identifica como “Guarda Comunitária” e não como “Guarda Municipal”.

Paradoxalmente, a imagem negativa que os Guardas julgam que a população tem deles é atribuída ao fato de que a Guarda Municipal é confundida com a Polícia Militar, o que seria agravado pelo fato de que a Guarda Municipal “só serve para pegar “camelôs”. A população acha que a Guarda Municipal “no centro de Niterói é reconhecida como os covardes que não deixam o cidadão honesto trabalhar”, ou em outros casos, julga que tem “a mesma imagem dos “camelôs”: briguentos”. Já os “camelôs”, na avaliação dos Guardas, “acham que os GM são ladrões, e não que estão cumprindo a lei.”

Numa pesquisa realizada com os guardas integrantes da segunda turma de Capacitação, ao serem indagados se os “camelôs” eram os responsáveis pela desordem nas ruas, 50% dos alunos responderam que não concorda-

vam nem discordavam da afirmação. Essa aparente indiferença ao problema se opõe aos 39% dos entrevistados, que afirmaram concordar totalmente com essa idéia, e apenas 11% dos Guardas discordaram da afirmação.

O uso do “bom senso”: soluções da Guarda Municipal para os conflitos cotidianos

Dos problemas levantados, o que mais se revelou importante para os Guardas é a inexistência de uma estrutura para a capacitação, que após a aprovação do concurso costumavam ser “despejados nas ruas” sem nenhuma orientação sobre como proceder.

A descrição das rotinas de trabalho indicou que a cada dia o guarda municipal é informado do que deve ser realizado naquele dia. Não havendo nenhuma garantia acerca do trabalho a ser realizado no dia seguinte, os guardas reclamavam de não ter uma visão do conjunto das atividades a serem desenvolvidas. A não definição das funções e das atividades previamente é substituída na prática pelo repasse por cada inspetor ou sub-inspetor de “ordens” que devem ser cumpridas, sem que na maioria das vezes essas ordens sejam acompanhadas de uma orientação acerca da própria execução. “A Guarda Municipal está agindo muito no eu. Isto está errado. Hoje um quer que seja assim; amanhã outro quer outra coisa” (Guarda Municipal há 7 meses).

Esse procedimento é explicado por outros guardas como a forma padrão de procedimento, o que os leva a agir conforme sua própria consciência, ou, melhor dizendo, segundo o “bom senso”, que se construiria a partir da experiência de trabalho. Porém, ao contrário do que poderia parecer, não há no grupo uma forma tradicional de orientação informal para o trabalho dos mais velhos para os mais jovens, como se poderia imaginar já que não havia até então nenhum curso de formação ou treinamento para os recém-concursados. Levantamos como hipótese que os mais antigos não repassam seu conhecimento aos mais jovens porque se vêem ameaçados pelos “novos” guardas que possuem uma escolaridade maior do que os que lá estavam, e também porque os mais jovens estariam questionando o modelo “informal” de trabalho da guarda, o que é visto como crítica ao trabalho desenvolvido até então.

A forma pela qual a pouca orientação é passada também indica uma fonte permanente de conflito entre os guardas “novos” e os “antigos”. A

idéia da “ordem do dia” que é anunciada pelos inspetores e sub-inspetores, coloca os guardas numa posição passiva de cumprir a ordem, mesmo sem saber como fazê-lo. A ordem não é vista como uma diretriz de trabalho, posto que os guardas reclamam não saber o que podem ou não fazer frente às situações de conflito. “Tudo depende do inspetor, cada dia é uma coisa, o guarda municipal só obedece” (Guarda Municipal há 7 meses).

De acordo com os guardas, não há comando nem em relação aos guardas que têm como função “combater” os ambulantes¹². Alguns guardas acusam os superiores de favorecer os ambulantes e afirmam ainda que a arbitrariedade das ordens estaria ligada a interesses próprios dos guardas em relação aos “camelôs”. Esse quadro é analisado como melhor atualmente, pois se a arbitrariedade ainda vigora, antes haveria uma maior corrupção fomentada pelo “Apoio”¹³. De modo geral, os guardas avaliam que o “combate ao comércio clandestino” é uma forma de policiamento que causa um incômodo a eles mesmos e à sociedade, pois eles acabam por combater “gente que está trabalhando para ganhar o pão”.

A única forma de treinamento mencionada foi relativa ao ensino de técnicas de defesa pessoal, que foi descrita pelos guardas:

O diretor levava a gente pro quartinho e mandava dar porrada! ‘Rola no chão, não tem medo não. Se o camelô vir armado você toma a arma dele’. Eu não sei se isso é curso, e tinha Guarda Municipal acreditando. Esse era o chefe! (Guarda Municipal há 7 meses).

Essa situação de confronto entre guardas e “camelôs” é citada como um conflito cotidiano e aparece como a situação onde os guardas atuam de forma mais violenta e fisicamente agressiva. Esse é também o momento no qual os guardas sofrem com as reações dos “camelôs”, da população e de outros agentes de segurança, em especial os policiais militares, que são acusados de dar proteção aos ambulantes, ou porque são os donos das barracas ou porque recebem para fazê-lo.

Alguns afirmaram que são insuflados ao combate físico, o que é um risco, pois às vezes, o guarda vai para a ronda sozinho e fica mais vulnerável às represálias.

O conflito com os “camelôs” sob a forma de enfrentamento ocorre, segundo alguns guardas, com o objetivo de preservar a segurança dos própri-

os guardas e a dos colegas. No entanto, essa visão não é consensual, um dos guardas também revelou que essa rotina seria problemática, pois colocaria um trabalhador contra outro trabalhador. É importante destacar que alguns dos guardas já trabalharam como ambulantes antes da realização do concurso, e outros declararam que possuem amigos e/ou familiares que se encontram ainda nessa situação. “Se você mexe com o camelô, você é questionado: Você tem que subir morro!” (Guarda Municipal há 7 meses).

Um guarda relatou um caso de conflito entre os “camelôs” e os guardas no Centro de Niterói, no qual o tenente da Polícia Militar que comandava uma guarnição teria ordenado aos seus homens que aguardassem e deixassem os guardas combaterem na frente. Um outro contou uma situação na qual esteve envolvido, fugindo da confusão apesar da zombaria dos colegas. E reafirmou que faria quantas vezes isso fosse necessário porque não se sente preparado para o “combate” nem acha que a sua função é esta. Foram narrados ainda vários casos onde os policiais militares são apontados como responsáveis pela agressão aos guardas, posto que estariam sendo pagos para protegerem os “camelôs”.

Tradicionalmente, a disciplina e a ordem têm sido consideradas elementos fundamentais na formação dos agentes de segurança pública, não como os parâmetros de ação do que um indivíduo pode fazer ou não, e que deveriam ser internalizados¹¹ mediante os procedimentos institucionais de formação para que se pensasse numa política de segurança pública democrática. Na prática, esses fundamentos constituem-se em valores representativos de uma concepção autoritária do emprego da força como a forma privilegiada para resolução de conflitos. Funcionam ainda como valores que tendem a fixar o olhar para o interior da própria instituição, filtrando a percepção do mundo exterior.

Nesse sentido, a idéia de treinamento, tal qual Roberto Kant de Lima (2003) discute a respeito da formação de policiais militares, implica na padronização de procedimentos mediante repetições mecânicas, que reproduz uma ideologia marcadamente repressiva e punitiva, e que retira dos policiais a capacidade reflexiva diante de situações complexas dos conflitos cotidianos. O treinamento teria a função de controlar as reações espontâneas no profissional, visando desenvolver o que seria o “bom senso”, ou seja, a capacidade de decidir com equilíbrio.

Espaço público, violência e segurança pública

A rua é o espaço de domínio público que acolhe a diversidade dos atores sociais, ou seja, é o espaço onde as diferenças e desigualdades se explicitam em função da multiplicidade de seus usuários e diferentes formas de ocupação. Essas formas de uso da rua são marcadas pela existência de normas formais e informais que a transformam ora em “vias públicas”, ora em casas, ora em territórios religiosos (Vogel e Mello, 1985).

A questão que imediatamente se coloca no conflito entre guardas municipais e “camelôs” é a maneira da apropriação do espaço público no Brasil e a sua relação com a forma como a aplicação das premissas igualitárias do Estado de Direito Contemporâneo são percebidas e vivenciadas pelos atores sociais no seu cotidiano.

A discussão a respeito do dilema do espaço público proposta por Kant de Lima (2001), toma como referência a interpretação de Roberto Da Matta, segundo a qual há duas lógicas ou eixos classificatórios na sociedade brasileira. Kant de Lima argumenta que, sendo o saber jurídico um sistema de representações sobre a sociedade, encontra-se difundido em todos os seus espaços e categorias sociais, refletindo, portanto, no espaço público, um paradoxo através da relação entre princípios constitucionais liberais, igualitários e universais, de um lado, e de outro, princípios hierárquicos associados a práticas discricionárias por parte da polícia (1994), bem como práticas de apropriação particularizada no espaço público.

O autor parte de uma análise comparativa entre os Estados Unidos e o Brasil. Segundo ele, diferentemente do caso americano, no Brasil o espaço público não é um espaço coletivo negociado por aqueles que dele fazem parte; esta negociação não é de origem “democrática”, mas de um sistema jurídico normativo cujo objetivo é o controle social. Em vista disso, as leis universais, quando aplicadas em seu contexto, não são reconhecidas, tendendo a serem vistas como “constrangimentos externos ao comportamento dos indivíduos”. Por isso, ninguém conhece exatamente quais as regras que organizam a convivência de diferentes indivíduos no espaço público. Em princípio tudo parece possível a todos até que alguém com conhecimento e autoridade proíba ou reprima qualquer comportamento considerado indesejado.

Mas quem tem essa autoridade, segundo Kant de Lima, é o Estado. Diz ele que

(...) o domínio do público – seja moral, intelectual ou até mesmo o espaço físico – é o lugar controlado pelo Estado, de acordo com ‘suas’ regras, de difícil acesso e, portanto, onde tudo é possivelmente permitido, até que seja proibido ou reprimido pela ‘autoridade’, que detém não só o conhecimento do conteúdo, mas principalmente a competência para a interpretação correta da aplicação particularizada das prescrições gerais, sempre realizada através de formas implícitas e de acesso privilegiado (Kant de Lima, 2001: 109).

A idéia de igualdade associada ao espaço público é percebida de forma substantiva, promovendo, segundo o autor, a sua apropriação particularizada. O domínio público é, portanto, dessa forma apropriado, seja pelo Estado ou por outras pessoas autorizadas ou não por ele. Tudo é imprevisível, tudo pode acontecer, a tudo todos têm direitos mesmo que o conteúdo lhe seja desconhecido.

No entanto, embora sendo um agente representante do Estado, os guardas municipais não sentem a sua autoridade reconhecida pelos “camelôs”, e julgam que isso ocorre pelos seguintes fatores: baixos salários; falta de infra-estrutura de trabalho; falta de “uniforme” apropriado; perfil heterogêneo dos guardas; desconhecimento do regimento oficial da Guarda Municipal; ausência de plano de carreira; falta de treinamento apropriado de como lidar com o público e falta de orientação de como devem atuar.

Não havendo uma identidade institucional clara, a Guarda Municipal torna-se invisível ou ambígua para a população, comprometendo a possibilidade desta se consolidar como uma das possíveis instituições representativas de segurança pública a nível municipal.

Disso decorre que os guardas se sentem freqüentemente desrespeitados quando estão atuando junto aos “camelôs” da cidade, o que justificaria o conflito a partir, segundo eles, do desconhecimento que os “camelôs” têm a respeito da real função dos guardas municipais. O problema se torna mais complexo quando se sabe que nem os próprios guardas conhecem exatamente as regras que devem orientar a sua ação, sendo esta determinada por uma avaliação imediata e contextual durante a interação e negociação com os ambulantes.

Na sociedade brasileira o conflito é visto tradicionalmente de forma negativa, ele é considerado como uma ameaça à ordem, cabendo às práticas institucionais ocultá-los ou puni-los. Essa fórmula de administrar conflitos se caracteriza pela exterioridade, pela generalidade, pela particularidade de sua aplicação e pela autoridade da interpretação, ou seja, trata-se de tentar resolver os problemas usando regras gerais, aplicadas de modo particularizado de acordo com a livre interpretação dos operadores do sistema de segurança pública.

Nesse sentido, espera-se que a Guarda Municipal tenha funções diferentes das polícias, porém que aja da mesma forma, operando como se fosse uma agência autônoma, a serviço de um Estado encarregado de manter a ordem em uma sociedade de desiguais.

Ao agir no calor da hora, com base em impulsos, reagindo a provocações, a rua torna-se o local privilegiado para a ação repressiva sem controle, já que este espaço é visto como a terra de ninguém, o território sem regras. Ao privilegiar a perseguição dos ambulantes como a prioridade no controle do espaço público, cabe perguntar se não estamos novamente diante do processo de implantação da polícia urbana no Brasil, marcada pela repressão e perseguição irrestrita aos organizadores do movimento operário, bem como realização do projeto de normalização e controle de faixas significativas da população trabalhadora e de contenção da criminalidade urbana (Bretas, 1997; Holloway, 1997; Souza, 1998).

Resta-nos ainda indagar se a dramatização quotidiana dos conflitos de rua entre guardas e ambulantes não é boa para pensar (Lévi-Strauss, 1975)? Até que ponto esses conflitos podem explicitar as tensões inerentes a um processo de urbanização excludente? Até que ponto podem revelar como esses diferentes agentes sociais constroem suas visões de mundo, tomando por base a idéia de que é preciso exterminar os conflitos, ou mesmo os seus causadores? Trata-se, então, de propor uma análise que considere que os conflitos não são apenas sinônimos do caos, mas expressões de reestruturações constantes do espaço público.

Notas

1. Este artigo foi originalmente apresentado no XXVII Encontro Anual da ANPOCS – GT Violência, Sociedade e Cultura em 21 de outubro de 2003. Agradecemos as contribuições dos coordenadores Prof. Sérgio Adorno e Profª. Maria Filomena Gregori.
2. O “rapa” é a denominação dada pelos camelôs aos guardas municipais do Rio de Janeiro, que passam recolhendo as mercadorias.
3. Este projeto de intervenção técnico-científica do NUFEP/UFF de Diagnóstico dos Problemas, Capacitação permanente e Aquisição de equipamentos para a Guarda Municipal de Niterói é coordenado academicamente pelas Professoras Ana Paula Mendes de Miranda e Gláucia Mouzinho, sob coordenação geral do Professor Roberto Kant de Lima.
4. A adoção de um novo uniforme pela GM do Rio de Janeiro levou à criação do apelido de “Robocop” para os integrantes do Grupamento Tático Móvel, que têm como função combater os ambulantes.
5. Este programa, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, se constituiu da participação de 25 guardas que, com suas esposas, residiam em Cieps do município, sendo responsáveis por jovens entre 7 e 14 anos de idade “que enfrentam problemas familiares”.
6. Estas informações foram extraídas do *site* da GM-Rio: www.rio.rj.gov.br/gmrio
7. Lonas com cordas nas quatro pontas, que permitem o recolhimento rápido das mercadorias pelos ambulantes, facilitando assim a fuga com mais facilidade.
8. Estima-se que o efetivo da Guarda Municipal do Rio seja hoje de 5.452 integrantes que atuam como guardas e 464 funcionários administrativos.
9. De acordo com o decreto de aprovação do Regulamento da Guarda Municipal assinado pelo Prefeito de Niterói em 8 de agosto de 1969.
10. Do ponto de vista legal, cabe aos fiscais de postura realizarem a apreensão das mercadorias e fiscalizar o comércio ambulante. O papel do Guarda se restringe apenas a acompanhar esse processo para assegurar a integridade física do fiscal de posturas.
11. Atualmente, os guardas já possuem uma carteira de identificação. Entretanto, eles reclamam que a carteira é “feia”, pois se parece com carteira de estudante, não tendo nenhuma semelhança com as carteiras dos policiais. Segundo alguns, a carteira não lhes confere autoridade.
12. Embora esse trabalho seja oficialmente chamado de “combate ao comércio clandestino”, o termo mais utilizado pelos guardas era mesmo o “combate ao camelô”.
13. Esta categoria “apoio” refere-se à equipe controlada pela Prefeitura para atuar junto aos Fiscais de Postura na apreensão das mercadorias dos ambulantes considerados irregulares.
14. A educação em Durkheim constitui-se na forma privilegiada de socialização dos homens, já que representa a internalização dos traços constitutivos da consciência coletiva, ou seja, é o processo através do qual o indivíduo internaliza os padrões sociais de agir, pensar e sentir.

Referências bibliográficas

- BRETAS, Marcos L. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- FRANÇA, Cássio Luiz de & AUGUSTO, Rafael Oliva. *Regulamentação do comércio informal*. In: <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D072.htm>, 07/06/02.
- IOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- JORNAL DO BRASIL. “Soldados de uma guerra sem fim”, Cidade, 24/08/03, p. A12.
- KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica de Ciências Sociais*, nº 50, 2º sem. 2000, pp. 45-123.
- KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro – seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Biblioteca da Polícia Militar do Rio de Janeiro, 1994.
- _____. “Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público”. In: GOMES, L.G.; BARBOSA, L. (orgs.) *O Brasil não é para principiantes: carnavais, malandros e heróis 20 anos depois*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- _____. “Direitos Cíveis, Estado de Direito e Cultura Policial”: a formação do policial em questão”. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, pp. 241-256, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- O GLOBO. “Confronto entre fiscais e “camelôs” causa pânico no Centro de Niterói”. Rio, 18/02/02, p. 23.
- _____. “camelôs” causam novo tumulto no Centro do Rio”, Rio, 11/06/03, p. 16.
- _____. “Guardas e “camelôs” voltam a se enfrentar”, Rio, 19/07/03, p. 17.
- _____. “Camelôs”: repressão no centro”, Rio, 26/07/03, p. 17.
- Sítio eletrônico da Guarda Municipal do Rio de Janeiro: www.rio.rj.gov.br/gmrio
- SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Poder de polícia, polícia civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCII-USP, São Paulo, 1998.
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3ª edição. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1985.

Resumo

O trabalho de policiamento / patrulhamento das vias públicas é considerado o de menor prestígio entre os policiais militares e os guardas municipais. Por outro lado, é uma das atividades mais impermeáveis às orientações superiores devido à sua dificuldade de controle. No entanto, este trabalho é o que torna a ação das duas instituições mais visível à população.

A ação dos guardas municipais em conflitos de rua com “camelôs” acaba por orientar-se mais para a tentativa de assegurar o exercício da autoridade *per se*, do que para efetuar a cobrança do cumprimento da legislação que regula o uso do espaço público. A principal consequência desse tipo de atuação é o reforço do sentimento de insegurança da população, que além de não ver resultados no que diz respeito à redução de incidências criminais, passa a temer também circular nas ruas devido à possibilidade de ser agredida num desses conflitos.

Desse modo, avaliamos que a ação da Guarda Municipal de Niterói nos conflitos de rua com “camelôs” não tem sido a da manutenção da ordem pública através da mediação; ao contrário, assemelha-se a uma briga, na qual o guarda torna-se mais um agente envolvido no conflito e não um mediador.

Palavras-chave

“Ambulantes”, “camelôs”, espaço público, Estado, Guarda Municipal, negociação de conflitos, ordem pública, polícia, segurança pública.

Abstract

Policing and patrolling in public space have been considered the least prestigious activities among the police and the *guardas municipais*. They are more visible to the society, but difficult to be controlled by its commands.

Regarding the way the *guardas municipais* work on the streets relating to the *camelôs*, its actions have been oriented to reinforce authority. As a result, it nurtures feelings of fear and insecurity among people who share the same place with them. Besides, this sort of action does not reduce criminal incidence.

Therefore, we agree that the procedure taken by the *Guarda Municipal* in Niterói within the conflicts with *camelôs* has not been the maintenance of public order through mediation. Instead, it is similar to a wrestling where the *guarda* does not act as a mediator, but as another element involved in the conflict.

Key-words

“Ambulantes”, “Camelôs”, Conflict mediation, “Guarda Municipal”, Public order, Public Security, Public space, State.

A Fênix em chamas

*O ocaso do mito épico do jornalista**

Cristina Rego Monteiro da Luz

Pode parecer que lhes apresento um quadro desesperado, que introduzo a dúvida generalizada que, destruindo a rocha sólida das convicções, deve provocar pessimismo desmoralizador e devastador. Mas isso seria esquecer que é necessário desintegrar as falsas certezas e as pseudo-respostas quando se quer encontrar as respostas adequadas. Seria esquecer que a descoberta de um limite ou de uma carência em nossa consciência já constitui progresso fundamental e necessário para essa consciência.

Edgar Morin

Parece uma síndrome compulsiva contemporânea – mesmo com inigualável oferta de informação, disponível a muitos (desde que ocidentais/cristãos), temos a impressão de que sabemos cada vez menos em relação ao que deveríamos saber. Numa atividade como a jornalística, que lida diretamente com a (in)disponibilidade da informação, este sentimento é tanto mais contundente quanto é significativo o aumento da acessibilidade tecnologicamente proporcionada. Um sentimento agudo nos primeiros trabalhos profissionais e que não se ameniza com o tempo.

Prometo cumprir com os deveres inerentes ao grau que nos é conferido, somando todas as minhas aspirações, diminuindo as incertezas, multiplicando as altas realizações e dividindo as vitórias com os que me cercam, sem jamais faltar com os ditames da honra e da ética profissional.¹

O estudante, no encerramento do curso que teoricamente dá início a sua carreira, faz um juramento eterno (*jamais...*) carregado de referências éticas, humanísticas e logô se vê transplantado, com todas as suas expecta-

tivas, sem preparação psicológica e cultural, para um cenário algo selvagem – neoliberal – *high tech*. A visão romântica do jornalismo, chamuscada pelas faíscas da solda do padrão industrial, atordoada por *downloads*, cercada pelas redes, entra em curto e busca heróis (ou saídas honrosas) em meio à entropia que brota da comunicação impressa, audiovisual, digital, *wireless*, em ritmo fractal. Discute-se a perda (ou troca) de paradigmas na volatilização, quando não no enrijecimento, de referências políticas e culturais, assim como na violência contida no imaneente direcionamento da informação que gira em altíssima velocidade, sem fronteiras.

Numa espécie de fio terra, a natureza empresarial da produção jornalística, cada vez mais contundente, evidencia o comprometimento da mídia com o discurso político hegemônico, a prevalência do referencial econômico e a dependência explícita do capital que a financia em mãos (?)² de corporações cada vez maiores³.

Muniz Sodré, em seu livro *Sociedade, mídia e violência*⁴, fala da violência direta e de uma indireta, que se manifesta através de diversos modos de pressão: política, econômica, psicológica e também sociocultural, com variada oferta de preconceitos paradigmáticos. Através dela vivemos e preservamos a exclusão de uma maioria ao direito de ver, saber, decidir, locomover-se, agir e usufruir, garantidos a uma minoria – e as conseqüências humanas desta monumental discrepância.⁵ Para situarmos os parâmetros políticos de pressão, vale a pena, um pouco mais adiante, darmos um sobrevôo na ótica de Noam Chomsky sobre a grande imprensa norte americana, (referência implantada no jornalismo brasileiro desde Danton Jobim e Pompeu de Souza⁶), já que ele enquadra uma das várias categorias existentes de violência assessorada pela mídia. Chomski lidera o Departamento de Linguística e Filosofia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e é um dos autores mais lidos na multidisciplinar área dos estudos teóricos da Comunicação. Faz permanente e incansável defesa de um humanismo que se revela cada vez mais retórico, pelo uso do que chama de “ignorância intencional”⁷. O problema não é novo, a falta de respostas eficazes também não. Como Einstein dizia, dificilmente quem enuncia o problema será aquele que encontra a solução. Coisa de gente.

No micro universo das angústias jornalísticas, o jornalismo impresso, tradicionalmente referência, ainda fonte maior das pautas de outras mídias, começa a mostrar-se pré agônico frente a som e imagem interativos. Em rede, a internet absorve e reproduz velhos padrões e também gesta novos

modelos de/para a comunicação. Alguns de nós, dinossauros (ou dragões que se pretendem alados, e ainda cospem algum foguinho pela ventas...) mutantes de um tempo em que um ideário compromissava miticamente a profissão de jornalista, ainda acreditamos na transmutação, no renascimento da Fênix. Mas será a perspectiva que se delinea nos juramentos obrigatórios dos cursos de graduação de jornalismo (que já tiveram a obrigatoriedade para o exercício da profissão cassada, e continua bambolecando entre liminares) real e possível? Em que bases?

O estilhecimento da informação

Do mecanicismo cartesiano ao quanta holístico, o que se pretende formalmente como conhecimento humano evolui a partir de paradigmas fundamentais. Paradigmas (do grego *parádeigma*, modelo, padrão), por definição restritivos, já que representam recortes de compreensão em relação ao que é observado.⁸ Jornalisticamente falando, de lide em lide resumos sintéticos e excludentes registram a percepção da história.

Conseqüência ou espelho da estrutura de organização do conhecimento ocidental, os conteúdos veiculados por meios de comunicação de massa vêm sofrendo um processo de fragmentação, fruto, entre outras coisas, da cada vez maior especialização tecnológica. Esta mesma tecnologia epigéia que, sem o aprofundamento de raízes culturais em chão firme reproduz, distribui, expande, sob comandos que se aglutinam, concentrando poder de (no mínimo) referência. Um processo de muitas conquistas – e de alguns aspectos que exigem reflexão.

A imprensa escrita ganha velocidade e reproductibilidade com equipamentos gráficos (será este ainda um termo adequado?) cada vez mais sofisticados. A voz pluripresente do rádio mantém-se, multiplicando instalações médias, curtas e moduladas. A TV ganha alternativas e padrões identitários de outros veículos. Surge na praça, o videofone, primeiro utilizado (salvo engano) pela CNN e logo é visto na voz e imagem do repórter Marcos Uchôa por 40 milhões de lares brasileiros⁹ durante a cobertura da Guerra EUA x Iraque pela TV Globo. O videofone é garantia de onipresença telejornalística com o mínimo de aparato técnico local. Mistura o ancestral “jacaré”¹⁰ do radiojornalismo com a geração da imagem instantânea, simultânea, via satélite. Na trilha do *show biz*, a produção televisiva insinua o correspondente como aquele que *vive o front*, quando

na realidade as facilidades tecnológicas muitas vezes reforçam a burocratização da notícia já que exige condições próprias para funcionar: localização favorável, texto e imagem adequados à transmissão (mas não era para informar melhor?). A telefonia celular invade a malha magnética do planeta e multiplica uma nova forma de expressão, *wireless*¹¹. A Internet navega em rede ricocheteando bits, arrombando tempo e espaço, gulosamente consumindo e redistribuindo nacos de texto, imagem e som (o que acontece depois com tamanho bolo alimentar?). O controle da informação não precisa mais ser rudimentarmente exercido através do empastelamento de redações ou pela censura de Conselhos Superiores, como no século passado. Texto, imagem e som a serviço de estruturas de pensamento circulam em alta velocidade no ar e são captados, identificados e catalogados por satélite e sistemas tipo *Echelon*¹². A informação que nos chega pela imprensa delinca uma tentativa panóptico/cibernética de lançar mecanismos de controle, *ao espaço, e além*.¹³

E quase como numa brincadeira, buscar dados específicos, armazená-los, tê-los à mão, nunca foi tão confortável para tantos. Há mesmo um quê de desavergonhado desperdício em meio ao uso indiscriminado de equipamentos. Entre as amigas de minha filha de 12 anos (que vive em campanha para ganhar um celular), o *hit* é poder exibir o celular mais moderno, o mais cheio de penduricalhos extras. Brinquedos de gente grande, os *memory keys* (em forma de reduzidos chaveiros, medindo de 2 a 6 cm) verdadeiros HDs portáteis, têm capacidade para armazenar entre 8 MB e 512MB no bolso. Um detalhe nem sempre lembrado (mas sabido há tempo pela física) é que o observador altera o campo observado e é alterado por ele: o corpo humano, nosso mais antigo instrumento, também vem sofrendo algumas modificações. Entre elas, a transformação em uma verdadeira salada química. O corpo humano carrega hoje em torno de 500 compostos sintéticos que não existiam antes de 1920. Metade da população mundial se alimenta mal, pobres carecem de vitaminas, minerais e calorias, nações ricas têm até 55% de pessoas acima do peso. A percepção generalizante de progresso pode ser enganosa. Apenas 23 países, com cerca de 15% da população mundial, concentram 62% de todas as linhas telefônicas do planeta.¹⁴ Cerca de 20 milhões de brasileiros vivem hoje, meados de 2003, sem energia elétrica.¹⁵ Mas o pensamento teórico parece contaminado com a visão fractária, e insiste em balizar-se por uma minoria, em direção ao futuro. *Ao espaço, e além...*

O paradigma da interatividade tanto vem recolocar o conceito de *público* como agente quanto vem redimensionar a *comunicação de massa* que, sem deixar de se dirigir a grandes audiências, passa a ser, de fato, *comunicação social*, dada à condição participativa dos cidadãos interativos.¹⁶

A tecnologia e a informação estão numa corrida em que parece ter-se perdido, além do objetivo, a direção da fita de chegada, e nem o tempo – presente, inexorável – lembra aos participantes a possibilidade de revezamento, ou de questionamento: afinal, porque corremos? Algumas posições inverteram-se. A informação não busca os meios para difundir-se na exata medida da necessidade de sua difusão. Estruturas e equipamentos, subvertendo a ordem, é que nos exigem, ferozmente, alimentação. Estão instalados, cada vez mais sofisticados, precisam ser nutridos. O carro ultrapassou os bois. Empresas *on line* têm “diretores de conteúdo” (!), profissionais reconhecidamente competentes, aliciados do jornalismo. É preciso produzir rápido, para ter o que apresentar, oferecer, vender, repetir. O meio é mais do que a mensagem – a subordina, trincando até mesmo algumas fortes engrenagens de produção industrial. Um exemplo claro é o caso do atropelamento do mercado fonográfico, que ainda resiste a preparar seu epitáfio, frente à Internet:

A indústria do disco, como a conhecemos, começou a morrer quando seus executivos, em vez de aproveitarem o extraordinário potencial da internet como rede de distribuição de músicas, preferiram combater a tecnologia, com a mesma falta de visão com que Jack Valenti, eterno presidente da MPAA (associação de produtores de cinema), pedia, há vinte anos, a proibição da fabricação de videocassetes, alegando que isso acabaria com o cinema. Para sua sorte, perdeu o processo. Sem o mercado doméstico, Hollywood estaria hoje em maus lençóis. Já a RIAA, a associação das gravadoras americanas, deu azar. Ganhou o processo contra o Napster. Com isso, perdeu a mais poderosa ferramenta de marketing e distribuição de música que já existiu.¹⁷

Temos um quadro de oferta de informação amplo e desprovido de responsabilidade deontológica. O direito à privacidade, largamente discu-

tido nos EUA, terra fértil da já promíscua convivência entre homem e controles tecnológicos, perdeu suas definições primárias. A Internet criou uma realidade nova e contraditória, do ponto de vista da oferta e da procura. Quem oferece, oferece algo. Mas, a quem? Nem vou entrar aqui na questão da farta distribuição de pornografia em rede, e o problema gerado pelo acesso das crianças a este material. Ou nos convites à participação em ações e movimentos de toda natureza, como no caso de Alexandre de Donato, de 14 anos. O adolescente fugiu de casa, zona sul do Rio de Janeiro, dia 28 de agosto de 2003, para juntar-se às FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), depois de contatos feitos pela internet em *chats* de conversação. Foi encontrado dois dias depois pela Polícia Federal já em Manaus, a caminho da fronteira. O reencontro com a família foi a imagem da desagregação e da falta de diálogo. Alexandre deixava-se abraçar, mantendo com pai e mãe o ar distante que apresentava à Polícia desde o momento em que foi detido.¹⁸ Um caso semelhante a muitos outros já pesquisados na área da comunicação virtual.

A enorme boca *techno* que se abre ao que virá a ser digerido e redistribuído por toda uma teia midiática – e que, por ser rizomática, tira dos emissores a responsabilidade de saber dirigir conteúdo específico para receptor específico – tem seus próprios mecanismos de recorte, trituração, mistura e leitura sensorial. É importante porta de entrada e saída de informação no processo interativo social, guardando algumas semelhanças com nosso funcionamento biológico: gosto e olfato são sensibilidades químicas, sendo que os sistemas que *mediam* estas sensações (o olfatório e o gustatório) estão entre os sistemas filogenéticos mais antigos do encéfalo. Trabalham juntos, nas cavidades orais e nasais. O sistema gustatório é responsável pelas quatro sensações primárias de gosto – doce, ácido, salgado e amargo. A percepção de sabores mais complexos e mais finos dependem da leitura olfativa. Qualquer dano no olfato, mesmo um simples resfriado, pode impedir a condução de moléculas pelo ar para as cavidades nasais, e atenuar a percepção de sabor / saber:

Quando comemos, percebemos as mensagens sensitivas que os sistemas gustatório e olfatório recebem. Porém, quando a comida e os líquidos são engolidos a partir da boca para o esôfago e daí para o estômago, a maioria das percepções químicas é perdida. De fato, não temos consciência da maioria

dos estímulos que estão presentes dentro do nosso organismo, a despeito do fato de nossos órgãos internos serem ricamente inervados por neurônios sensitivos primários. (...) Ficamos conscientes de alguns destes eventos somente em circunstâncias especiais, como quando ficamos nauseados após comer certa comida ou quando nos sentimos “cheios” após ingerirmos grande quantidade. Alguns estímulos internos, porém, nunca são percebidos. Uma mudança na pressão intra-arterial, mesmo em um episódio hipertenso, pode ocorrer sem ser notada. A maioria das informações sensitivas das vísceras não alcança a consciência.¹⁹

A sensibilidade do “paladar” da massa, ou *multidão*, corresponde, grosso modo, às suas condições socioeconômicas. O bunker que separa base e topo da pirâmide social determina limites do direito à fruição. A maioria não está familiarizada com a estrutura de uso minimamente complexa dos computadores, que dirá dos nichos especializados de conhecimento. Sofrem com a exclusão mais cruel – a dos modelos de percepção, das estruturas paradigmáticas de pensamento do poder vigente, refletidos nas novas formas de ordenamento político social. E, como acontece nas nossas vísceras, a sensibilidade da maioria só chega a manifestar (alguma) reação quando há uma *overdose* de envenenamento – repórteres morrendo, queimados vivos em julgamentos sumários realizados por soldados do narcotráfico, adolescente carioca Zona Sul fugindo para as Farc, paulistas “bem criados” assassinando pais numa classe social que deveria viver no paraíso, programas de TV escatológicos, alimentando o império do grotesco, *aprofundando um histérico pacto simbólico com a Besta televisiva*²⁰. Como Maria Antonieta sofreu as conseqüências de não haver brioches suficientes para todos que reclamavam não ter pão, Jean-François Lyotard vê na perda de radicalidade advinda da atenuação de luta de classes, o fim das grandes narrativas.²¹ Da micro e da macro estrutura social, surgem modelos e padrões cada vez mais fluidos – a “modernidade líquida”, como conceitua Zygmunt Bauman.

Hoje, padrões e configurações não são mais “dados”, e menos ainda “auto-evidentes”; eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes, de tal forma

que todos e cada um foram desprovidos de boa parte de seus poderes de coercitivamente compelir e restringir. E eles mudaram de natureza e foram reclassificados de acordo: como itens no inventário das tarefas individuais. Em vez de proceder a política – vida e emoldurar seu curso futuro, eles devem segui-la (derivar dela), para serem formados e reformados por suas flexões e torções. Os poderes que liqüefazem passaram do “sistema” para a “sociedade”, da “política” para as “políticas da vida” – ou desceram do nível “macro” para o nível “micro” do convívio social.²²

A entropia, prima-irmã deste liquefazer, é a saturação de dados nos sistemas de informação, tema recorrente entre filósofos, lingüistas e teóricos de comunicação.

A cultura da informação, tornada um valor em si mesmo através da exacerbação do mundo midiático, produz uma linguagem inflacionada que termina por embotar o sentido, pois falar demais é tão sintomático da falta de comunicação quanto falar de menos. Um bom exemplo deste tipo de fenômeno pode ser encontrado nos filmes de Quentin Tarantino, ao mesmo tempo exacerbação e crítica da sociedade do meio. A novidade estética de Tarantino não vem da violência, mas da verborragia. Falar muito, falar demais, falar sem parar. No entanto, importa quase nada o que está sendo dito. Eis o fenômeno midiático por excelência, caracterizado não pelo conteúdo mas pela forma excessiva. O que importa não é tanto o que está sendo dito, mas quem diz, quem tem a arma na mão. Quem diz mesmo é a própria arma, o meio, o poder. Que ética é possível em tal tipo de sociedade? Que lugar ainda pode haver aqui para a lentidão e a demora filosófica e para a tarefa pedagógica do esclarecimento?²³

O resultado é que a interferência da mídia na percepção do grande público não tem compromisso com a citada tarefa pedagógica do conhecimento, refletindo interpretações dos fatos através de um espelho quebrado, oferecendo, aos pedaços, uma pseudo imagem do todo em que faltam

algumas (muitas) lascas. Nestes tempos de globalização, é mercadologicamente útil buscar uma “harmoniosa padronização de compreensões”. A ausência do compromisso com um ordenamento conceitual preponderante facilita a inserção de mensagens utilitárias. O *link* direto dos *icebergs* que flutuam na política econômica internacional (FMI, Davos, grandes corporações financeiras, etc.) com as corporações jornalísticas são tão evidentes que surpreendente é ainda haver respiradouros de comunicação razoavelmente confiáveis. A cobertura nacional do Fórum Social Mundial e do encontro de Davos é um exemplo de contaminação na exploração de inserção subjetiva de paradigmas. O estudo é de 2001, mas pouco difere da análise da cobertura de 2002:

Na verdade, incompletude, homogeneidade e facilidade de compreensão trabalham de mãos dadas: O Fórum Social Mundial foi tratado de modo muito semelhante no conjunto dos jornais. Salvo José Mitchel, em matérias publicadas na Editoria Internacional do Jornal do Brasil, ninguém descreveu as discussões e propostas que efetivamente ocorriam em Porto Alegre. Críticas, no entanto, não faltaram ao FSM, incidindo sobre os mesmos pontos: a “apropriação” do evento pelo PT, os gastos com a organização do encontro, a “destruição” de soja da Monsanto pelo MST e a inutilidade de ser “antiglobalização”. Enquanto isso, as análises feitas no Fórum Econômico Mundial merecem amplo espaço e destaque. A crítica, nesse caso, versa sobre a repressão a manifestações. A justaposição de informações parciais é que leva a uma compreensão simplificada: um Fórum Mundial Social com “cheiro de naftalina”, “politizado”, “raivoso”, onde não se sabe o que se discute, fica esvaziado diante de um Fórum Econômico Social cheio de propostas que reúne “líderes mundiais”, é “conciliatório” e disposto ao “diálogo”.²⁴

No Brasil, os estilhaços da contradição inerente à proposta utópica da notícia isenta (como pretendeu a Associated Press, desde 1856 com a sua “teoria do Espelho”, ainda presente em regras da maioria dos manuais de redação dos grandes jornais, segundo a qual o jornalista deve ser como um fotógrafo, relatando a realidade da maneira como ela se apresenta²⁵) e a

“realidade de mercado”, estão por toda parte: a falência da ex emissora OM (depois CNT), a quebra e agonia do JB, o fechamento da TV Manchete, a diminuição das redações cariocas e a exploração máxima do trabalho dos jornalistas com os sistemas integrados de informação (o mesmo repórter apura para o jornal, que repassa para a agência de notícias, grava para rádio e ainda alimenta o jornalismo *on line*); o estado falimentar da Globopar, a abertura de 30% do mercado nacional para o capital internacional, proposto pela Lei de Radiodifusão, a situação no mínimo caótica das redes públicas de rádio e TV. Eugênio Bucci, jornalista, professor, empossado em 2002 na presidência da Radiobrás, impressionado com o mau estado das dependências da Radio Nacional, disse que “uma parte de nossa história está se perdendo aqui”. Frase que se adequa a muitas instituições que guardam a memória da cultura brasileira. Ao mesmo tempo, de acordo com Gabriel Priolli, Presidente da Associação Brasileira da Televisão Universitária (Sistema audiovisual complexo – Jornal do Brasil, Caderno B, 22/01/03) após os anos 1990, em função do desenvolvimento tecnológico, um grande número de novas emissoras surgiu no país – a Radiobrás lançou o NBR, canal de abrangência nacional, no campo institucional. Estão aí as emissoras do Senado, da Câmara Federal, a TV do Judiciário. Estações repetidoras foram convertidas em geradoras. O Ministério da Educação lançou a TV Escola, o Ministério da Cultura, a TV Cultura e Arte. O Canal Multi-Rio, da Prefeitura do Rio de Janeiro. O Canal Comunitário de São Paulo, com mais de 200 organizações não-governamentais usuárias. E em fevereiro de 2003, segundo mês do *natihistórico* governo Luis Inácio Lula da Silva, ainda não havia uma política governamental de comunicação social.

A tentativa do governo FHC de transformar a Fundação Roquete Pinto (TVE e Rádio MEC) numa organização social, a atual Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto (ACERP), terminou se revelando uma experiência frustrante, pois se limitou a desobrigar o governo federal de investir nas emissoras e não obteve resultados nem no tocante ao aspecto gerencial nem às metas estabelecidas no contrato de gestão.²⁶

O governo não aprimora a rede pública e paradoxalmente utiliza o espaço midiático com grandes verbas publicitárias, garantindo assim formas

de influência ainda mais contundentes do que a própria natureza de relação concessória das TVs abertas. Pois é. Os círculos viciosos se renovam, sem rompimento dos antigos, fortalecendo a espiral do silêncio detectada por Noelle-Newmann (1984)²⁷ – o movimento centrípeto que anula tudo que não for foco de interesse de uma seleção estabelecida por estruturas pré determinadas de percepção. Assiste-se a um espetáculo de desinformação provocado por abordagens que muitas vezes beiram a ironia. Deliberadamente falha e comprometida, a mídia jornalística (rádio, jornal e TV) em vez de ser o espaço oxigenado de troca de informações, forma um *sub-bunker* de isolamento frente à irrupção de modelos sociais, religiosos e culturais diferenciados. A estrutura consolidada da comunicação massiva testa-se como instrumento disciplinador à potência máxima absorvível pela prática midiática. Foucault teria farto material para produção.

As informações adequam-se a diferentes níveis de leitura. Tornam-se cada vez mais qualificadas para aqueles que mantêm o uso de sua percepção sensorial fina, e graduam-se os ajustes necessários ao olfato e paladar daqueles que compõem a maior parte da sociedade contemporânea, salvaguardados aí pesos e medidas da participação decisória, econômica e política. O texto abaixo não foi escrito depois da eleição de Lula para presidente do Brasil, nem mesmo depois do atentado ao *World Trade Center*, mas em 1997, parecendo confirmar as tendências “sensitivas” de Baudrillard:

Vivemos numa realidade política perfeitamente dissociada. De um lado, a classe política, microsociedade paralela, secretamente em desemprego técnico, evoluindo impunemente e fadada, ao que parece, à tarefa exclusiva de reproduzir-se, numa confusão endógama de todas as tendências – essa aliança incestuosa da direita e da esquerda não deixando de provocar patologia e degenerescência características da consangüinidade. Do outro lado, a sociedade “real” cada vez mais desconectada da esfera política. Ambas afastando-se uma da outra à velocidade V maiúsculo, parecem mais ou menos destinadas a perecer ou a desagregar-se cada uma em seu canto – sob perfusão graças ao cordão umbilical da mídia e das sondagens.²⁸

Minotauros e labirintos

Um caso em que surgem claramente como personagens de Baudrillard a sociedade midiática, a classe política e a sociedade “real”. No dia 11 de setembro de 2001, a televisão aberta norte americana captou as primeiras imagens do pânico que tomou conta da população de Manhattan e logo depois, do mundo imagetivamente conectado, quando mostrou ao vivo a explosão da segunda torre do WTC. Não havia, naquele momento, como *explicar* o que estava sendo *visto*.

A defasagem entre a representação da realidade e a realidade, como pesquisas mais minuciosas podem fornecer, é ainda mais importante no tratamento televisivo dos incidentes. A atenção dos jornalistas está mais voltada para os confrontos do que para a situação objetiva que os provoca. Eles se tornam sintomas de uma crise mais geral da sociedade que tende a ser tratada independentemente das situações concretas. (...) O acontecimento mediático que eles fabricam pode funcionar como uma espécie de teste projetivo junto aos diferentes atores sociais que eles interrogam, cada um podendo ver nisso a confirmação do que ele pensa há longo tempo. (...). Embora a maioria dos jornalistas rejeite e condene as práticas mais duvidosas da profissão e reconheça a existência inevitável de vieses, mesmo em um tratamento de informação que se pretende honesto, eles pensam que, apesar de todas essas dificuldades e de todas essas deformações, *nada é pior que o silêncio* (Grifo meu).²⁹

A narração do inesperado em 11 de setembro, sem pré-produção de texto, ficou por conta dos gritos de horror surpresos daqueles que vivenciaram um pânico equivalente a toneladas de concreto e vidro desabando no centro do centro de Nova Iorque, caindo por sobre a segurança dos que sempre assistem às tragédias mundiais – de longe. Aquelas pessoas presenciaram o acontecimento político mais importante dos EUA (e provavelmente do Ocidente) nos últimos tempos: o primeiro ataque ao império norte-americano em solo nacional desde 1814, quando – quem diria – os britânicos incendiaram Washington³⁰. Logo foram divulgados

(rádio, internet, TV) os outros atentados, aparentemente conectados. Um, inacreditável, contra o todo poderoso Pentágono e mais dois, “abortados” – aeronaves que *explodiram* ainda no ar, cheias de passageiros. O acesso às informações foi imediatamente considerado confidencial; caso de Segurança Nacional. E como *nada é pior do que o silêncio*, o discurso oficial preponderou sobre qualquer versão, auxiliado pela sincera dor, paralisante, da perda de milhares de pessoas, e pelo contraste com o ufanismo consagrado ao *american way of life*.

Muitos questionamentos surgiram a partir daquele atentado, e da imediata imputação de autoria à Osama Bin Laden, que desapareceu do noticiário (e do mapa) depois que seu destrutivo poder simbólico (não entrando no mérito da existência de um poder real) foi útil à construção da percepção política de risco iminente por parte do Iraque. Como numa sinfonia cacofônica, o maestro Bush manteve o tom da linha melódica central, fossem quais fossem as perguntas, dúvidas ou questionamentos, notas cada vez mais descontextualizadas na busca por uma harmônica e clara compreensão dos fatos. Noam Chomsky, ativista contrário à política intervencionista norte americana, pontuou aspectos contraditórios do discurso e da política externa dos EUA, utilizando como fonte jornais da chamada grande imprensa, numa palestra realizada no dia 18 de outubro de 2001 no Fórum de Tecnologia e Cultura do MIT (Massachusetts Institute of Technology), material publicado em “Estudos Estratégicos”, 16 (44), 2002.

- “Existem no Afeganistão entre sete e oito milhões de pessoas no limiar da inanição. A situação precede 11 de setembro e estas pessoas só estavam sobrevivendo graças à ajuda internacional. No dia 16 de setembro, os Estados Unidos exigiram que os paquistaneses pusessem fim ao comboio de caminhões que forneciam grande parte dos alimentos e suprimentos para a população civil do Afeganistão. Não houve reação nos Estados Unidos – nem na Europa. Fonte: *New York Times*”.

- O atentado vitimiza os EUA. Sendo o terrorismo inaceitável, uma prática violenta, desestruturadora da ordem internacional, Bush anuncia em discurso no Congresso americano que levará os EUA a uma Cruzada contra o terror. A dificuldade para justificar a guerra começa pelo nome do projeto político publicitário. A escolha do termo “Cruzada” melindra os

aliados do mundo árabe. Modifica-se a nomenclatura: *Justiça infinita*, e depois, *Liberdade duradoura*. Em 28 de janeiro de 2003, Bush radicaliza sua decisão de atacar o Iraque, e em novo discurso ao Congresso, diz que a guerra independe da aprovação do Conselho de Segurança da ONU. O Iraque entra em cena enquanto estado terrorista. É acusado de abrigar e sustentar Bin Laden, o *suposto* autor do atentado ao WTC, e depois de exaurida a imagem de Bin Laden, o violento Saddam Hussein é colocado mais uma vez na ordem do dia (a primeira foi no governo de Bush pai) como peça chave do movimento terrorista internacional, tendo em seu poder armas químicas e nucleares que esconde dos inspetores enviados (e chamados de volta ainda sem provas) pela ONU para que o mundo saiba qual é realmente o arsenal iraquiano. Não sem antes serem divulgadas as recusas iniciais de Hussein em permitir a entrada da equipe de vistoria da ONU no Iraque. Ninguém pergunta se os Estados Unidos também não as tem.

- Chomsky lembra que a indiferença dos EUA em relação à ordem jurídica internacional não é nova e cita como exemplo o caso da Nicarágua, que recorreu a tribunais internacionais contra os EUA no governo Reagan. “O Tribunal Internacional de Justiça, a Corte Mundial e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Corte Mundial posicionou-se em favor da Nicarágua, considerando que os EUA fizeram uso ilegítimo da força. A resposta norte-americana foi declarar que doravante não aceitará mais a jurisdição desta corte (qualquer semelhança com a ONU em 2003 não parece ser coincidência). O Conselho de Segurança das Nações Unidas, procurado pela Nicarágua, considerou uma resolução conclamando todos os Estados a respeitarem o Direito Internacional – o nome dos EUA não foi citado. Os Estados Unidos vetaram a resolução. A Nicarágua dirigiu-se então à Assembléia Geral. Foi aprovada uma resolução similar, com oposição apenas dos EUA, Israel e El Salvador. No ano seguinte, a resolução mais uma vez foi votada, e houve apenas dois votos contrários: EUA e Israel.³¹ O Human Rights Watch condenou a atitude americana. Houve recrudescimento da guerra, passando a serem aceitos ataques a *soft targets* – alvos brandos: clínicas de saúde, fazendas coletivas ou quaisquer alvos civis considerados esconderijos do exército nicaragüense. Pontes, usinas elétricas e fazendas foram destruídas. A esquerda norte americana pronunciou-se, alertando para a necessidade de examinar-se a relação custo-benefício das ações na Nicarágua. O benefício da vitória é anunciado no *The*

New York Times: “Americanos unidos em júbilo”. O candidato Reagan, com o tema “o fim do empobrecimento do povo da Nicarágua” (sic), também é conduzido à vitória. Hoje a Nicarágua é o segundo país mais pobre do hemisfério. Este discurso, mesmo presente ao noticiário, está tão fragmentado que não forma o sentido que percebemos aqui, a não ser para aqueles que de antemão já teriam esta leitura.

O uso da comunicação para fins particulares foi denunciado hoje, no Fórum Social Mundial, com exemplos do tratamento dado pelos meios americanos às declarações dos Estados Unidos sobre o Iraque. O seminário Informação, Comunicação e Globalização, que reuniu cerca de 200 participantes, respaldou a idéia de criar uma rede internacional para a “vigilância e controle” dos meios de comunicação e fazer oposição ao, até agora intocável, “quarto poder”. O teórico da informação Armand Mattelart, um dos mais estudados nas escolas de comunicação na América e na Europa, sustentou que *as empresas defendem seus próprios interesses, que nem sempre coincidem com os da sociedade civil* (grifo meu). *Os Estados Unidos mantêm sua própria agenda e deixam de lado os problemas da democracia*, argumentou Mattelart, acrescentando que a “uniformidade do mundo” começa com a banalização da língua e das mensagens, como a da guerra.³²

Bem antes da ocupação do Iraque pelo exército americano, o editorial da revista Dinheiro de 29 de janeiro de 2003, assinado por Carlos José Marques, afirmava que a segunda maior reserva de petróleo do planeta (112 bilhões de barris), que pode gerar o fornecimento diário de seis milhões de barris, já estava sendo rateada – *os Estados Unidos já estão dividindo o espólio*:

Bush quer gente sua administrando a monumental operação. Garante que o povo iraquiano vai continuar senhor das riquezas (!), mas entende que o melhor a fazer é uma virada de gestão na indústria de combustível local. Escancarou-se afinal o que todo mundo sabia: as intenções econômicas por trás dos impulsos belicistas americanos naquela região. Sobre a

guerra em si, Bush já não ouve mais ninguém. Decidiu. As inspeções da ONU – também todo mundo sabia, mas fingia não acreditar – viraram jogo de cena. E cada país começa a contabilizar os estragos econômicos do futuro. No Brasil, o dólar retomou na semana passada a rota de alta.³³

Esta interpretação econômica só ganhou espaço na imprensa quando todo o arsenal ideológico-religioso saturou a pauta. Revistas inteiras, *flash lights* durante toda a programação da TV Globo, suplementos especiais dedicaram-se às terminologias árabes que identificam a hierarquia islâmica. Mesmo assim, ninguém explora a informação de que a reserva de petróleo mundial não ultrapassará, no máximo, os próximos 60 anos.

“Pela primeira vez desde o início da era do petróleo, o mundo dispõe da tecnologia para se desligar do petróleo oriundo do politicamente instável Oriente Médio”, declarou Lester Brown em seu novo livro *Eco-Economy: Building an Economy for the Earth*. “Uma combinação de turbinas eólicas, células solares, geradores a hidrogênio e motores de células de combustível proporciona não apenas independência energética, mas também uma alternativa aos combustíveis fósseis destruidores do clima.”³⁴

A guerra, que iniciou um processo de proporções ainda desconhecidas, sacrificará muitas vidas, numa sentença anunciada. A questão religiosa ganhou o estrelato como há muito tempo não se via. Os aspectos doutrinários, o fanatismo, a base filosófica das religiões predominantes no Oriente foram minuciosamente discutidas. Os especialistas tiveram seus minutos de glória. E nós, jornalistas que vivemos de atividades específicas de atendimento à produção de informação, renovamos nossa cumplicidade na subordinação do conhecimento às estruturas enrijecidas de pensamento. Quando muito, há uma certa estranheza que se instala inter-atos, que sentimentos insistem em não ignorar. Sensações de insatisfação, ou de vazio, ou então de esvaimento, comuns à maioria dos profissionais de comunicação, se abrem à perplexidade e ao direito de pensar. Não se trata aí de querer fazer um libelo panfletário pacifista, contra a hegemonia econômica. O problema é – se tudo é tão obvio, porque os paradigmas formais se

mantêm, no criativo e veloz trato jornalístico? Comprometimento em rede, ou acometimento de perplexidade generalizada?

Talvez esta perplexidade tenha timidamente tentado sair de seu estado letárgico quando a hipótese da guerra começou a tornar-se real. Somente depois do mapeamento internacional das forças políticas e econômicas, como um grande balão de ensaio que cumpre sua missão, a questão do petróleo finalmente chegou às primeiras páginas. Os especialistas ainda não tinham chegado, mas os articulistas, mesmo que de forma superficial, questionavam as verdadeiras razões de uma persistência patológica em declarar guerra ao Iraque.

No dia 2 de fevereiro, A Folha de S. Paulo dedicou o Folha Mundo (caderno internacional) ao caso: “A Guerra de Bush”. No subtítulo, “EUA enfrentam Saddam e o ceticismo mundial”. A matéria abre lembrando que a teia de razões porque Bush quer a guerra envolvem, além do motivo oficial (“proteger os EUA e o mundo do terrorismo pós 11 de setembro”), o desejo de “completar a guerra de seu pai (sic), que irrompeu a Guerra do Golfo (1991) sem tirar o ditador Saddam Hussein do poder”. Somente no segundo terço da matéria o assunto petróleo vem à tona, num tom leve e irônico: “Se o produto chefe das exportações do Iraque fosse o brócolis, você acha que tudo isto estaria acontecendo?”, pergunta Kevin Danaher, do grupo humanitário Global Exchange. Somente no pé de página, o assunto ganha *status* de reportagem: “Conflito pode criar nova ordem no mercado *de petróleo*” (grifo meu). O principal entrevistado é Michael Renner, pesquisador de uma ONG, a Worldwatch Institute, (in)dependente e responsável por suas manifestações políticas. “Essa guerra tem tudo a ver com petróleo. Diretamente com petróleo e indiretamente com a balança de poder econômico e político no Oriente Médio.”

Hoje a Opec responde por 28% de produção mundial e por dois terços das reservas conhecidas de petróleo. Nas próximas duas décadas, ela pretende aumentar em 76% sua produção (...). Simultaneamente, o Departamento de Energia dos EUA estima que a dependência americana de petróleo importado – pouco superior a 50% hoje – atinja 75% em 2020 (...). Após a Guerra do Golfo (1991), a Halliburton, empresa texana presidida até 2000 pelo vice presidente Dick Cheney, foi uma das duas contratadas pelo Kuwait para consertar os poços

destruídos pelas forças iraquianas em fuga. Além de Cheney, também trabalharam para indústrias de energia o próprio presidente Bush, sua conselheira para assuntos de Segurança Nacional Condoleeza Rice, o Secretário de Comércio, Donald Evans, e o secretário do Exército, Thomas White.³⁵

Mais uma vez, consequência ou reflexo, algumas características da prática do profissional que participa de uma produção massiva de informação incluem a manutenção de *gaps* de percepção. O indivíduo, a opinião pública e as políticas de governo parecem sofrer cronicamente de dissociação de sentido. Discursos oficiais espelhados tomam o lugar de bússolas para se navegar entre blocos de realidade que (insistentemente) permanecem no caminho. No Globo On Line 7/8/02, uma das notícias trazidas pela Agência Reuters revelava de Londres que o “primeiro-ministro Tony Blair foi acusado de usar o mesmo tipo de jogos de propaganda que o presidente do Iraque, Saddam Hussein”:

A acusação foi feita depois que foi descoberto que um dossiê de inteligência sobre o Iraque publicado em um *site* do governo era a cópia da tese de um estudante. Segundo o documento, o Iraque teria organizado uma grandiosa campanha para difamar e intimidar os inspetores das Nações Unidas, que realizam buscas de armas de destruição em massa. Mas hoje oficiais reconheceram que o relatório era uma cópia, incluindo até mesmo os erros gramaticais do trabalho de um estudante. Os políticos criticaram duramente Blair e afirmaram que ele está desinformando o público e perdendo credibilidade.³⁶

Em agosto de 2003, o inquérito da Suprema Corte Britânica sobre o aparente suicídio do especialista em armas David Kelly, que declarou à BBC ter havido manipulação no dossiê britânico sobre a existência de armas de destruição em massa no Iraque, foi “transformado numa investigação da necessidade do governo de manipular e controlar informações”³⁷ Tony Blair, segundo o New York Times, ficou pessoalmente chamuscado pela revelação de dados confidenciais:

Seu chefe de gabinete, Jonathan Powell, revelou que advertiu Blair, em 17 de setembro de 2002, que seria um erro afirmar que o Iraque era uma iminente ameaça ao mundo. Mas quando Blair apresentou a questão ao Parlamento, uma semana depois, o premier disse que o programa de armas de destruição em massa do Iraque estava avançando e o dossiê falava de uma ameaça séria e presente. E no relatório foi ainda acrescentado que tais armas poderiam ser ativadas em 45 minutos.³⁸

Tentando achar o fio para sair do labirinto

A paz pela guerra, a proposta de fim da ameaça do terror gerando morte e insuflando reações paroxísticas, o uso de paradigmas destruídos por contradições subseqüentes, muita informação e pouca compreensão dos fatos, limites impostos por comprometimentos cada vez mais expostos, gerando dúvida e falta de credibilidade.

Teorias que tentam explicar ou direcionar a prática jornalística não têm sido suficientemente eficazes para traduzir e minimizar a complexidade das interfaces que contaminam a ética da informação midiaticizada. A simplificação paradigmática da informação, pulverizada em adequações às características dos veículos que a reproduzem, criou um imenso dilema.

A saída passa necessariamente por uma reflexão filosófica, mesmo sob pena de incredulidade dos pragmáticos de plantão.

Edgar Morin, buscando uma saída humanista que incorpore o pensamento científico moderno, em *Introdução ao pensamento complexo*, 1990, considera que os paradigmas são princípios “supralógicos” de organização do pensamento, princípios ocultos que governam nossa visão de mundo, que controlam a lógica de nossos discursos, que comandam nossa seleção de dados significativos e nossa recusa dos não-significativos, sem que tenhamos consciência disso. Ele enfatiza também que a mudança de paradigma é difícil e lenta, pois a mudança de premissas implica no colapso de toda uma estrutura de idéias.

Tomemos como ponto de referência reflexiva, para enfrentar estes *desafios da complexidade*, um capítulo da jornada temática “A religação dos Saberes”, organizada por Morin para o novo projeto dos educadores franceses em direção à uma regeneração humanista, regida pela idéia da transdisciplinaridade, condição inerente à produção de conteúdo jornalístico.³⁹

O espírito científico (assim como o jornalista) busca estabelecer verdades simples em contrapartida ao conceito de complexidade (compreendida como o que não é simples). No caso do espírito científico, a partir de quatro princípios:

1. Ordem – A natureza regida por um determinismo regular, constante, cíclico, sem a percepção de que a “imagem perfeita da ordem” empobrecia à medida em que não via a criação, o novo.
2. Separação – Descartes separa matérias, estabelece a especialização, a diferenciação científica dos lugares de sujeito e objeto.
3. Redução – princípio através do qual as unidades elementares formam um todo.
4. A Lógica clássica – através de uma causalidade linear, atribuía-se o valor de verdade absoluta à dedução proveniente de uma indução. Uma hipótese que abrigasse uma contradição era imediatamente abandonada: a contradição significava erro.

A estrutura do pensamento contemporâneo ainda não se restabeleceu do forte abalo provocado nesta estrutura referencial por novas descobertas científicas – a física quântica, por exemplo, não obedece aos princípios de identidade e contradição.

Morin propõe a *dialógica* para compreendermos o jogo entre a *ordem*, na visão esquemática da realidade, a *desordem* identificada como início dos mundos (a deflagração original do princípio de tudo, e a *organização*, identificada pela física quântica nos núcleos que formam átomos, que formam galáxias. Dialógica porque estas noções, que se repelem, são mesmo antagônicas também são complementares para a compreensão do universo (explosão de estrelas, colisão de galáxias, formação de buracos negros).

A imprevisibilidade de certos movimentos moleculares desviou o caminho da inexorabilidade conceitual da ordem.

O princípio da separação sofreu, no decorrer do séc. XX, o golpe de misericórdia, com a percepção muitas vezes manifesta, através de diversas concepções, de que o todo é mais do que a soma das partes.

A redução foi assassinada pela impossibilidade de se conhecer o todo através dos elementos de base. A lógica dedutiva identitária deixou de ser absoluta, e é fundamental transgredi-la no *continuum* da busca do conhecimento. O registro emblemático da transgressão é a constatação de que a partícula pode apresentar-se como corpo isolável, e em outros momentos de forma contínua, como onda. Uma contradição que abriu caminho para

a percepção fundamental do princípio da complementaridade. Morin faz uma analogia então entre a concepção do ser vivo e a concepção da partícula: “quando olhamos os indivíduos, a espécie desaparece, é uma abstração, mas, quando olhamos no tempo, os indivíduos desaparecem, (...) é a espécie que permanece”. Ele propõe então a idéia dialógica, “que aceita que duas instâncias não redutíveis uma à outra e contraditórias entre elas estejam ligadas intimamente”. Afinal, como disse Morin em sua visita mais recente ao Brasil (agosto 2003) – “o homem não é um salsichão para ser fatiado”.

Descomplicando, apesar da complexidade

Algumas das idéias de Morin que podemos utilizar numa proposta teórica da busca de um modelo comunicacional não excludente:

1. A lógica deve estar a serviço do pensamento, e não o pensamento a serviço da lógica (ou *de uma* lógica).
2. A especialização não pode cultivar idiotia cultural. (Morin se diz impressionado com a idéia imposta pelo mundo hiper especializado de que deve-se evitar ter “idéias gerais, porque elas são ocas”, ao mesmo tempo alimentando-se de idéias gerais ocas sobre o mundo, a vida, a humanidade, a sociedade. Sobretudo alimentando a idéia mais oca de todas: que não se deve ter idéias gerais...
3. A era da chamada sociedade da informação é também a da produção de estados mentais. É preciso pensar de maneira diferente, portanto, a questão da liberdade e da democracia. A liberdade política não pode se resumir no direito de exercer a própria vontade. Ela reside igualmente no direito de dominar o processo de formação dessa vontade.⁴⁰

A interdisciplinaridade determinou, mesmo durante o auge da vigência do pensamento positivista, as descobertas que trafegaram na fronteira dos diversos campos do conhecimento. Esta mesma interdisciplinaridade, cada vez mais, permitirá novas perspectivas de compreensão. O que se busca é um novo conceito de comunicação, menos excludente, mais conectante e unificador, na direção evolutiva da humanização em seu sentido mais pleno.

Mas, e a saída?

Aos generosos leitores que chegaram até aqui, gostaria de referendar a percepção que provavelmente já tiveram: a proposta de reflexão não inclui as placas de indicação para a saída do labirinto. Seria permitir que a estreiteza dos corredores nos ditasse mais uma vez seus limites, repetindo percepções, monstros e impossibilidades, já que, se somos parte dos que vêem ao menos o esboço do problema, por einsteiniana exclusão não chegamos à saída. Mas temos um bem precioso, um fio de luz – a esperança do renascer da Fênix.

Notas

* A primeira versão deste texto foi apresentada no início de 2003 como parte da disciplina ministrada pelo Prof. Dr. José Argolo no Doutorado em Comunicação e Cultura do curso de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. Juramento da turma de Jornalismo da FACHA, 2º semestre de 2002.

2. O termo remete ao corpóreo, mas as sociedades são cada vez mais descorporizadas, despersonalizadas, anônimas, desterritorializadas, criando uma hiperrealidade, como diz Baudrillard (Bauman, 1999).

3. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, 4ª ed. atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 e Bill Kovack e Tom Rosenstiel. *Os elementos do jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

4. SODRÉ, Muniz. *Sociedade, mídia e violência*. Porto Alegre: Sulina-Edipucrs, 2002.

5. Há, não por acaso, um cultivado amor à etimologia por parte daqueles que se dedicam a considerações teóricas no campo da comunicação. Vale a pesquisa: na época do escambo, algumas mercadorias eram mais valorizadas. O gado, por exemplo, com seu valor *per capita*, era muito utilizado, pela facilidade de transporte. Daí teria surgido a expressão latina “capital”, assim como pecúnia (dinheiro) e pecúlio (dinheiro acumulado) são derivadas do latim *pecus* (gado). Estranha similitude entre o comportamento das massas e o do gado, que gerou a nomenclatura do pivô de comando da luta de classes...

6. Idem.

7. CHOMSKY, Noam. *Uma nova geração define o limite*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

8. Se a segmentação do conhecimento vem, muitas vezes, proporcionando clareza a alguns campos do saber, outras vezes cria também equívocos, alguns propositais, outros não, que vão longe. Ironicamente, a terminologia utilizada pela própria teoria da informação é um exemplo: desenvolvida por Norbert Wiener e Claude Shannon no final da década de 1940, nasceu nos Bell Telephone Laboratories para definir e medir quantidades de informação transmitidas pelas linhas de telefone e telégrafo, e gerou uma certa imprecisão conceitual. “O termo ‘informação’ é utilizado na teoria da informação num sentido altamente técnico, muito diferente do nosso uso cotidiano da palavra, e nada tem a ver com ‘significado’. Isto resultou numa confusão interminável. De acordo com Heins von Foester, um participante regular das Conferências Macy e editor das atas escritas, todo o problema tem por base um erro lingüístico muito infeliz – a confusão entre ‘informação’ e ‘sinal’, que levou os ciberneticistas a chamarem sua teoria de teoria da informação e não de teoria dos sinais”. CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix/Amarna Key, 1996, p. 65.

9. Grupo de Mídia-MidialDados2001- www.gm.org.br
10. Equipamento rudimentar que os rádio repórteres utilizavam (usei eu mesma muitas vezes) para colocar gravações no ar. a partir da ligação feita de qualquer aparelho telefônico com bocal desatarrachável....
11. Equipamentos sem fio.
12. Satélite que capta mensagens eletromagneticamente enviadas de todo o planeta.
13. Como diria Buzzlightear, herói megalômico de Toy Story, desenho animado norte americano em longa metragem, que acredita ser o guardião da paz de todo o Universo frente ao cruel *Imperador Zurg*, plenipotenciário do mal (que nunca aparece em cena), até que ele descobre ser apenas um brinquedo. De uma criança.
14. <http://www.worldwatchbrasil>
15. Jornal do Brasil, p. A8, 2 de fevereiro de 2003.
16. MARTINS DA SILVA, Luís. Imprensa, discurso e interatividade. In: DAYRELL, Sérgio e MOUILLAUD, Maurice. *O jornal, da forma ao sentido*. DF: Ed. UNB, 2002.
17. RÓNAI, Cora. As gravadoras perderam o bonde da história – ir contra a rede não foi uma boa idéia. O Globo, Segundo Caderno, 2 de fevereiro de 2003.
18. Jornal Nacional, Rede Globo, 1/9/03. Polícia caça homem que teria usado a internet para aliciar jovem para Farc. O Globo, 2/9/03, pg 21.
19. MARTIN, John H. *Neuroanatomia: texto e atlas*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1998.
20. SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
21. MAITELART, Armand e Michelle. *História das Teorias de Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
22. BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
23. ACSELRAD, Márcio. *Mídia e esclarecimento: sem tempo para pensar*. Compós. UFRJ, 2002.
24. BURROWS, Patrícia Cecília. *Le Monde Diplomatique, um jornal para pensar*. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2002.
25. <http://digestivocultural.com/columistas>. Gian Danton. A teoria do jornalismo e a seleção de notícias, acessado em fevereiro de 2003.
26. Orlando Guillion, membro do Conselho de Comunicação Social. *O desafio ainda é vencer o medo*. JB, Caderno B, 22/01/03.
27. Noelle Newmann, Elizabeth. *The Spiral of Silence. Public Opinion, our social skin*. 2nd Edition. Chicago: The University of Chicago Press, 1993
28. BAUDRILLARD, Jean. *Tela Total*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1997, p. 53.
29. CHAMPAGNE, Patrick. A visão midiática. In: BOURDIEU, Pierre et alii. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 73
30. CHOMSKY, Noam. *A nova guerra contra o terror*. Palestra realizada no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em 18 de outubro de 2001. In: *Estudos estratégicos*, 16 (44), 2002.
31. Durante o cerco a Arafat, em Ramalá, Israel cobrou a parceria histórica com os EUA. Ignorou a resolução aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, manifestando sua determinação de continuar o cerco ao quartel general do presidente da Autoridade Palestina “A ONU pode pedir o que quiser. Problema dela. Israel continuará sua operação até que seus objetivos sejam alcançados”, declarou um alto funcionário do Governo israelense, que pediu para manter o anonimato. O funcionário também estimou que era previsível o fato dos Estados Unidos não terem vetado a resolução, considerando que Washington necessita do maior apoio possível da ONU contra o Iraque. Na verdade, os Estados Unidos não vetaram, mas também não votaram. Fonte: AFP (France Press).

32. O quarto poder na mira do movimento anti-globalização - Agência EFE, jbonline, 24/01/03.
33. MARQUES, Carlos José. O raticio do lucro do Iraque. Revista Dinheiro, p. 7, janeiro de 2003, n.º 283.
34. BROWN, Lester. Fundador do WWI (World Watch International) www.wwiuna.com
35. A Guerra de Bush. Folha Mundo (caderno internacional), Folha de S. Paulo, 2 de fevereiro de 2002.
36. <http://oglobo.globo.com/oglobo/plantao/69470151.htm>
37. Iraque: inquérito revela manipulação do governo Blair. Jornal do Brasil, 24/8/03, tirada do New York Times, p. 46 A.
38. Idem.
39. MORIN, Edgar. *A religião dos saberes – o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
40. MATTELART, Armand e Michelle. *História das Teorias de Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Márcio. *Mídia e esclarecimento: sem tempo para pensar*. Rio de Janeiro: Compós-UFRJ, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *Globalização. As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BAUDRILLARD, Jean. *Tela Total*. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 53.
- BURROWS, Patrícia Cecília. *Le Monde Diplomatique, um jornal para pensar*. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2002.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Ed. Cultrix/Amana Key, 1996, p. 65.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão midiática. In: BOURDIEU, Pierre et alii. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 73.
- CHOMSKY, Noam. *A nova guerra contra o terror*. Palestra realizada no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em 18 de outubro de 2001.
- MARTIN, John H. *Neuroanatomia: texto e atlas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- MARTINS DA SILVA, Luís. Imprensa, discurso e interatividade. In: DAYRELL, Sérgio e MOUILLAUD, Maurice. *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Ed UNB, 2002.
- MATTELART, Armand e Michelle. *História das Teorias de Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *A religião dos saberes – o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NOELLE-NEWMANN, Elizabeth. *The Spiral of Silence. Public Opinion, our social skin*. 2ª Ed. London: The University of Chicago Press, 1993.

SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*. São Paulo: Campus, 2002.

SODRÉ, Muniz. *Sociedade, mídia e violência*. Porto Alegre: Sulina- Edipucrs, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papyrus, 2002.

Matérias jornalísticas

A Guerra de Bush, Folha Mundo (caderno internacional), Folha de São Paulo 2 de fevereiro.

Invenções celulares. André Machado. O Globo, Caderno de Informática, 5 de fevereiro de 2003.

<http://oglobo.globo.com/oglobo/plantao/69470151.htm>

<http://worldwatchbrasil>

Polícia caça homem que teria usar internet para aliciar jovem para Farc. O Globo, 2 de setembro de 2003, p. 21.

As gravadoras perderam o bonde da história – ir contra a rede não foi uma boa idéia. RÓNAI, Cora. O Globo, Segundo Caderno, 2 de fevereiro de 2003.

“O quarto poder na mira do movimento anti globalização” - Agência EFE, jbonline, 24/01/03.

“O rateio do lucro do Iraque”. Carlos José Marques. Revista Dinheiro, p. 7. janeiro de 2003, n.º 283.

“O desafio ainda é vencer o medo”. Orlando Guilhon, membro do Conselho de Comunicação Social. JB. Caderno B, 22/01/03.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *A religação dos saberes – o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NOELLE-NEWMANN, Elizabeth. *The Spiral of Silence. Public Opinion, our social skin*. 2ª Ed. London: The University of Chicago Press, 1993.

SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*. São Paulo: Campus, 2002.

SODRÉ, Muniz. *Sociedade, mídia e violência*. Porto Alegre: Sulina- Edipucrs, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus, 2002.

Matérias jornalísticas

A Guerra de Bush, Folha Mundo (caderno internacional), Folha de São Paulo 2 de fevereiro.

Invenções celulares. André Machado. O Globo, Caderno de Informática, 5 de fevereiro de 2003.

<http://oglobo.globo.com/oglobo/plantao/69470151.htm>

<http://worldwatchbrasil>

Polícia caça homem que teria usar internet para aliciar jovem para Farc. O Globo, 2 de setembro de 2003, p. 21.

As gravadoras perderam o bonde da história – ir contra a rede não foi uma boa idéia. RÓNAI, Cora. O Globo, Segundo Caderno, 2 de fevereiro de 2003.

“O quarto poder na mira do movimento anti globalização” - Agência EFE, jbonline, 24/01/03.

“O rateio do lucro do Iraque”. Carlos José Marques. Revista Dinheiro, p. 7, janeiro de 2003, n.º 283.

“O desafio ainda é vencer o medo”. Orlando Guilhon, membro do Conselho de Comunicação Social . JB. Caderno B, 22/01/03.

Universidades e jornais: motivações de origem

André Luiz Barros

Uma das formas de se pensar sobre a função de determinadas práticas institucionais na sociedade atual é conhecer as motivações que as governaram em suas origens. Por mais antigos e imbricados que sejam na vida concreta da cultura ocidental, os jornais e os jornalistas, de um lado, e a universidade e seus professores e pesquisadores, de outro, são instituições e práticas que não fogem da órbita dessa possibilidade de análise. Pretendemos analisá-los em uma perspectiva histórica alargada para tentar ver que elementos de sua constituição específica como atividades sociais podem ser reconhecidos, resgatados ou dispensados hoje, num momento histórico completamente diverso daquele em que eles surgiram e se desenvolveram. Sem uma intenção apenas judicativa, antes preferindo a palavra “crítica”, pretendemos perceber em que medida práticas institucionais ou empresariais públicas constantes no passado, tanto no campo da educação universitária, quanto no do jornalismo, nos iluminariam hoje no sentido de rever e aprimorar cada um desses campos de atividade.

A universidade

Se nos reportarmos, primeiro, à origem e às motivações que presidiram o surgimento das universidades na Europa – o que só podemos fazer remetendo-nos à Idade Média e à tradução ou transposição renascentista de certos ideais e motivações daquela época –, veremos que o ideal humanista da *paideia* era o eixo principal em que se apoiava aquela experiência compartilhada do esforço de formação de homens a partir da leitura, da retórica e da aplicação da filosofia à retórica. Emmanuel Bury mostra como essa instauração conviveu, naquele momento, com uma tensão polêmica específica. Em plenos séculos XII, XIII e XIV, essa tensão era representada, por um lado, pelo humanismo e, por outro, pelo cristianismo mais ortodoxo, uma vez que o primeiro começa a tentar impor uma visão do homem como passível de ser aperfeiçoado, moldado, composto a partir de materiais plásticos – assim como quem pinta um quadro ou se compõe uma escultura a partir de uma “matéria-prima” maleável. A tensão nascia, então, quando se tentava resgatar o classicismo em pleno medievo. “Coloquei-te no meio do mundo (...). Não te fiz nem celeste, nem terrestre, nem mortal nem imortal, a fim de que, soberano de ti mesmo, tu chegues a tua própria forma livremente, à maneira de um pintor ou escultor”, escrevia Pico de La Mirandola, como numa suma da polêmica, em 1486¹. Se para o cristianismo os desígnios ou, de forma mais totalizadora, a verdade supra-terrestre cuidava desses passos que tornavam o homem mais digno do que qualquer animal, sendo dadas de princípio e até o fim de sua vida tanto essa dicotomia entre a cidade dos homens e a de Deus (Santo Agostinho), quanto a impossibilidade de comunicação constante entre ambas, a não ser nos instantes de revelação envoltos nos rituais ou nas ascetes próprias aos homens da Igreja, o humanismo disso tudo discordava, e consignava ao próprio homem o governo de seu ser e de sua cidade terrestre.

Um passo fundamental dessa tensão ou polêmica foi o momento em que, em plena instauração européia das universidades, a lógica de Aristóteles deu subsídios para que se incluisse uma prática analítica na formação dos novos homens, a fim de instrumentalizá-los com um saber que os tornasse mais fortes na cidade dos homens, a única à qual tinham acesso. Isso funda a “primazia da lógica [*que marca*] a transformação radical de um sistema educacional baseado na adoção passiva de uma cultura herdada num

sistema no qual uma desafiadora abordagem analítica de matérias tanto clássicas quanto contemporâneas era mais importante”². A palavra a se destacar aqui, embora ainda não tenha o alcance que terá no século XVIII, principalmente com Kant, é *crítica*. “A principal tarefa da universidade tem sido questionar e pôr à prova pressupostos e práticas fundamentais; assim, favorece mudanças sempre que aqueles se revelem equivocados. Entretanto, a universidade se direciona para o conhecimento e a pesquisa, não se vincula a um conteúdo em particular ou a resultados específicos. Por isso, tantas pessoas se impacientam com a universidade. Agora, cabe a elas se impacientarem consigo mesmas”, escreve Gerhard Casper³, usando a ironia para fazer ver que quem não se incomoda com os erros dos próprios pressupostos tende a se incomodar com quem os aponta.

Ao mesmo tempo, o ritmo próprio a suas pesquisas e a falta de resultados de uma eficiência aferível de imediato, tão cobrada por um discurso atual, bem como as mudanças em ritmo aceleradíssimo por que passa a forma de produzir, organizar e fazer circular o conhecimento, representam desafios imensos à universidade que queira manter algum vínculo com motivações originárias, medievais, renascentistas ou oitocentistas, a essa nossa altura da História. Ligada inextricavelmente à crítica, mas não ligada a uma simples disputa pela esfera pública burguesa (na expressão de Habermas), como será o caso das mídias, a universidade tem uma inserção diferenciada e, apesar de sua relação renovada com o mercado de trabalho e de especializações da modernidade burguesa, necessariamente tensa e polêmica com o mundo que lhe pede eficiência, resultados imediatos e práticos e formação ultra-direcionada ou especializada, quando alguns de seus atores desejam manter uma idéia – clássico-renascentista? – de totalidade da vida humana que inclui, entre outros elementos, a teoria, a abstração sem uma aplicação prática imediata⁴ ou as diatribes da crítica e da análise dos discursos, que circulam com certa inconsciência de seus pressupostos, na sociedade. Não se advoga, é claro, uma universidade renascentista a essa altura da História. Mas também não se deseja sepultar o que a partir dali, da Idade Média, da Renascença e do momento de ascensão de um humanismo polêmico, pôde chegar até nós.

O jornalismo

O jornalismo surge com a invenção da prensa e da imprensa por Gutenberg, na mesma encruzilhada renascentista (século XV), fato que, ao longo dos dois séculos vindouros, determinará um vínculo cada vez maior da nova facilidade de obtenção de livros e jornais à ascensão de camadas sociais de mercadores e comerciantes, ou seja, de novas classes burguesas às quais o comércio de livros e jornais será, progressivamente, voltado. A impressão livresca possibilitou a maior difusão da leitura e o transporte facilitado dos novos objetos-mercadorias, os livros. O jornal, por sua vez, foi, de início, controlado pelo Estado, mas as mesmas forças classistas e econômicas burguesas logo determinariam o enfraquecimento do domínio estatal exclusivo: a “esfera pública burguesa” a ser conquistada não se restringia, de forma nenhuma, a um paternalismo estatal, que tinha suas origens no absolutismo. Nesse cenário, o princípio da liberdade de imprensa surgiu inserido numa lógica social de ascensão e luta burguesa de constituição de sua esfera pública (que se construía, é claro, em concomitância com a privada, com a familiar, com o foro íntimo sentimental etc.).

Nesse ponto já se desenlava – e em muitos casos, como o inglês, já se concretizava – a transferência da imprensa à iniciativa privada, o que veio a ocorrer em toda a Europa e nos Estados Unidos ao longo do século XIX. Além disso, as técnicas de impressão e de fabrico de papel aprimoraram-se, o que permitiu a redução de custos e a aceleração da circulação. Na verdade, a Inglaterra do século XVIII já vira florescer e fervilhar um sem-número de veículos, tablóides em geral, que chegavam às camadas sociais medianas ou mesmo baixas em Londres. Não são poucos os autores que relacionam a própria ascensão da literatura – em sua forma logo estatuída no mundo burguês, o romance – com o surgimento de uma mídia diária, já que o romance folhetinesco, longo, com muitos capítulos, como o *Pamela* e o *Clarissa*, de Richardson, ou, até antes, o *Robinson Crusoe*, de Defoe, constituiu o primeiro exemplo de prosa definidora de uma subjetividade (e de uma curiosidade) tipicamente burguesa. O que foi o *Crusoe*, afinal, senão a adaptação do relato de um correspondente jornalístico?⁵

A concentração urbana e o correlativo crescimento demográfico acelerado se fizeram acompanhar do desenvolvimento do jornalismo diário e semanal, e a abertura e expansão de novos mercados impulsionaram as

novas formas de propaganda: os anúncios. Embora ainda em alto grau ligados ao governo, os veículos, como se vê, interagem cada vez mais com o chamado mundo do mercado aberto, e o triângulo jornalístico que se forma – e que, em algum grau, é o mesmo até hoje – é o da informação idealmente exata (ou isenta), em um ângulo, da opinião personalizada (assinada), em outro, e do departamento de anúncios, no outro, tudo regido ainda, em alto grau, pelo vértice “governo”. Este último irá cada vez mais atuar apenas como uma instância controladora e mediadora, embora em países de economia mais frágil, como os do chamado Terceiro Mundo, hoje, bem como em muitos outros países depois de algumas crises sistêmicas da economia, de 1995 para cá, o governo tenha voltado a atuar como investidor e mantenedor de mão cheia das empresas jornalísticas.

Na complexidade contemporânea, depois que o clamor bem burguês e dir-se-ia “revolucionário” (no sentido da Revolução Francesa, é claro) por liberdade de informação, na esteira de tantos abusos politicamente motivados nessa área, do nazismo a Saddam Hussein e, por fim, depois de os veículos terem se tornado empresas altamente competitivas e, em países de economia mais forte, muito lucrativas, poder-se-ia dizer hoje que a propalada função e motivação públicas da mídia deve ser vista com olhos bastante desconfiados. O que não nos faz execrar seu papel enquanto empresas lucrativas e competitivas, mas apenas chamar a atenção para o espaço entre o que seja sua real atuação na esfera pública e o rosto com que ela se mostra nessa mesma esfera. Com o santo selo da “concessão pública”, qualquer veículo de comunicação já nasce ungido por uma motivação (quase uma missão) e uma isenção que sabemos não corresponder a sua real atuação social. Os interesses mais potentes e divergentes lutam por trás dessa fachada “missionária”, ainda mais em países frágeis política e economicamente, ou em momentos de crises sistêmicas (um bom exemplo foi o do comportamento da mídia americana na recente invasão do Iraque).

Como diz Paul Veyne referindo-se ao Império Romano, nenhum funcionário público chega à loucura de achar-se o governo personalizado, mas, paradoxalmente, ele não cumprirá muito bem sua função se não se sentir, intimamente, um braço operante desse governo, e se, nessa crença, não gastar algumas horas a mais do expediente na “missão” de servir a esse governo⁶. Deixando de lado pesquisas sobre o ego e suas transformações em meio ao trabalho assalariado⁷, a verdade é que nenhum jornalista so-

brevive num mercado altamente competitivo, complexo e interligado, apesar de ultra-frágil em sua economia, como é o brasileiro, sem incorporar a seu modo, e em alto grau de intensidade, o espírito competitivo e as motivações de base das empresas jornalísticas, que são, digamos, tataranetas das motivações originárias das primeiras imprensas criadas no Ocidente. Essa pressuposição, praticada diariamente em ato, é basal, fundamental para qualquer profissional da área. E as motivações reais – as reais, e não as supostamente “puras” ou idealizantes, como a “busca da verdade”, a “busca da isenção”, a “qualidade em detrimento da quantidade” –, essas motivações reais são a idéia de informar com certa qualidade (que pode baixar se os outros itens não forem preenchidos), mas com constante, insubstituível e inescapável lucro – já que se trata de uma empresa competitiva – e popularidade.

Esta última – a perseguidíssima popularidade – nos remete à idéia da aferição: como medi-la? A questão é prontamente respondida pela grande quantidade de funções especializadas criadas no mundo capitalista para tanto, a tal ponto que a demanda por e a crença nas pesquisas numéricas de opinião terem se tornado pontos básicos de tomada de decisões, estatais ou privadas, em nosso mundo contemporâneo. No caso, o número (resultado da pesquisa) gera número (atração a anunciantes), numa relação quase científica, já que a especialização tanto de um lado (os pesquisadores de opinião) quanto do outro (os profissionais do *marketing* e da publicidade) se desenvolveram em altíssimo grau, nos quatro cantos do planeta, nas últimas décadas.

Para reforçar o sentido positivo de sua história, não nos esqueçamos que a imprensa recebe o influxo ideológico e político de um momento da instauração dos Estados-nações e da noção de cidadania, que fazia de todos e de cada um, um possível reivindicador da livre circulação de informações e de opiniões. Trata-se, como se sabe, do Iluminismo como fenômeno europeu e inaugurador de uma certa etapa da modernidade, com todo o otimismo igualitário que traz no bojo. Num sentido puramente idealista, esse otimismo é a positividade inaugural do jornalismo, e serve até hoje como uma espécie de crença (ou às vezes como desculpa) no seio dessa atividade.

Os atores da universidade e dos jornais, hoje

Caso se quisesse ser mais realista do que o rei (ou do que a atual crença pragmática em uma realidade sócio-econômica tida como permanente), poder-se-ia alocar as primeiras motivações da criação das universidades, nos idos da Idade Média e da Renascença, na conta daqueles mesmos impulsos auto-ilusórios e altamente idealizantes que costumam ser creditados aos jornalistas “mais puros”, só que em outro campo, o do saber. Assim, se falaria com certa desconfiança na “busca de um saber retórico e filosófico verdadeiro e formativo”, na busca de uma “excelência de formação que seja mais ampla do que a pressão por cursos técnicos ou excessivamente especializados” ou, no caso de um curso basal do humanismo, o de Letras⁸, na busca do “lugar da literatura e da crítica como espaço do diferimento em meio à tal imagem pragmática (e sufocante) de uma realidade econômica e social”. Na hipótese a que aludimos, tudo isso seria posto na conta de motivações ultrapassadas diante da rapidez com que o meio social pede que se façam as trocas de saber, de moeda ou de prestígio no mundo de hoje. Mas essa desconfiança, por mais salutar que ela às vezes seja, não seria (numa metáfora que diz muito sobre nossa época) jogar fora a criança com a água do banho?

Num cenário de derrocada e derrisão do humanismo como um todo, depois de decretada algumas vezes a morte do homem como sujeito (da filosofia ou da História), de fato não enveredar por essa trilha cínica se torna uma espécie de desafio heróico. Não o seria se pensarmos que a inserção de uma instituição na sociedade e as expectativas imaginárias que se tem dela como espaço de diferenças faz com que uma nova geração possa renovar certas trilhas intelectuais, colocá-las em uma perspectiva menos mercadológica, tão logo faça advir, na prática (em ato) algumas das especificidades que fazem das universidades – assim como dos jornais – instituições que respondem a certas demandas ou desejos espraiados na sociedade em determinadas épocas. Em suma, tanto no campo dos jornais e dos jornalistas como no campo das universidades e de seus pesquisadores, não é impossível pensar em atores que, valendo-se das motivações imaginárias (não quiméricas, mas projetadas como quadros possíveis, embora nem sempre postos em prática) relacionadas historicamente a suas atividades específicas – pensando-se aqui História “de longa duração”, no sentido de Braudel –, possam redefinir papéis e reverter quadros de deca-

dência, sufocação pragmática (pelo puro lucro, por exemplo), pobreza institucional, hiper-concorrência quase suicida, etc. É claro que essas reversões se darão, elas também, por espaços de tempo limitados, mas, uma vez que estamos tentando incluir em nossa análise os campos do imaginário e do simbólico, elas podem atuar como exemplos no tempo, a serem retrabalhados e readaptados em outros momentos por vir.

A partir de origens completamente diversas, uma tendo nascido no seio de uma tensão entre as idealizações cristãs e as humanistas de formação de uma dignidade inerente, de direito, ao homem (no limite, impossível, mas em algum grau desejável); a outra como forma de reivindicar uma liberdade de circulação de informações e dados (idem: no limite, também impossível), um acesso total da população a esses dados – pelo menos da que se insere como dona de empreendimento ou funcionário assalariado do governo, do comércio ou das empresas, excetuando-se, a princípio, os mais empobrecidos operários –, a universidade e o jornal, o *scholar* e o jornalista (ou alguns dentre eles) tentam dialogar, em seus imaginários nunca totalmente individualizados, com a história de suas funções ou profissões, com as trilhas intelectuais já percorridas, com as práticas institucionais já testadas, com as motivações reais ou idealizadas, com os quadros imaginários projetados no futuro, a partir dessas sondagens no passado e da experiência cotidiana em suas funções. O diálogo se dá entre seus próprios gostos e vocações e diante das pressões de potentes interesses, econômicos, políticos, bem como diante de seus agentes repetidores e de uma certa descrença reinante.

Repitamos: por um lado, a universidade nasceu unida por uma idéia ou uma utopia de totalidade da formação do homem por meio da linguagem, dada a ligação inextricável entre saber e retórica nesses primórdios. Por outro lado, o jornalismo vem da época em que a língua, em processo de nacionalização, no momento de ascensão dos Estados-nações, se presta cada vez mais a fazer girar a rápida roda do mercado de trocas que se aquece a olhos vistos, das polêmicas políticas que extrapolam gabinetes e assembleias e tomam as ruas, da idéia de que todos podem ser cidadãos, e devem reivindicar sua parte nesse novo mundo, pela voz ou pela pena. A personalização e a individualização burguesas marcam o jornalismo de nascença, e o jornal surge como um local público em que as diferenças atomizadas podem se encontrar e fazer suas reivindicações opinativas, enquanto, na outra ponta, o império dos fatos mostra o que acontece na

realidade da comunidade nacional, estadual ou municipal. Dir-se-ia, então, que o jornal é mais pulverizado e pulverizante que uma universidade, pelos menos idealmente, pois conhecemos muitas universidades reais que assim também se classificariam.

O sentido corrente da expressão: “a universidade se preocupa com a formação, o jornal, com a informação” demonstra sub-repticiamente a diferença, já que “formação” aí tem o claro sentido de abrangência (pelo menos potencial) do ser humano como corpo e espírito, enquanto “informação” e “opinião”, particularizados e passíveis de ser consumidos, estão ligados à personalização típica da era burguesa, além de servirem a um pragmatismo individual, de quem tem pouco tempo para a leitura, mas precisa se sentir bem informado. E serve mais às classes que decidem o jogo político e econômico, já que as outras tendem a assumir, hoje, o papel de puros espectadores sem muito poder de intervenção – já que não se acredita mais com tanto afinco, como nos séculos passados, no poder intervencionista de todo e qualquer cidadão nos rumos da nação, esta também já bem enfraquecida...

O cenário é claro: do sonho humanista ao sonho iluminista pouco nos resta, a não ser que eles sejam vistos como espelhos longínquos onde se pode perceber, sendo *scholar* ou jornalista, o que se perde quando o diálogo com as motivações próprias de cada atividade, as motivações reais bem como as irrealis, mas potenciais, descamba para um certo cinismo cômodo, em geral pouco corajoso ou preguiçoso diante de desafios. Igualados os sonhos irrealis – o humanista e o iluminista –, não se desvaloriza nem uma nem outra das duas atividades, embora se perceba uma certa vocação de abrangência, totalizadora, abarcadora da formação humanista, de um lado, e uma pulverização e um consumo restritos a indivíduos ou classes, de outro. Sem condenar nenhuma das duas atividades nem ao lixo da História, nem à fogueira judicativa do presente (o que fizeram os pensadores chamados de “apocalípticos” ao longo do século XX), apenas nos parece produtiva uma percepção melhor de suas especificidades (e conhecer suas origens é um passo), para que a partir delas se possa saber que motivações neutralizar ou revitalizar nesse novo momento tanto da universidade quanto dos jornais e da mídia em geral.

Se é impossível sermos novamente renascentistas ou iluministas – embora não seria mau que os jornais fossem um pouco mais renascentistas e as universidades, iluministas e modernas –, não finjamos sê-los na prá-

realidade da comunidade nacional, estadual ou municipal. Dir-se-ia, então, que o jornal é mais pulverizado e pulverizante que uma universidade, pelos menos idealmente, pois conhecemos muitas universidades reais que assim também se classificariam.

O sentido corrente da expressão: “a universidade se preocupa com a formação, o jornal, com a informação” demonstra sub-repticiamente a diferença, já que “formação” aí tem o claro sentido de abrangência (pelo menos potencial) do ser humano como corpo e espírito, enquanto “informação” e “opinião”, particularizados e passíveis de ser consumidos, estão ligados à personalização típica da era burguesa, além de servirem a um pragmatismo individual, de quem tem pouco tempo para a leitura, mas precisa se sentir bem informado. E serve mais às classes que decidem o jogo político e econômico, já que as outras tendem a assumir, hoje, o papel de puros espectadores sem muito poder de intervenção – já que não se acredita mais com tanto afincio, como nos séculos passados, no poder intervencionista de todo e qualquer cidadão nos rumos da nação, esta também já bem enfraquecida...

O cenário é claro: do sonho humanista ao sonho iluminista pouco nos resta, a não ser que eles sejam vistos como espelhos longínquos onde se pode perceber, sendo *scholar* ou jornalista, o que se perde quando o diálogo com as motivações próprias de cada atividade, as motivações reais bem como as irrealis, mas potenciais, descamba para um certo cinismo cômodo, em geral pouco corajoso ou preguiçoso diante de desafios. Igualados os sonhos irrealis – o humanista e o iluminista –, não se desvaloriza nem uma nem outra das duas atividades, embora se perceba uma certa vocação de abrangência, totalizadora, abarcadora da formação humanista, de um lado, e uma pulverização e um consumo restritos a indivíduos ou classes, de outro. Sem condenar nenhuma das duas atividades nem ao lixo da História, nem à fogueira judicativa do presente (o que fizeram os pensadores chamados de “apocalípticos” ao longo do século XX), apenas nos parece produtiva uma percepção melhor de suas especificidades (e conhecer suas origens é um passo), para que a partir delas se possa saber que motivações neutralizar ou revitalizar nesse novo momento tanto da universidade quanto dos jornais e da mídia em geral.

Se é impossível sermos novamente renascentistas ou iluministas – embora não seria mau que os jornais fossem um pouco mais renascentistas e as universidades, iluministas e modernas –, não finjamos sê-los na prá-

tica. Mas também não abdicamos do desafio de nos vermos como algo a mais do que “pós-modernos sem convicção reconhecível”, em meio ao vale tudo do mercado, que mais não quer do que uma eficiência cuja aferição é apressada e discutível, e que impede que se reponha em cena algum novo tipo de projeção imaginária construtiva e de conjunto, que tanto a universidade quanto o jornalismo já propuseram no passado – e de que parecem carecer, no presente.

Notas

1. Bury, E. *Littérature et politesse – L'invention de l'honnête homme 1580-1750*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996, p. 13.
2. Casper, G., “O futuro das universidades e o futuro das bibliotecas”. In: *O futuro da Universidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 50.
3. Idem, *ibidem*.
4. O professor Lindsay Waters, editor da Harvard University Press, em sua palestra, *Scholarship and silence*, no colóquio “Quem produz cultura? Conhecimento como mídia?”, organizado pelo professor João Cezar de Castro Rocha, no departamento de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), de 13 a 15/08 de 2003, chamou a atenção para a ansiedade das novas gerações de acadêmicos americanos diante da premência de publicar o maior número possível de textos, com a máxima rapidez. Ou seja, mesmo nos EUA, certos modelos de avaliação parecem estar suscitando resistências: o “silêncio” do título de sua palestra refere-se a respeitados acadêmicos que hoje lutam contra o ritmo acelerado de publicação típico do mercado editorial, às vezes negando-se a publicar textos por anos a fio.
5. Davis, L.J. *Factual fictions: the Origins of the English Novel*, Philadelphia, 1996, citado por Resina, Joan Ramon, “Breve vita felice del romanzo in Spagna”. In: Moretti, F., *Il romanzo. Storia e geografia – Tomo III*. Milão: Einaudi, 2002.
8. Veyne, Paul. *Le pain et le cirque – Sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Éditions du Seuil, 1976, p. 28.
7. Como as de Sennett, Richard: *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record, 2001; *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
8. Cf. o livro de Bury.

Referências bibliográficas

- BURY, E. *Littérature et politesse – L'invention de l'honnête homme 1580-1750*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- CASPER, G. e ISER, W. *O futuro da Universidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 50.
- RAMON, J. “Breve vita felice del romanzo in Spagna”. In: MORETTI, F., *Il romanzo. Storia e geografia – Tomo III*. Milão: Einaudi, 2002.
- VEYNE, P. *Le pain et le cirque – Sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

Resumo

Este artigo trata de aspectos da origem das universidades, em plena polêmica entre humanismo e cristianismo, nos séculos XII, XIII e XIV, e da origem do jornalismo, na Renascença e, com importantes desenvolvimentos, no século XVIII. Numa perspectiva comparativa, a partir da descrição de alguns traços e motivações de origem, na academia e no jornal, propõe-se uma reflexão sobre as especificidades dessas duas práticas sociais hoje, e sobre o que se poderia incorporar ou rejeitar desse legado histórico institucional.

Palavras-chave

Universidade, jornalismo, humanismo, cristianismo, *paideia*, iluminismo, esfera pública burguesa.

Resumé

Dans cet article, on décrit quelques aspects de l'origine, d'une part, des universités – dans la polémique entre humanisme et christianisme, dans les siècles XII, XIII et XIV – et, d'autre part, du journalisme, dans la Renaissance et, avec d'importants développements, dans les Lumières (s. XVIII). Dans une perspective comparative, on propose, à partir des descriptions des traces différentiels et des motivations d'origine, de l'académie et du journal, une réflexion sur des spécificités de ces pratiques sociales aujourd'hui, et sur ce que l'on peut incorporer ou rejeter de cet héritage historique institutionnel.

Mots clé

Université, journalisme, humanisme, christianisme, *paideia*, lumière, sphère public de la bourgeoisie.

A construção simbólica do “populismo brizolista” operada pelo Jornal do Brasil¹

Roberto Bitencourt da Silva

Apresentação

Ambigüidade e controvérsia são características marcantes do populismo enquanto noção operacionalizada pelos círculos acadêmicos. Inversamente, há uma tendência significativa à homogeneização dessa noção no discurso produzido pela mídia. Tal homogeneização se dá em torno da idéia de *atraso*.

Levando em conta essa premissa, o artigo tem como propósito identificar algumas nuances do deslocamento realizado no uso da noção de populismo, do meio acadêmico para o jornalístico. Ocupamo-nos, pois, da análise da apropriação dessa noção pelo discurso do *Jornal do Brasil*, buscando identificar a representação simbólica construída no discurso deste jornal, no ano eleitoral de 1994, que marca, também, o último ano de Leonel Brizola no governo do Estado do Rio de Janeiro. Em âmbito nacional, o combate à inflação e as reformas pró-mercado consubstanciavam os principais temas da eleição presidencial. Quanto à sucessão para o governo fluminense, a redução dos índices de violência e do caos urbano conformava as questões priorizadas no debate político estadual. Com base nesse quadro histórico-político, visamos, essencialmente, identificar tanto a natureza da imputação do rótulo de populista a Leonel Brizola, como

alguns motivos políticos e ideológicos que possam ter contribuído para tal designação.

Dois modelos de interpretação sobre o populismo

A construção simbólica do populismo realizada pelo *JB*, ou por qualquer outra empresa e veículo de comunicação, não é obra, única e exclusiva, de uma simples invenção jornalística de significados. Partimos, pois, do pressuposto que as definições dadas por publicações científicas exercem substantiva influência na produção jornalística, conformando certos usos e aplicações interpretativas dirigidas a determinados fenômenos sociais e atores políticos. Dessa forma, vale assinalar algumas idéias e conteúdos argumentativos presentes em dois modelos de interpretação sobre o populismo que foram significativamente apropriados, majoritária e naturalmente sob uma forma fragmentada e residual, pelo discurso jornalístico do *Jornal do Brasil*, em 1994.

Modelo clássico - populismo e industrialização

Por *modelo clássico* designamos um certo conjunto de abordagens que integram os estudos pioneiros acerca do populismo na América Latina e no Brasil, em particular. Estes estudos foram realizados a partir de meados da década de cinquenta, pelos intelectuais argentinos Gino Germani e Torcuato Di Tella, tendo por centro a experiência peronista. Outra razão que nos leva a classificar estas formulações como *clássicas* é o fato de que muitas das idéias, definições e (pré)conceitos sobre o fenômeno, encontrados, freqüentemente, em trabalhos acadêmicos e no uso generalizado do senso comum, são extraídos, em grande parte de modo fragmentado, do grupo de interpretações e autores localizados nesse modelo interpretativo.

No Brasil, talvez seja legítimo inferir que os estudos desenvolvidos por Ianni (1975 e 1991) e Weffort (1989), a partir de meados da década de 1960 – relativamente influenciados pelo instrumental teórico produzido por Germani (1973) e Di Tella (1969) – representem, entre uma vastíssima literatura sobre o tema, aqueles que maior difusão atingiu no meio acadêmico e jornalístico brasileiro, assim como nas publicações de livros didáticos de História. Priorizamos, desse modo, suas reflexões acerca do fenômeno.

Para esses autores brasileiros, o fenômeno populista consistiu, no país, num sistema de dominação e sustentação política que perdurou durante os anos de 1930 a 1964. É considerado uma etapa no processo de transformação da sociedade brasileira, marcado pelo incremento da urbanização e da industrialização. A industrialização substitutiva de importações, orientada pelo Estado, o nacionalismo e a oposição ao imperialismo e à oligarquia seriam alguns dos traços mais expressivos do *populismo* e dos *populistas*.

Localizando, portanto, o populismo num contexto histórico-estrutural determinado, formação da sociedade urbano-industrial, Ianni aponta como um dos fatores explicativos da emergência desse fenômeno a “ausência de uma classe social suficientemente forte, politicamente organizada e com visão hegemônica de si para assumir e exercer o poder sozinha. Por isso a aliança se torna necessária” (Ianni, 1991: 160). O sistema populista consistiria, assim, numa coalizão policlassista, onde os interesses da burguesia prevalecem.

Um elemento muito recorrente nessas análises *clássicas* é a percepção de um suposto caráter imaturo e inconsciente do proletariado urbano. Essa peculiaridade seria um fundamento objetivo para entender o apoio popular às lideranças populistas. Conforme avaliação desse modelo interpretativo, o proletariado não possuía uma socialização adequada para a criação de organizações partidárias e sindicais autênticas, concretamente representativas de seus interesses. Estaria sujeito, pois, a uma relação personalista, irracional, demagógica e emocional junto às lideranças populistas/carismáticas. Seus órgãos de representação e organização primários, os sindicatos, encontrar-se-iam atrelados aos limites impostos pelo pacto populista, isto é, submetidos à tutela do Estado.

Em síntese, o *populismo* era apresentado – nas abordagens de Weffort e Ianni –, como um dos fatores que estavam na base da ruptura institucional ocorrida em 1964, oferecendo aos trabalhadores, com o seu *colapso*, o desnudamento da exploração capitalista e da natureza classista do Estado.

Paradigma econômico

Esta abordagem sobre o populismo toma corpo e ganha expressão acadêmica nos estertores dos anos oitenta, na chamada década perdida, primando pela análise de diferentes países da América Latina. Tem no economista Bresser Pereira um de seus principais teóricos.

Como o *populismo* é concebido como uma das causas principais à perpetuação da crise da dívida externa, da inflação galopante, da extrema desigualdade social e da instabilidade econômica – entre outros dilemas e entraves para o desenvolvimento econômico-social de nosso subcontinente –, o fio analítico que conduz esse marco interpretativo é a apresentação de razões e fatores econômicos, extraídos de diversas experiências latino-americanas classificadas como populistas, que demonstrem a inviabilidade estrutural desse tipo de estratégia política.

Adota-se, como definição dessa estratégia, a expressão *populismo econômico*. O que ela viria a significar? Segundo dois autores, pode ser entendida assim:

(...) uma abordagem à economia que enfatiza o crescimento e a redistribuição de renda e desconsidera os riscos de inflação e o financiamento inflacionário do déficit, as restrições externas e a reação dos agentes econômicos a políticas agressivas que não se valham dos mecanismos de mercado (Dornbusch e Edwards, 1991: 151).

De acordo com o *paradigma econômico*, o terreno fértil à ascensão do populismo é a existência de uma situação recessiva, onde parte da capacidade produtiva encontra-se ociosa e o desemprego elevado. Propõe-se, com efeito, a ser um programa que estimule o crescimento. Em geral, esta meta é perseguida através do estabelecimento de um pacto entre a burguesia e o proletariado urbanos. Possui como cerne o objetivo de reduzir as desigualdades e os conflitos sociais implementando a seguinte medida: elevação dos salários. Esta é considerada uma das características nucleares que atravessam todos os episódios populistas. Contudo, segundo o *paradigma econômico*, a despeito de suas boas intenções, o populismo representa uma política macroeconômica fadada ao fracasso. O controle de preços, o desrespeito aos limites orçamentários, a manutenção de reduzidas taxas de juros e os constantes aumentos salariais levariam as sociedades latino-americanas ao caos econômico. Assim, irresponsabilidade fiscal, inflação, irracionalidade e demagogia seriam alguns dos componentes do populismo. Um entrave e agressão à lógica racional dos movimentos do mercado e responsável pela gestão dos negócios públicos.

Alguns casos *populistas* identificados por essa abordagem: no Brasil, sob

Vargas, Goulart, Figueiredo (entre 1979 e 1980) e Sarney (especificamente com seu Plano Cruzado); Perón na Argentina; Chile sob Salvador Allende; Alan García no Peru, entre 1985/88; e o governo sandinista na Nicarágua (1979/1990)².

A fim de retirar os países da América Latina da crítica condição em que se encontravam, é sugerida como alternativa ao populismo e, também, face ao que Bresser Pereira (1991) chama de ortodoxia neoliberal, a implementação, dentre outras, das seguintes medidas: ajuste fiscal, redução do Estado e taxas de câmbio realistas.

Independentemente de algumas especificidades encontradas no seio desses estudos, este foco que privilegia a dimensão econômica do populismo é marcado pela idéia de uma integração profunda à economia internacional, considerando-a uma iniciativa favorável ao desenvolvimento das nações latino-americanas e à superação de suas crises da dívida e do Estado.

Notas sobre a grande imprensa e os itens redacionais

A principal razão que nos levou a optar pela análise do discurso do *Jornal do Brasil* é o fato deste jornal integrar os que são classificados como *jornais da grande imprensa*. No caso, acompanhamos a sugestão conceitual proposta por Alves Filho, que escreve a respeito:

Jornais da grande imprensa são os que se estruturam como indústria cultural e freqüentemente são apontados pelas instituições de pesquisa entre os de maior vendagem. Posição de preferência que assumem por terem construído e consagrado, perante o mercado consumidor, a imagem de isenção e independência frente aos poderes formais do Estado e aos informais, como as classes sociais e outros “grupos de pressão”. Jornais (...) que, funcionando como indústria cultural, representam-se e são representados por segmentos substantivos da população – independentemente de serem rotulados “progressistas”, “conservadores”, etc. – como comprometidos com o bem comum, com a informação objetiva e com a interpretação correta dos acontecimentos (Alves Filho, 2000: 106).

Este tipo de jornal, como veículo de comunicação que atua como indústria cultural, visa atingir ao máximo diferentes setores do público, através da oferta de diversas seções e cadernos, como os destinados à mulher/família, aos esportes, cultura/eventos de lazer, etc., mas dando uma ênfase especial às seções de política e economia. Evidentemente seu público-alvo é composto por estratos sociais detentores de um poder aquisitivo alto e de um nível de escolaridade mais elevado que a média nacional. Seu público é formado, pois, por grupos mais influentes junto aos centros de tomada de decisão econômica e política.

Um requisito é indispensável para a manutenção e ampliação de consumidores e anunciantes: a *credibilidade social*. Segundo Alves Filho (2001), o instrumento utilizado por esses jornais para atingir tal meta é o *pluralismo político-ideológico das colunas*. Esse instrumento possibilitaria a criação de uma imagem isenta, independente e democrática.

Contudo, como argumenta Alves Filho, o pluralismo das colunas não impede a ocorrência de um fenômeno concreto: a linha ideológica que se materializa nos textos dos editoriais e do noticiário cotidiano, ordenando tanto as interpretações sobre os fatos noticiados quanto o processo de seleções e combinações existentes na produção jornalística – como imagens, símbolos, estereótipos e palavras que integram seus textos. Com relação a esse processo em particular, marcado pelo uso do que Casasús (1985) denomina como *itens redacionais*, vale destacar a relevância analítica sobre esses elementos que compõem um texto. Diria o autor, por exemplo, que, “no es lo mismo decir ‘activista político’ que ‘terrorista político’” (Casasús, 1985: 85). Então, em conformidade com essa reflexão, consideramos que o estudo dos itens redacionais pode possibilitar a identificação do processo de seleção e combinação de elementos em uma estrutura redacional, revelando, de modo muito sutil, a ideologia que move o seu produtor³.

É nesse sentido, portanto, que pareceu-nos pertinente recorrer ao *populismo* como um recorte de análise, minúsculo, mas bastante sugestivo, para compreender determinados traços político-ideológicos estruturais do discurso do *JB*. Uma chave valiosa para a identificação de determinada forma de pensar e interpretar a realidade, por parte de uma relevante instituição midiática do país.

A noção de populismo no *JB*

O discurso presente na maioria substantiva dos textos do *Jornal do Brasil* que utilizaram o populismo como dispositivo classificatório de determinados fenômenos político-econômicos do cotidiano, em 1994, revela-nos uma apropriação sistemática de fragmentos de algumas idéias presentes no *modelo clássico* de interpretação, assim como de alguns dos princípios *racionalizantes* e *modernizadores* do *paradigma econômico*⁴. Os valores e crenças presentes na ideologia dominante neoliberal, é claro, também contribuíram sobremaneira para a identificação de atores e práticas *populistas*. Dentro disso, é relevante notar que, como qualquer ideologia, o neoliberalismo possui um certo conjunto de idéias, símbolos e jargões que orientam o olhar sobre o real. Aos fenômenos, atores e idéias que não se encaixem nessa estrutura de pensamento, atribui-se avaliações negativas. Dentro disso, o populismo não escapou (como, atualmente, não tem escapado) ao complexo jogo de palavras e símbolos utilizados pela ideologia neoliberal na desqualificação de medidas e atores políticos considerados inadequados.

É, pois, essa composição entre a ideologia neoliberal e os argumentos extraídos de análises de membros do *campo acadêmico* (no dizer de Bourdieu) que conformaram, em grande parte, a representação simbólica do populismo, assim como nortearam a definição de algumas práticas, projetos e atores políticos como *populistas* no discurso do *JB*.

Como dito anteriormente, o que é rotulado como populismo tem sido entendido como sinônimo de *atraso*. Em um cenário econômico marcado pelo aprofundamento das relações internacionais capitalistas, por uma grave crise financeira do Estado e por anos de espiral inflacionária, dizia-se que o *populismo* não tinha mais espaço para responder a esses dilemas e aos imperativos da *modernização econômica*⁵. Denotando estreitas consonâncias interpretativas com a versão do populismo elaborada pelo *paradigma econômico*, afirmava-se que o *estatismo*, o *nacionalismo*, o *protecionismo*, a *autarquização* e os *gastos incoseqüentes* estariam ou deveriam ser superados e, com isso, o *populismo* não representava nada mais do que o símbolo de um mundo identificado com o passado. Ou seja, um *obstáculo* que deveria ser varrido das práticas e metas dos diferentes atores do espectro político-partidário. Como ilustração, observe-se as passagens de um editorial reproduzido a seguir.

Publicado na edição de 7/7/1994, o editorial “Riscos reais” destacava o papel exercido pelo presidente Itamar Franco no processo de estabilização da economia. O populismo, ou o *velho e ineficiente* desrespeito à lógica do mercado, por seu turno, não deixava também de ser representado como uma ameaça à estabilidade econômica.

Apesar do coro dos descontentes, cujo estoque de argumentos eleitorais vem baixando com a inflação, *o real está fadado ao sucesso (...). Em linhas gerais, boa parte do sucesso deve ser creditado a Itamar (...). Quando todos o acusavam, ora de inércia ora de atitudes emocionais em relação à condução da economia, o presidente da República demonstrava agudo senso político (...). Mesmo incomodado com a inflação, os abusos de preços e as altas taxas de juros, o presidente resistiu às tentações populistas. Optou pela paciente construção do programa de estabilização que os economistas das mais diversas tendências hoje reconhecem como o melhor já feito no país (...). Há instrumentos administrativos que podem e devem ser acionados com rigor contra os que promoveram remarcações em excesso e abusos (...). Eles são mais eficazes, pela dissuasão do efeito demonstração, do que qualquer medida genérica inspirada em experiências passadas e que provaram ser impotentes para debelar a inflação. O controle de preços nunca funcionou no Brasil (...). É possível que os juros reais estejam muito altos, mas a prudência recomenda até o exagero inicial, para quebrar todas as apostas contra o real – no mercado financeiro e no setor real – antes do arrefecimento (...)* das taxas de juros (...). *A estabilização depende do sacrifício de toda a sociedade e, sobretudo, da firmeza dos governos no combate à inflação (...)* (Jornal do Brasil, 7/7/1994: 10) (GN).

Outra poderosa idéia associada ao *populismo* é a concernente a tratar-se de uma prática política *irracional*. Denota-se, dessa forma, uma apropriação residual de uma característica sobre o populismo tipificada tanto pelo *modelo clássico* quanto pelo *paradigma econômico*. A título de ilustração transcrevemos trechos de um editorial.

Em nove de julho, discorrendo sobre o diálogo estabelecido entre membros de uma equipe de técnicos de um departamento da prefeitura do Rio de Janeiro com a associação de moradores do bairro de Ipanema, o

editorial “Vozes do Povo”, questionava a ação de representantes públicos que se submetiam aos interesses das associações de moradores. De acordo com o jornal, muitas obras e ações públicas deixavam de ser realizadas por essa sujeição à voz da sociedade. O *JB* informava também, indiretamente, sua concepção de democracia.

Depois de discutir com os moradores, a prefeitura decidiu reconstruir a Praça General Osório, em Ipanema, segundo o projeto original. Os moradores consideraram o projeto (...) muito complicado, descaracterizador. Todo diálogo com a população é bom, e é nisto talvez que se fundamenta o exercício da política. Mas o que é realmente importante neste episódio é que a prefeitura, além do diálogo, ou apesar do diálogo, vai tocar a obra em frente. Esta, sim, é a verdadeira Política, com P maiúsculo. *Muitas administrações fracassam porque exageram em sua função popular, ou populista. Obras importantes são abandonadas a meio caminho, ou antes mesmo de encetar o caminho, por excesso de escrúpulo, em busca de uma vox populi que tente conciliar os interesses da comunidade com os interesses da política menor que vê em tudo oportunidade de colher votos, acima das necessidades técnicas (...). Administradores são eleitos para tomar decisões que resultem em benefício da comunidade. A eleição dos políticos já é uma opção do eleitorado, de acordo com os programas apresentados por eles por ocasião das campanhas eleitorais. No poder, os políticos não necessitam retornar ao povo plebiscitariamente sempre que se acham na iminência de tomar decisões administrativas (...)* (*Jornal do Brasil*, 9/7/1994: 10) (GN).

Importa, assim, observar dois aspectos relevantes neste último texto, que é significativamente representativo da linha ideológica que percorria o discurso do *JB*, em 1994:

Primeiro. A noção que o jornal tem sobre a atividade política é informada por uma evidente prevalência da *competência técnica* sobre o *político*; este considerado, como se depreende da argumentação do editorial, um exercício espúrio e distante dos reais interesses da sociedade civil. Considerava que, caso ocorresse a prevalência do *político*, as autoridades públicas incorreriam na demagogia e na *irracionalidade populista*.

Segundo. Como desdobramento, compreendia a democracia sob um formato nitidamente conservador. O estímulo à participação das associações civis, na definição e implementação de políticas públicas, era tido como uma prática desnecessária e, claro, *populista*, já que os cidadãos participam, segundo o jornal, do procedimento de escolha e decisão democrática através do voto.

O *atraso* e a *irracionalidade* foram, pois, dois componentes simbólicos constantemente associados ao populismo, no discurso do *JB*. Falta ver o emprego desse dispositivo lingüístico/ideológico para um ator político em particular.

A representação do populismo brizolista⁶

É na presente seção que o caráter desqualificatório dado ao termo apresentará sua face mais nítida. Propomo-nos a apresentar o uso da noção de populismo, efetuado pelo *JB*, referente a um personagem político específico: Leonel Brizola.

Para se ter uma idéia de como o, então, governador do Estado do Rio de Janeiro⁷ e candidato à Presidência da República constituía-se numa fonte de crítica e preocupação por parte do jornal, vale informar um dado bastante expressivo encontrado nos textos do *JB*, a saber: o conjunto dos editoriais que fazia menção ao *populismo* na interpretação de eventos políticos, direta ou indiretamente, referia-se às ações de Brizola e seu partido (Partido Democrático Trabalhista - PDT)⁸. De um total de 23 (vinte e três) editoriais, cerca de 19 (dezenove) remetiam o leitor às figuras de Brizola e do PDT. A ampla maioria desses textos fora publicada no segundo semestre do ano. Tal fenômeno, talvez, possa levar a sugerir que a proximidade das eleições, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, e o resultado advindo desta, a consagração da vitória de Marcello Alencar (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) no segundo turno, tenham constituído-se em fatores importantes para as freqüentes críticas desferidas pelo jornal. Combinadas a esses fatores, o jornal apresentava suas expectativas, positivas, com o novo governo que viria a suceder a gestão Brizola/Nilo Batista⁹. Especialmente os editoriais, por outro lado, denotavam um fenômeno de grande relevo à época (mas, com alguma força simbólica ainda nos dias presentes) no tratamento dispensado a Brizola e seu partido: a associação do brizolismo com a criminalidade e com a promoção do caos urbano.

A partir da leitura que empreendemos sobre o conjunto de textos publicados pelo *JB*, ao referir-se a um suposto *populismo brizolista*, tendemos a afirmar que, na maioria dos casos, essa classificação fora construída com base em um e outro chavão do marco teórico *clássico*, como demagogia, irracionalidade e nacionalismo. Contudo, o explícito teor conservador apresentado sugere-nos uma apropriação bastante residual desses atributos. Destacam-se os aspectos mais exteriores indicados pelos estudos dos decênios de 1950 e 1960. Evidentemente, havendo uma apropriação das interpretações desses estudos, pode-se argumentar que os textos não se coadunavam com o referencial político e teórico (marxista) que norteava os consagrados trabalhos de Ianni e Wefört. Extraíam-se, portanto, algumas idéias com fins notadamente políticos, onde a desqualificação do interlocutor era o mote da designação de populista. Assim, observando a existência de uma preponderância no uso de fragmentos das teses *clássicas* na representação específica do *populismo brizolista*, parece-nos lícito argumentar que o uso da noção de populismo pelo *JB* revela, pois, em elevado grau, uma apropriação viciosa e distante do centro de argumentação do *modelo clássico*.

Tendo em vista a operacionalização das estruturas redacionais do *JB* aos fins do presente trabalho, distribuímos as passagens de alguns textos jornalísticos conforme os seguintes tipos de tratamento concedido ao *populismo brizolista*: 1. promoção do caos urbano e convivência com a criminalidade; 2. articulação demagógica com as camadas populares e 3. modelo de desenvolvimento econômico atrasado, historicamente superado.

Promoção do caos urbano e convivência com a criminalidade

Constituindo-se num tipo majoritário na classificação de Brizola como populista, associava-se as suas idéias e medidas políticas no âmbito do governo estadual ao incremento da desordem urbana e à tolerância com a ação de criminosos.

Três dias após a eleição do novo governador, Marcello Alencar (no 2º turno da eleição estadual, realizado em 15/11/1994), o *JB* publica o editorial intitulado “A grande mudança”. O título, por si só, já é sugestivo o bastante para identificar-se a preferência política do jornal na concluída eleição estadual. Em contraposição à esperança de mudanças sinalizadas para a

próxima gestão, o editorial apontava de modo contundente as circunstâncias geradoras das, então, consideradas mazelas do Estado.

(...) A política do Rio ficou destroçada por anos de dilapidação moral. A aliança dos políticos com o crime organizado, azeitada pelo assistencialismo populista, percorreu todos os caminhos do atraso (...). A polícia corrupta é o resultado de longa leniência com o crime organizado. De tanto ceder aos contraventores, a sociedade fluminense acordou um belo dia anestesiada por brutal corrupção que passou incólume pelos morros, escolas de samba, clubes de futebol e chegou ao palácio governamental de braço com o populismo demagógico (...) (*Jornal do Brasil*, 18/11/1994: 10) (GN).

Poucos dias antes, o editorial “Batalha final” apresentava a expectativa positiva do jornal com relação à intervenção militar federal na segurança pública do Estado. Vale observar que, só no mês de novembro, cinco editoriais que empregaram a noção de populismo para Brizola e seu partido trataram dessa questão. Concomitantemente, o *JB* criticava o que considerava leniência governamental com a ilegalidade.

(...) A insegurança no Rio é o resultado da incompetência da polícia e do populismo governamental que criou barreiras psicológicas no combate ao crime. A relação promíscua de traficantes, bicheiros, policiais e políticos esboçou o cenário de decadência que se estendeu aos outros setores. A ação conjunta tardou, mas veio. Com “dosagem correta” (...), mas energia, trata-se agora de fazer girar ao contrário a roda do infortúnio que atrasou por vários decênios o destino do Rio (*Jornal do Brasil*, 3/11/1994: 10) (GN).

“Mudança de guarda” é o título do editorial publicado na edição de 20 de dezembro. Portanto, já nos estertores do governo pedetista. Discutiasse, entre outros, os benefícios engendrados pela intervenção federal na segurança pública. Interessante notar a argumentação dicotômica estabelecida no texto: de um lado, a passividade do governo que saía no tocante ao banditismo. De outro, a firmeza no combate ao crime e a tranquilidade social proporcionada pela ação federal.

(...) Na cabeça da polícia do Rio jamais entrou um mínimo de bom senso, capaz de assimilar a verdade elementar de que a criminalidade se expande quando a polícia encolhe. O policial, nos bons tempos da política populista que se limitava a passar a mão na cabeça de traficantes e dos bicheiros (...), sempre argumentou que não tinha recursos para subir os morros. As favelas se tornaram santuários da bandidagem, porque a polícia lavava as mãos. O exército demonstrou que o mito da inexpugnabilidade dos morros é falso. Basta subir (...). Hoje o Rio está mais tranqüilo, com a redução drástica dos tiroteios. Já não há mais balas perdidas ceifando vidas nos bairros adjacentes às favelas. É por isto que a população saúda a permanência dos militares nas áreas conflagradas e espera que a polícia descruze os braços e comece finalmente a trabalhar em benefício da segurança¹⁰ (Jornal do Brasil, 20/12/1994: 10) (GN).

Publicado numa edição da segunda quinzena de novembro, o artigo “Rua e cidadania”, a despeito do tom mais brando, guarda estreitos laços de afinidade com o perfil da representação do *populismo brizolista* construída nos editoriais. Produzido por Gilberto Vellho, o texto afirma que,

(...) a presença de camelôs, pedintes e menores desassistidos, (...) nos espaços públicos aumentou consideravelmente nos últimos anos, também devido a uma concepção específica no que concerne às camadas mais pobres da cidade. O governo brizolista, dentro da lógica populista, deu a essas categorias acesso quase irrestrito às ruas, sustentado por uma visão de cidadania e direitos humanos. São situações distintas que merecem análises específicas, mas que tomadas em conjunto produzem um quadro urbano particularmente tumultuado. Existem ligações claras entre ambulantes, pedintes e meninos de rua com o mundo do crime em diversos níveis (...) seja como carrascos, seja como vítimas, ou às vezes nos dois papéis, estão envolvidos em atividades ilegais (...) é fundamental incluir no projeto de controle à violência no Rio a reorganização do espaço público, convulsionado por políticas populistas. A heterogeneidade de experiências e estilos de vida não deve ser usada para legitimar o caos e a insegurança das ruas¹¹ (...) (Jornal do Brasil, editoria Opinião, 17/11/1994: 11) (GN).

Este gênero de classificação do *populismo* e dos *populistas* configurou uma das idéias mais difundidas na construção simbólica da noção efetuada pelo *JB* – e, supomos, pelos demais jornais da grande imprensa. Isto não só no tocante à figura pessoal de Brizola, como de toda e qualquer liderança que expresse, minimamente que seja, as aspirações materiais e simbólicas das camadas populares¹². Revela, inequivocamente, o caráter conservador da linha ideológica que percorre tanto os editoriais quanto o noticiário cotidiano. É o que poderá ser constatado nas duas reproduções apresentadas a seguir.

Publicado em 5 de fevereiro de 1994, o editorial “A ameaça das favelas”, discorria sobre a convivência dos *políticos populistas* com a favelização da cidade do Rio de Janeiro. As duas gestões de Brizola no governo do Estado do Rio de Janeiro, a despeito de não serem mencionadas explicitamente, atravessam inegavelmente o referencial sobre um certo tipo de prática política que o jornal considerava imperar na cidade e no Estado: o *populismo*. Note-se, também, duas coisas: em primeiro lugar, a feição de tribuna política encarnada pelo editorial, convocando, ou *interpelando*, no dizer de Althusser (1998), o seu leitorado à *dar um basta* nesta situação no pleito eleitoral. Por último, observe-se o tipo de imagem construída pelo jornal para os setores populares residentes nas favelas.

A situação das favelas no Rio atingiu um ponto explosivo, extremamente ameaçador. Só a demagogia assistencialista e o oportunismo populista ainda não enxergaram a triste realidade que é a progressão resistível da marginalidade numa cidade que em poucos anos ficou estrangulada entre a lei, não cumprida, de um lado, e a ilegalidade, florescente, do outro (...). Os favelados são hoje um terço da população. Em breve, serão a metade, e a médio prazo, maioria, se o fluxo de favelização não for detido, a sério (...). Dos 180 morros do Rio, 68 estão ocupados pelas favelas. É impressionante como elas se reproduzem, apesar de muitas já terem chegado ao ponto de saturação (...). Os cidadãos que moram na cidade que está no mapa já não suportam submeter-se à outra população, armada, em contínua expansão, acasalada sob o guarda-chuva protecionista dos traficantes, dos bicheiros e dos políticos populistas (Jornal do Brasil, 5/2/1994: 10) (GN).

Meses mais tarde, o *JB* publicava matéria que discorria sobre alguns traços característicos da forma de atuação política do então candidato pedetista à sucessão estadual, Anthony Garotinho. A matéria intitulada “Garotinho inaugura um novo trabalhismo”, é relevante para a identificação tanto do que o jornal classifica como características do brizolismo quanto, mais uma vez, como são representadas as camadas populares no discurso deste jornal.

(...) Símbolo - “*Populismo científico*”, expressão do vereador campista Antônio Carlos Rangel (PT), talvez seja a definição mais aproximada do estilo com que Garotinho, usando e abusando do marketing e dos meios de comunicação de Campos, virou símbolo do bem que luta contra o mal e derrotou os velhos coronéis da política (...). “Hoje questionamos se valeu trocar o coronelismo empírico pelo populismo científico”, diz Rangel, do movimento Muda Campos, que elegeu Garotinho aos 28 anos (...).

Receitas - No meio de um dia de campanha na Baixada, *Garotinho* define a linha divisória que vê na política. “De um lado, o Garotinho e seu compromisso com o povão. Do outro, o resto, financiado pelos banqueiros e grandes grupos. O pau vai comer no lombo deles”, discursa, sobre um banquinho e no mais puro estilo brizolista (...). Assim como Brizola e seus Cieps, *Garotinho* privilegiou os setores populares na administração de Campos (...). Estimulou hortas populares, construiu 40 escolas e 30 postos de saúde (...), saindo com mais de 90% de aprovação popular (...) como Brizola, *Garotinho* direciona o discurso ao “povão” (...) (*Jornal do Brasil*, editoria Cidade, 11/9/1994: 8) (GN).

Vale salientar um interessante dado que se pode extrair da leitura dessa matéria: ela apresenta alguns componentes conflitivos no interior de sua argumentação. Este conflito é relativamente natural, tendo em vista os primados de *isenção* e *neutralidade* que norteiam a atividade jornalística. Nas linhas introdutórias, o autor da matéria afirmava coadunar-se com a visão crítica do vereador que cunhara a expressão “populismo científico”. Evidentemente, a interpretação da matéria sobre o então candidato estava clara desde o início. Contudo, no curso do texto, o jornalista vai traçando

paralelos entre o perfil de Garotinho e Brizola, destacando o discurso e ações governamentais voltadas para os setores populares. Esse segundo elemento discursivo contido na matéria, em si mesmo, não apresenta, é claro, nenhuma natureza desqualificatória. Pelo contrário. Então, pode-se afirmar, num primeiro momento, que, a esse conflito argumentativo e sua respectiva interpretação, caberia uma boa margem de autonomia à leitura empreendida pelo receptor da matéria. Entretanto, caberia também indagar: a recepção já não poderia estar viciada, ao menos no que tange a segmentos dos assinantes do jornal, devido a leitura de textos como os explicitamente desqualificatórios encontrados nos editoriais? Se consideramos que, como argumenta José Pinto, os editoriais desnudam o que se encontra oculto no noticiário (José Pinto, 1996: 173), a produção da imagem dos atores aqui postos em relevo, não conduziria expressivos contingentes dos leitores a uma recepção negativa? Qual seria a percepção sobre os *políticos brizolistas/populistas* que privilegiam seus esforços aos setores populares? E mais: como seriam representados os próprios setores populares?

Observando o tipo de construção simbólica realizada no editorial e nesta matéria, é evidente que a imagem dos setores populares é extremamente negativa. Esquemáticamente, pode-se dizer que gira em torno da idéia de uma massa inconsciente e bruta, quando não de *marginais favelados*, sempre disponível à adesão a algum líder carismático, demagógico e irresponsável que lhes ofereça um favor ou dádiva¹³. Uma massa ignara, que ameaça a tranqüilidade e liberdade dos *cidadãos de bem*, que pagam seus impostos. De forma contraditória, o *povo*¹⁴, com efeito, constituir-se-ia numa ameaça à ordem democrática, que, pelo visto, é considerada um valor supremo, só que com uma particularidade: um valor destituído de seu elemento mais básico, o *demos*.

Quanto aos *políticos brizolistas/populistas* que dirigiam seus esforços ao atendimento de algumas necessidades populares, pelo que se pode depreender do discurso do *JB*, eram considerados atrasados, irracionais, inferiores, mesmo, ao “coronelismo empírico” (*Jornal do Brasil*, editoria Cidade, 11/9/1994: 8).

Após a análise dos textos que primam pela construção de uma imagem vinculada à demagogia, ao assistencialismo, à desordem, ao caos urbano e à tolerância com o crime, vemos o *populismo brizolista* sob um outro prisma: um modelo de desenvolvimento econômico historicamente superado.

Abordando a eleição à presidência, o editorial “O tom do futuro”, publicado no mês de agosto, informava ao leitor as novidades políticas esboçadas naquele pleito. Entre as principais, figuravam as presenças de Lula (PT – Partido dos Trabalhadores) e Fernando H. Cardoso (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira) como os dois grandes pólos da disputa. O jornal os considerava como dois exemplos políticos modernos, a despeito de suas diferenças ideológicas e partidárias. De acordo com o texto, por outro lado, esgotara-se o espaço para determinados tipos de lideranças e propostas. Lideranças carismáticas e *outsiders*, como Jânio e Collor, perdiam expressão. O estilo político de líderes como Adhemar de Barros também estaria perdendo espaço no corpo do eleitorado: “a honradez e a austeridade passaram a ser requisitos da modernização política. É preciso fazer, sem roubar” (*Jornal do Brasil*, 16/8/1994: 10). Imerso em uma série de denúncias de corrupção, talvez não seja difícil imaginar que esse perfil político era atribuído a Orestes Quécia (candidato à presidência pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB). Quanto a Brizola, argumentava-se o seguinte:

(...) O populismo e o corporativismo de base varguista ficaram para trás. Tanto o processo de substituição de importações como a modernização autoritária dos caudilhos gaúchos cumpriram suas missões históricas. O mundo globalizado deste final de século não comporta nacionalismos sombrios, teorias conspiratórias ou sonhos autárquicos. A socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio, diz com todas as letras em entrevista ao JORNAL DO BRASIL: é necessário desmontar o Estado Novo (...). O Brasil e o mundo se transformaram consideravelmente desde a eleição passada. O eleitor brasileiro está se mostrando sensível a essa mudança para melhor (Jornal do Brasil, 16/8/1994: 10) (GN).

Note-se o uso das declarações da socióloga Celina Vargas neste texto, que, ao fim e ao cabo, vem a consistir numa espécie de narração copresente, ou seja, serve ao propósito de legitimação acadêmico-científica (uma espécie de respaldo técnico e racional frente ao leitor) para as argumentações conclusivas do editorial. Vê-se, por outro lado, com todas as letras, a representação do populismo – e de Brizola, em particular – como uma expressão política e econômica arcaica, superada pelo *motor da modernidade globalizante*. Vê-se, também, a utilização de um poderoso símbolo que viria a se consolidar, no curso dos anos posteriores, no discurso jornalístico hegemônico: *globalização*. Processo considerado inexorável, inescapável, *trem do desenvolvimento e da modernidade*.

Conclusão

Considerando que a representação simbólica do populismo não podia ser obra única e exclusiva de uma simples invenção de significados da parte do *Jornal do Brasil*, recorreremos, inicialmente, à análise de textos produzidos nos círculos acadêmicos, visando identificar os possíveis conteúdos e resíduos argumentativos apropriados, fundamentalmente, pelos editoriais e pelo noticiário cotidiano. Encontramos, pois, uma apropriação, em geral, marcada por um uso nitidamente político, disponibilizado à desqualificação de uma, à época, relevante expressão política identificada com o campo popular-democrático nacional, detentora de um sólido enraizamento no imaginário político da população do Estado do Rio de Janeiro: o brizolismo. Levando em conta seu nacionalismo, sua oposição às privatizações e seu apelo popular, pode-se dizer que o brizolismo representava um fenômeno muito distante das práticas, idéias e metas político-econômicas defendidas pelo *JB*. Parece-nos lícito argumentar, então, que a identificação da figura de Brizola – e de seu partido, PDT – com o *atraso e a irracionalidade populista*, serviriam à depreciação da imagem desses atores tanto na eleição à presidência quanto à estadual; constituindo-se, por outro lado, num poderoso artifício para desqualificar o que estruturalmente importava: as aspirações materiais e simbólicas das camadas populares.

Se tratarmos o estudo realizado por esse artigo, também, como um recorte de análise da posição do jornal na campanha pela sucessão estadual de 1994, podemos afirmar que ele apresentava uma postura favorável à candidatura de Marcello Alencar. Esta seria considerada, em última ins-

tância, se não representativa da *modernização*, ao menos de uma opção viável ao que o jornal considerava o atraso gerado pelo *populismo brizolista* no Estado do Rio de Janeiro.

O discurso do *JB* evidenciava, assim, uma representação da noção de populismo pautada, essencialmente, pelas seguintes idéias: atraso, estatismo, instabilidade, desordem, demagogia, irresponsabilidade e irrealismo. Um contraponto e entrave à modernidade, ao livre mercado, à estabilidade, à ordem, ao combate à inflação, à responsabilidade e ao pragmatismo, requeridos, segundo o jornal, pela sociedade brasileira e fluminense, em particular.

O populismo representou, pois, no discurso do *Jornal do Brasil*, um instrumento ideológico importante para a crítica e a depreciação da imagem de um ator político que, em 1994, configurava-se como alternativa aos cânones neoliberal-conservadores.

Notas

1. O presente artigo constitui-se numa versão de minha dissertação de mestrado intitulada *O populismo como arcaísmo e estatismo, na Folha de S.Paulo e no Jornal do Brasil*, defendida no PPGCP/UFRJ.
2. São ressaltadas algumas particularidades da experiência sandinista, tais como: 1. quando da tomada do poder do Estado, a economia era significativamente fundada no setor rural; 2. a industrialização por substituição de importações não constou na proposta programática; 3. os esforços governamentais foram bastante dirigidos à expansão de redes de abastecimento de água, de postos de saúde e escolas. O que leva à sua inclusão na categoria (expondo motivos que, em verdade, nos deixa perplexos) é o fato desse governo ter desconsiderado os limites orçamentários, destinando vultosos recursos à guerra civil frente os *contras*, assim como devido à instabilidade causada pela incerteza acerca dos direitos de propriedade. Como resultados, a ocorrência de graves prejuízos econômicos e a explosão inflacionária. Ver CARIDOSO, Eliana e HEIWEGER, Ann. "Populismo, ganância e redistribuição": 201-232.
3. Por ideologia basta dizermos que seguimos a definição dada por Althusser, ou seja, entende-se como um complexo de representações, valores e crenças que se materializam em ações objetivas, a partir daquilo que o autor chama de "interpelação", ou apelo, ao indivíduo, chamando-o a posicionar-se em conformidade com os rituais e normas que compõem uma dada ideologia. Ver ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*.
4. Com relação ao *modelo clássico*, especificamente, é mais adequado afirmar que houve uma apropriação fragmentada de algumas de suas teses, pois, esta apropriação distancia-se, em muito, do centro de argumentação dos estudos de Ianni e Weffort, que concebiam o socialismo como meta de organização social. Em linguagem marxista, seus estudos interpretariam o populismo como uma espécie de *reformismo*, enquanto a apropriação jornalística do *JB* é caracterizada por um tipo de interpretação crítica sobre o *populismo* marcadamente conservadora. Por outro lado, talvez não seja desnecessário destacar, também, alguns fatores que concorrem para a representação geral da noção de populismo no discurso jornalístico, tais como: 1. artigos publicados nas

seções de opinião dos próprios jornais. Por serem preenchidos, com grande frequência, por textos produzidos por acadêmicos, tendemos a considerar que esse espaço configura uma ponte entre as produções e interpretações científicas e jornalísticas. Ou seja, independentemente da polêmica estabelecida entre diferentes visões de mundo que marca seções desse tipo, algumas visões, em particular, são apropriadas e ganham ressonância nos discursos apresentados pelos editoriais e pelo noticiário cotidiano; 2. conhecimento particular por parte dos membros do meio jornalístico das definições oferecidas por publicações científicas e 3. a construção coletiva dos *ismos* – malufismo, quercismo, brizolismo, entre outros –, que informam algumas idéias e práticas, difusas e fragmentadas que sejam, geralmente associadas ao populismo.

5. No discurso hegemônico do período (1994), de corte neoliberal, ainda prevalecente, construiu-se a idéia de *modernização* por intermédio da adoção de um conjunto de ações políticas que introduzissem a economia e o Estado brasileiro ao que se considerava requisitos da competição internacional. Abertura comercial, desregulação financeira, ajuste fiscal, privatizações e controle inflacionário seriam alguns desses requisitos. Em jornais como o *Jornal do Brasil* e a *Folha de S. Paulo*, no ano assinalado, era freqüente a veiculação deste tipo de discurso. Concomitantemente, nas eleições à presidência e aos governos estaduais do RJ e SP, os dois jornais ofereciam seu apoio às candidaturas que mais se afinassem com esse figurino *modernizante*, como Fernando H. Cardoso à presidência e, no caso particular do *JB*, Marcello Alencar para a sucessão fluminense. Recorde-se, nesse sentido, que Cardoso e Alencar pertenciam ao mesmo partido (PSDB) e implementaram, na presidência e no governo estadual, medidas consideradas modernizantes, como a transferência de centros de decisões nacional e estadual para o setor privado, notadamente estrangeiro, via privatizações.

6. Empregamos os termos brizolista e brizolismo segundo o sentido corrente indicado por nossa cultura política, principalmente carioca. Ou seja, como um fenômeno marcado por um certo conjunto de ações, propostas, idéias e tradições políticas, encarnadas na figura de Brizola e, em alguma medida, em seu partido. Para uma discussão aprofundada dos conteúdos objetivos e subjetivos que marcam esse fenômeno político, ver SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*.

7. Leonel Brizola desincompatibilizou-se do cargo em 02/04/1994 para concorrer à Presidência da República, sendo substituído por seu vice, Nilo Batista.

8. Essa sistemática preocupação dos editoriais implica num significado empírico relevante: o editorial, como marco normativo particular de um jornal, constitui-se num espaço de veiculação explícita de suas idéias, revelando a posição política do jornal enquanto empresa. Este espaço jornalístico, como discutido por José Pinto (1996), é voltado para a busca de adesões entre segmentos específicos dos leitores, como políticos, líderes corporativos, etc. Ademais, "torna explícito o que permanece na sombra no noticiário" (José Pinto, 1996: 173).

9. O apoio oferecido pelo *JB* à candidatura Marcello Alencar (e um "pouco" mais que isso) pode ser ilustrado através da transcrição de um trecho do editorial que segue: "A melhor novidade deste segundo turno da disputa pelos governos estaduais é a provável vitória de Marcello Alencar, Eduardo Azeredo e Mário Covas, respectivamente no Rio, em Minas e São Paulo. Com este trio teremos a renovação do *establishment* político nas regiões politicamente mais importantes do país e a consolidação do PSDB – partido do presidente eleito – nos três maiores colégios eleitorais" (...). Ver *Jornal do Brasil. Os homens da abóboda*. Editorial, 09/11/1994: 10.

10. Cumpre destacar que essa imagem *paradisiaca* construída pelo editorial, com base na ação do Exército, talvez não correspondesse, como informa Sento-Sé, “ao comportamento dos indicadores, que chegaram a indicar um aumento expressivo, durante o período da realização da Operação Rio, pelo Exército, do número de homicídios dolosos” (Luiz Eduardo Soares *apud* Sento-Sé, 1999: 292).

11. Há que se ressaltar que um artigo – caso raro entre os textos de diferentes espaços desse jornal – criticava a ênfase dada, entre outros, pela mídia, à atuação do crime organizado no Rio de Janeiro e à crucificação da gestão Brizola, em particular. Discorrendo sobre o problema do crime organizado, o articulista advertia que este fenômeno fazia-se presente em diversos estados da federação, assim como envolvia diferentes instâncias do Estado brasileiro. Portanto, diz o autor, “é inaceitável pretender satanizar a situação carioca ou lapidar simplesmente a administração atual”. Ver PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Conluio e conivência*. Jornal do Brasil, editoria Opinião, 12/04/1994: 11.

12. Nossa análise do discurso do *JB* – que deve ser considerada um recorte analítico particular da grande imprensa brasileira –, contempla exclusivamente o ano de 1994. Mas não é desnecessário lembrar que o símbolo populismo é ainda demasiado candente, bastando um momento propício para ser retirado da *gaveta* e disponibilizado à desqualificação de atores políticos considerados impróprios. Nesse sentido, o dia 12 de abril de 2002 foi exemplar. Refiro-me à tentativa de golpe na Venezuela, sobre o presidente Hugo Chávez. A *Folha de S. Paulo* assim o caracterizou: “falante, sonhador, populista, nacionalista” (...) (Folha Online: *Saiba mais sobre o ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez*, 12/04/2002).

Há de se convir que a combinação de adjetivos não é das mais favoráveis ao então deposto presidente. No mínimo, seu *populismo* é representado como uma manifestação de irracionalidade e irrealismo (“falante” e “sonhador”). A seqüência da matéria não dá margem à dúvida: entre outras razões mencionadas, “a insatisfação contra Chávez cresceu devido (...) à agenda de esquerda” (Folha Online: *idem*). O posicionamento político-ideológico do jornal é evidente, como também a mensagem: metas e atores *populistas/esquerdistas* são uma péssima opção política, causam *insatisfação popular* e o *caos*.

13. Um *eco* muito distante e, claramente, manipulado do marco teórico *clássico* ressoa nesse tipo de representação simbólica sobre as camadas populares. Ver, principalmente, Germani (1973).

14. Seguindo a interpretação dada por Sodré, pode-se definir o *povo*, sinteticamente, como um conjunto de segmentos sociais (como os trabalhadores rurais e urbanos – empregados, subempregados e desempregados – e os estratos médios) historicamente destituídos de poder e que encontram-se, conseqüentemente, numa posição subalterna dentro da comunidade nacional. Ver SODRÉ, Néelson Werneck. *O populismo: a confusão conceitual*.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998.

ALVES FILHO, Aluizio. "O noticiário da mídia e a 'velhinha da motocicleta'". Rio de Janeiro: PUC, *Alceu* 3, n. 2; jul/dez. 2001, pp. 54-77.

_____. "A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia". *Comum* 15, n. 5. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, ago/dez., 2000, pp. 86-118.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Ed. Nobel, 1991.

CARDOSO, Eliana e HELWEGE, Ann. "Populismo, ganância e redistribuição". In: BRESSER PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Ed. Nobel, 1991, pp. 201-232.

CASASÚS, Josep Maria. *Ideologia y análisis de medios de comunicación*. 3ª ed. Barcelona: Editorial Mitre, 1985.

• DI TELLA, Torcuato. «Os processos políticos e sociais da industrialização». In: COSTA PINTO, L. A., e BAZZANELLA, W. *Processos e implicações do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, pp. 73-105.

DORNBUSCH, Rudiger e EDWARDS, Sebastian. "O populismo macroeconômico na América Latina". In: BRESSER PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Ed. Nobel, 1991, pp. 151-190.

FOLHA DE S. PAULO. *Saiba mais sobre o ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez*. Disponível na INTERNET via <http://www.uol.com.br/folha/mundo/ult94u39887.shl>., 12/04/2002.

GERMANI, Gino. *Política e sociedade numa época de transição*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1973.

IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira: 1975.

JORNAL DO BRASIL. Edições de 1994.

JOSÉ PINTO, Milton. "Contextualizações". In: NETO, Antônio Fausto, e JOSÉ PINTO, Milton. *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda., 1996.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

SODRÉ, Néelson Werneck. *O populismo: a confusão conceitual, s/d e s/ed*.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

Resumo

O propósito do artigo é identificar algumas nuances do deslocamento realizado no uso da noção de populismo, dos meios acadêmicos para o discurso jornalístico, com ênfase na análise da construção simbólica do "populismo brizolista" operada pelo *Jornal do Brasil*.

Palavras-chave

Populismo, Jornal do Brasil, ideologia.

Abstract

The purpose of this article is to undertake a study of concrete case concerning the displacement carried through in the use of the concept of populism, from the academic arena to the journalistic one, with emphasis in the analysis of the symbolic construction of the "brizolista populism" carried by the *Jornal do Brasil*.

Key-words

Populism, Jornal do Brasil, ideology.

A memória traída

Seminário internacional resgata a teoria da dependência

Oswaldo Munteal Filho

Nestas circunstâncias – de crise política do sistema quando não se pode impor uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento – as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, salvo se se admitisse a hipótese de uma mudança radical para o socialismo.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, 1970.

A pátria perdida

O Rio de Janeiro acolheu um dos encontros internacionais mais importantes e úteis dos últimos anos em nosso país. O Seminário da Rede Unesco (Reggen) sobre a hegemonia e a contra-hegemonia realizado entre os dias 18 e 22 de agosto de 2003, está entre os eventos que efetivamente contribuíram para um diagnóstico diferenciado diante da avassaladora corrente de argumentos neoliberais que invadiram a América Latina. A destruição do patrimônio público construído ao longo de mais de 50 anos pelos brasileiros foi desintegrado pelo axioma liberal de que a liberdade e a justiça estão intrinsecamente ligadas à ordem do mercado. Com isso relegamos mais de 80 milhões de pessoas a um quadro de penúria, fome e desemprego nos últimos 15 anos. Este pano de fundo social da reunião de pesquisadores, professores e intelectuais do mundo inteiro em torno dos impasses da globalização e dos processos de regionalização, representou um inédito esforço de aproximação da academia com os problemas dos povos da periferia do capitalismo.

O movimento da acumulação de forças pelo Estado nacional está articulado à lógica de acumulação de capital numa escala planetária. Portanto, para

uma compreensão apurada da história do movimento de capitais entre os blocos econômicos, é necessário entender a história dos países/regiões que no tempo longo conduziram o processo de gestão do capitalismo até o momento atual. Os termos de troca estão condicionados, por outro lado, pela compulsão dos Estados hegemônicos à destruição das economias nacionais da periferia, à imposição do flagelo da dívida e da pobreza, e à guerra. O sistema mundial permanece uma economia mundial capitalista, baseada em uma divisão dual de trabalho, trocas desiguais e um sistema interestatal. O movimento de integração dos países centrais e periféricos em blocos econômicos, e destes com a lógica do capitalismo global, é examinado de modo a rever as noções de dependência, mercado de trabalho, acumulação, democracia e superexploração.

A luta contra a ditadura militar de 1964, e a longa e agoniada transição brasileira para a democracia, dificultaram uma maior nitidez nas propostas contidas na frente de oposição ao autoritarismo. O governo atual, mergulhado em dívidas e dúvidas sobre o seu caráter público, reabre para o século XXI a possibilidade de uma época em que o Brasil volte a ser um tema para todos nós. Sistema mundial, desenvolvimento e dependência. Elementos complementares e contraditórios, fontes de compreensão da história das populações marginalizadas e dos países mantidos sob a poderosa tutela institucional, e controle econômico/militar do centro nervoso da economia mundial. Estas são as chaves iniciais para o entendimento dos marcos teóricos da *teoria da dependência*, desenvolvida criticamente sobretudo por Rui Mauro Marini e por Theotônio dos Santos. Num trecho decisivo de uma das obras de Theotônio, o autor faz a síntese:

Marx sempre entendeu a formação do capitalismo como a dialética entre a economia mundial, como fenômeno independente, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se em seus Estados nacionais.

A interseção do contexto social latino-americano com o pensamento crítico de diversas matrizes se constitui na plataforma para um exame denso do quadro teórico em que se inscrevem intelectuais de várias tendências. O movimento de acumulação de metodologias, reflexões e visões de mundo díspares, constituíram um cenário fértil para o pensamento latino-americano até os anos 1960. Perguntamo-nos hoje, em que momento perdemos a perspectiva de um desenvolvimento autônomo? Theotônio a este respeito dispara:

O golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e em um ajuste estratégico com o sistema de poder mundial.

O objeto da teoria da dependência está concentrado nas relações humanas, sem uma sujeição à unidade de lugar nem à unidade de tempo. Os eixos centrais são os seguintes: a noção de colonialismo que persiste sob várias máscaras na periferia, o conceito de tempo longo ajustado à lógica do capitalismo global, e finalmente um rígido modelo de desenvolvimento que aprofundou as relações de dependência, e acentuou a prosperidade do sistema financeiro internacional. Uma teoria de combate? Talvez sim, se considerarmos que todos nós, sob a mira do pensamento único, contemplamos a possibilidade de mais uma década perdida, e de uma pauperização sem precedentes na nossa história contemporânea.

○ Estado como vocação

Otto Hintze, historiador prussiano do Estado, fez uma descoberta importante no século XIX: que o Estado moderno foi “essencialmente” um fenômeno histórico. Ombro a ombro com Max Weber, seu contemporâneo e sociólogo do Estado, Hintze além de uma afinidade eletiva no que diz respeito à convivência de ambos com o Reich bismarckiano, demonstrou uma grande preocupação com as circunstâncias que produzem as inquietações científicas. Tomando como exemplo o próprio Hintze:

O interesse de Max Weber, está reportado sempre e prioritariamente sobre as situações e circunstâncias contemporâneas, a partir destas ele examina as mais antigas.¹

O contraste com a especificidade da vida moderna, a cultura, práticas civilizacionais, gestão econômica, serviu como fonte inestimável para a investigação da economia-política, que então emergia com força renovada pelo nacionalismo exaltado, em fins do século XIX.

O pensamento alemão orientado pelo historicismo, demonstrou a inequívoca vocação dos Estados europeus para o monopólio, o império e a coerção.² Pode-se verificar também a partir destes marcos teóricos uma

certa visualização, da capacidade de reação às práticas econômicas do ocidente moderno e capitalista, pelo oriente emergente, marcado pela centralização estatal e por uma espécie de mercantilismo de aço. A compreensão da lógica que preside a ação dos Estados peninsulares – ibérico e meridional – é tributária em larga escala desta escola de pensamento. Trata-se afinal de um modelo de império, que organicamente constituído ou não – sem entrarmos neste artigo nas controvérsias hodiernas – representa o esforço dos Estados modernos peninsulares de se estabelecerem em termos geopolíticos e geoeconômicos, num quadro complexo de luta pela hegemonia continental.

A posição de Giovanni Arrighi a respeito dos confrontos numa escala territorial é decisiva:

Em parte alguma, com exceção da Europa, componentes do capitalismo fundiram-se na poderosa mescla que impeliu as nações européias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial capitalista poderosíssima e verdadeiramente global. Por essa perspectiva, a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável do que na Europa.³

O ciclo econômico do qual a expansão marítima lusa fez parte, não escapou da lógica que conformou o sistema mundial. Para se obter uma visão mais equilibrada do contexto geopolítico e do quadro geoeconômico e mental da Ibéria, é importante caracterizar que o colonialismo peninsular produziu uma escalada de pauperização sem precedentes na história da periferia capitalista. Fatores endógenos determinaram o modelo de apropriação precária do excedente, e os conflitos inerentes à própria “vontade” das elites metropolitanas, mas os elementos exógenos, e não somente os conjunturais e estáticos, contribuíram decisivamente para a exclusão do jogo dos Estados modernos.

A análise das estruturas tem sofrido pesadas críticas no debate intelectual contemporâneo, entre os historiadores, economistas e nas ciências sociais de uma maneira geral. O “ataque especulativo” desferido pelos es-

critores pós-modernos, políticos neoliberais e endogenistas de uma maneira geral, privilegia quase sempre o fenômeno social ou de outra natureza, em si mesmo, a partir dos seus próprios códigos. Para além das potencialidades do texto, é importante considerar o papel do contexto, da ação efetiva dos homens, de “carne e osso”, que mataram, morreram, e ao longo de séculos defenderam a idéia de um Estado nacional indivisível, ao lado da defesa do espaço público. Portanto, se a história tem alguma relação com a realidade, deve-se considerar o drama da amnésia coletiva e a obrigatória retomada das fontes desta pauperização presentes num espaço recôndito e insondável da memória da construção dos impérios ibéricos.

Uma parte da crítica ao estruturalismo tem estudado as fontes deste pensamento, e a dimensão das suas conclusões diante do desafio das ciências humanas para o século XXI. O clássico *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* do professor Fernando Novais, foi o reflexo de uma produção científica, de caráter coletivo, da USP, nos anos sessenta e setenta, mas também foi uma inflexão na direção de uma história cosmopolita, que saísse da dimensão regional, e que torna-se autônoma e referida ao movimento dos Estados e capitais no mercado mundial.⁴ A releitura de Fernand Braudel, Vitorino Magalhães Godinho, Ernest Labrousse, Pierre Chaunu, P. Vilar e Immanuel Wallerstein, foi decisiva para a construção de um enfoque próprio acerca da realidade brasileira. Esta geração promoveu uma espécie de acerto de contas do presente marcado pela periferia, com o passado colonial que todos querem esquecer. Afinal, os estudos sobre os negros e os tupinambás foram realizados pelo professor Florestan Fernandes; a cadeia que prendia o Brasil ao capital internacional estudada por Fernando Henrique Cardoso; e a historiografia brasileira começava a gerar um conjunto de trabalhos referidos claramente à questão nacional.

O enfoque sistêmico ao tratar das relações coloniais tem sido reajustado, com a inclusão da evolução da concorrência entre os Estados, pela via de um conjunto de forças que integram o esforço de militarização, controle fiscal e financeirização crescente. O arranque da contemporaneidade está indissolavelmente associado ao movimento de acumulação de forças pelos Estados nacionais articulados à lógica de apropriação de capital numa escala planetária. Portanto, para uma compreensão apurada da história do movimento de capitais entre os blocos econômicos, é necessário entender a história dos países/ regiões que no tempo longo conduziram o processo de gestão do capitalismo até o momento atual. Os termos de troca estão condicionados, por outro lado, pela compulsão dos Estados hegemônicos à destruição das economias nacionais da periferia, à imposição do flagelo da dívida e da pobreza, e à guerra. O sistema

mundial permanece uma economia mundial capitalista, baseada em uma divisão dual de trabalho, trocas desiguais e um sistema interestatal.

O resgate da teoria da dependência

Os problemas da economia brasileira referem-se também às indefinições sobre a Alca, o Mercosul, a união européia, além da nossa aproximação com a Índia e a China. A Rede Unesco realizou nesse sentido um encontro decisivo para os rumos do desenvolvimento autosustentável. As alternativas dependem da vontade política e da formação de um bloco contra-hegemônico que possibilite um caminho para o desenvolvimento.

A obra do professor Theotônio dos Santos foi toda dedicada à formação e à natureza da nossa dependência econômica, realizando um verdadeiro balanço das relações entre as economias centrais e o mundo da periferia. O conjunto do programa de investigação da sua obra, oferece também um painel didático das principais escolas que utilizaram a dependência como ferramenta explicativa para a compreensão da crise estrutural da economia latino-americana.

A teoria da dependência no momento em que vivemos nunca foi tão presente, atual e necessária se considerarmos a dimensão da crise brasileira. O momento é propício para a retomada desta tradição esquecida, tráfada e interrompida pelo golpe militar que ceifou o governo constitucional do presidente João Goulart. As convicções formuladas por Theotônio dos Santos, Rui M. Marini, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, com suas perspectivas antitéticas, desenvolveram uma visão fundada na idéia de que o sistema de mercado ocidental usurpou as funções específicas e a integridade da sociedade humana, convertendo em absolutos os valores econômicos e fazendo do homem e da natureza meros utensílios. Os dependentistas desafiaram o determinismo e apostaram tudo numa concepção de mundo alicerçada na fraternidade e numa ruptura baseada nos ideais democráticos, nacionais e populares.

Notas

1. Otto Hintze. *Féodalité, Capitalisme et État Moderne - essais d'histoire sociale comparée*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991, p. 48. Esta obra representa um esforço de organização de vários estudos de história-sociológica de O. Hintze escritos entre 1897 e 1929. É importante examinar a apresentação de I Inmerck Brulms. A historiografia alemã ainda é pouco estudada no Brasil, sendo assim

alguns estudos ainda são obrigatórios: Gabriel Cohn. *Crítica e resignação – fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: TAQ, 1979; a coletânea preparada por Abílio A. B. Neves e René Gertz. *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: UFRGS/Instituto Goethe, 1987; René Gertz (organizador). *Max Weber & Karl Marx*. Campinas: IUCITEC, 1994.

2. Cf. José Luís Fiori (organizador). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

3. Giovanni Arrighi. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto / São Paulo: UNESP, 1997, p. 11.

4. Consultar os trabalhos de Paulo Eduardo Arantes, especialmente *O sentimento da dialética – estudos sobre Antônio Cândido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra. O fator que Paulo Arantes chama de “internacionalização da história do Brasil”, atribuindo aos estudos de F. Novais, é extremamente relevante para uma arqueologia do pensamento brasileiro contemporâneo, e os vínculos da nossa história com o conceito de dependência em vários níveis.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto / São Paulo: UNESP, 1997.

FIORI, José Luís. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PRADO, Maria Emília e MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Terrorismo, tragédia e razão*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

SANTOS, Theotônio dos (coord). *Os impasses da globalização*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio / São Paulo: Edições Loyola, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Resumo

Este artigo pretende apresentar alguns temas presentes no Seminário Internacional Hegemonia e Contra-hegemonia realizado em agosto de 2003, no Rio de Janeiro. O trabalho pretende discutir os aspectos que interferem mais diretamente no quadro econômico e social do nosso país.

Palavras-chave

Globalização, hegemonia, capitalismo e Estado.

Abstract

This article introduces a few thesis about international meeting hegemony and counter-hegemony in august 2003. This study introduces a few aspects about with economy in our country.

Key-words

Globalization, Hegemony, Capitalism, State

Socialismo, cristandade e o Brasil

Eurico de Lima Figueiredo

Ao contrário do que querem fazer crer os ideólogos do neoliberalismo, os ideais socialistas nunca pereceram e, no Brasil, deitam raízes desde os tempos do Império. Há quase 20 anos atrás, Leandro Konder, prefaciando livro do professor José Nilo Tavares sobre a história dessa doutrina em nosso país, chamava a atenção para o fato de que as investigações bibliográficas sobre o assunto, além de serem escassas, continham “características acentuadamente elitistas e conservadoras”. Tal escassez e tal tratamento – expressão significante de um desdém ancestral de nossas elites pelos interesses populares – agrediam a realidade dos fatos. E, assim, os historiadores de nossa biografia intelectual não puderam captar o interesse que o tema despertou, desde meados do século XIX, em pelo menos uma pequena e restrita – porém atuante – parte da *intelligentsia* brasileira. O professor Nilo Tavares encontrou e relacionou nada mais nada menos do que 132 jornais operários e socialistas publicados no país naquela centúria. Além disso, levantou a produção de livros e artigos que tratavam a questão, sendo surpreendente, em muitos aspectos, tanto o número das obras identificadas quanto a sua qualidade. Em geral essa literatura, como não poderia deixar de ser, refletia a importação de idéias que, já sendo avançadas no centro do sistema internacional, mostravam-se aqui, em geral, deslocadas e descoladas face à nossa realidade. Nada surpreendente na verdade porque, naquele tempo, o Brasil caracterizava-se por uma economia baseada na escravidão, pelo esquema oligárquico de poder e por uma estrutura social “sem degraus”, onde praticamente inexistia o operariado e eram rarefeitas as camadas médias. Essas últimas – estratégicas no que diz respeito à divulgação e ao debate de novas idéias – giravam em torno da expansão do poder estatal, da formação de um incipiente (embora crescente) comércio, do processo de crescimento demográfico em torno das cidades portuárias, principalmente as que propiciavam a articulação entre a produção interna e o mercado externo. Nessas condições, o socialismo advogado por esses pioneiros era nobre em seus objetivos, mas lhe faltava condições objetivas para florescer.

O Brasil do século XXI é um país muito diferente desse acima retratado. Ostenta uma diversificada economia que a coloca entre as dez maiores do mundo. No seu perfil produtivo predominam, em números redondos, os setores

de serviços (54%) e industrial (34%) face ao agropecuário (12%), tal como acontece nas sociedades mais avançadas. (Na Espanha, por exemplo, um país do chamado “primeiro mundo”, esses números são, respectivamente, 57%, 38% e 5%, sendo que a defasagem referente a esse último número, quando se confronta um caso com outro, explica-se, principalmente, pela enorme diferença entre o tamanho das terras cultiváveis no Brasil e naquele país). No plano político, desde a quebra do ciclo militar, a democracia representativa – no que diz respeito ao cumprimento de seus requisitos formais básicos, como a rotatividade sem traumas dos governantes – vem se afirmando como forma de governo. No plano social, entretanto, são evidentes as dramáticas carências da nação. É pífio o nosso sistema educacional já que o Brasil exhibe a existência de “84 milhões de analfabetos com mais de 15 anos – 22 milhões absolutos e 62 milhões funcionais”. No topo do sistema, embora a nação venha construindo considerável acervo de realizações, também residem flagrantes debilidades. Em um mundo caracterizado pela competição científica e tecnológica, isso ocorre devido à ausência de um projeto que, consagrando a soberania nacional como valor estratégico da nação, contemple e promova o contínuo desenvolvimento da ciência e da tecnologia entre nós. Infelizmente hoje o modelo dominante caracteriza-se mais pelo incentivo ao ensino superior privado – que, salvo raras exceções, trata a questão da educação como se fosse uma rede de *fast food* – do que pela defesa tenaz da qualidade do ensino público em todos os níveis. Mais do que tudo, e acima de tudo, entretanto ainda, o Brasil do século XXI é herdeiro de cruéis políticas sociais que vêm de longe, transformando-o em um dos países mais injustos do planeta. Aqui, 50 milhões de brasileiros vivem com menos de 100 reais por mês, enquanto 1,6 milhão concentram a mesma renda de 80 milhões, estando condenados à miséria absoluta 22 milhões.

Esses e muitos outros dados servem como suporte para as originais teses desenvolvidas por Augusto Ariston e Jesus Chediak no livro *Brasil país do presente, contribuição para a formulação do socialismo cristão brasileiro*, recentemente lançado pela Editora Palavra e Imagem. Desenvolvendo-as no espaço definido por essas três coordenadas – socialismo, cristandade e Brasil –, o trabalho organiza-se em quatro partes, cada uma delas ensaiando respostas a prévias indagações. Tácita e sabiamente os autores propõem aos eventuais leitores que, mais importantes do que as respostas a serem obtidas, são as perguntas que devem não só orientar o conhecimento, mas também, e principalmente, mostrar a sua validade e eficiência em termos político-ideológicos.

A primeira questão – por que o Cristianismo? – não se refere a uma vulgar utilização da religião como instrumento da ação política meramente oportunis-

ta. Ao contrário, parte da necessidade de se procurar um esquema de valores que seja capaz de unir uma nação de porte continental como a nossa – íntegra culturalmente, mas socialmente heterogênea e economicamente desbalanceada. A busca às respostas à pergunta inicial irá constituindo a moldura conceitual que envolve o trabalho. Por um lado, perpassando todo o trabalho, de modo explícito ou não, a convicção de que reside na “essencialidade da filosofia cristã” elementos de convicção suficientes para lastrear vigorosa e transformadora ação política. A máxima cristã ao pregar que não se deve fazer ao próximo o que não se deseja para si próprio, encerra diretrizes fundamentais à prática política igualitária e à constituição de uma sociedade solidária. E isso acontece porque, quando se é cristão, o homem vive em desamor consigo mesmo ao se surpreender cercado pela pobreza e pelo infortúnio, justamente porque ninguém pode desejar viver assim. Encontra-se aí a chave para abrir caminhos que conduzam a uma sociedade socialista compromissada com a realização e a felicidade humanas. A retórica burguesa, ao proclamar os valores da “liberdade, igualdade e fraternidade”, se choca com a inóspita realidade capitalista. Nela é o dinheiro que compra, por exemplo, a liberdade de “ir e vir”; é a posição de classe que promove, por exemplo, a desigualdade entre o que nasce rico e o que nasce pobre; é o individualismo possessivo que agride e nega, por exemplo, a fraternidade entre os homens. Por outro lado, os autores – visando apreender o que pode unir o nosso povo no rumo de sua afirmação e emancipação – exaltam os valores da cristandade como sendo capazes de orientar a objetiva busca do “bom caminho”. Com efeito, a fé cristã, sendo professada por cerca de 93% da população brasileira, – independente de origem étnica e posição social – é proposta como catalisadora do imaginário social – de outro modo dispersa –, e como veículo da ação política, – de outro modo também desorientado e, desse modo, inoperante.

As outras três partes correspondem a outras tantas indagações que são objeto do trabalho restante. As duas primeiras dizem respeito à análise de conjuntura (onde estamos? por que não avançamos); a última fundamenta a análise prospectiva (para onde iremos?). Em seu conjunto todas elas convidam o leitor a compartilhar com os autores uma das mais sérias e criativas reflexões sobre o Brasil nos tempos recentes.

Como Oscar Wilde, Ariston e Chediak sabem que o mapa do mundo seria incompleto se nele não houvesse lugar para a utopia. Só realiza quem sonha e os sonhos para serem realizados requerem o bom combate. No nosso caso, a transformação de uma ordem iníqua por uma outra que desperte o declarado orgulho de se ser brasileiro e feliz.

A Revista *Comum* aceitará contribuições sem restrição de procedência, ressalvadas as prioridades estabelecidas pelo Conselho Editorial e recomenda a seus colaboradores que enviem seus artigos da seguinte forma:

1. Texto em disquete, digitado em programa Word para Windows, acompanhado de duas cópias impressas.
 2. Os textos devem ter o mínimo de 10 e o máximo de 25 laudas (cada lauda com cerca de 30 linhas e 70 toques por linha).
 3. Notas, referências bibliográficas e citações que obedecem as normas da ABNT.
 4. As referências bibliográficas, no final do texto, devem conter apenas as obras efetivamente mencionadas no artigo.
 5. Apresentar um resumo de, no máximo, 150 palavras na língua original do texto e um *abstract* ou *résumé*.
 6. Listar palavras-chave, *key-words* ou *mots-clés*.
 7. Incluir nota biográfica do autor que indique, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.
- No caso de publicação do trabalho, o Conselho Editorial se reserva o direito de selecionar as informações biográficas pertinentes.
8. Indicar, em nota à parte, caso o texto tenha sido publicado ou apresentado em forma de palestra ou comunicação.
 9. Evitar palavras, expressões ou frases grafadas com sublinhado ou negrito. Para destaques usar apenas o itálico.
 10. Enviar, com os originais, autorização assinada pelo autor ou seu procurador, para que aquele trabalho seja publicado na Revista *Comum*.

O Conselho Editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas estabelecidas e comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestão de alterações ou recusado. Os autores receberão cinco exemplares do número que contiver sua colaboração.

O niilismo europeu
Friedrich Nietzsche

Violência, medo e mídia
Notas para um programa de pesquisa
João Trajano Sento-Sé

Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os
"camelôs"
Ana Paula Mendes de Miranda
Gláucia Maria Pontes Mouzinho
Kátia Sento Sé Mello

A Fênix em chamas
O ocaso do mito épico do jornalista
Cristina Rego Monteiro da Luz

Universidades e jornais:
motivações de origem
André Luiz Barros

A construção simbólica do "populismo brizolista"
operada pelo *Jornal do Brasil*
Roberto Bitencourt da Silva

A memória traída
Seminário Internacional resgata a teoria da
dependência
Oswaldo Munteal Filho

Resenha
Socialismo, cristandade e o Brasil
Eurico de Lima Figueiredo